



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

**RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE AGOSTO DE 2020**

Aprova *ad referendum* o relatório de gestão do exercício 2019.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e:

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº 23255.004496/2020-56,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, na forma do anexo, o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, referente ao Exercício de 2019.

Art. 2º Estabelecer que esta resolução entra em vigor a partir desta data.

**VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE**  
**Presidente do Conselho Superior**



Documento assinado eletronicamente por **Virgilio Augusto Sales Araripe, Presidente do Conselho Superior**, em 25/08/2020, às 11:07, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1929012** e o código CRC **6BFA09E8**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 178/2019, da DN TCU nº 180/2019 e da Portaria-TCU Nº 378/2019.

Unidade Prestadora de Contas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

FORTALEZA-CEARÁ  
2020

## AUTORIDADES

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Virgílio Augusto Sales Araripe

## CONSELHO SUPERIOR - CONSUP

(MANDATO: 2019 A 2021)

Presidente: Virgílio Augusto Sales Araripe - Reitor

Representação Docente:

Macrorregião 01

Titular: David Moreno Montenegro (Fortaleza)

Suplente: Ana Carolina de Albuquerque Ximenes (Horizonte)

Macrorregião 02

Titular: Marcelo Araújo Lima (Crato)

Suplente: Fabiano Rocha (Baturité)

Macrorregião 03

Titular: Natália da Silva Duarte (Quixadá)

Suplente: Luis Clenio Jario Moreira (Limoeiro do Norte)

Macrorregião 04

Titular: Francisco Aleudiney Monte Cunha (Sobral)

Suplente: David Aurelio Lima Silveira (Acará)

Macrorregião 5

Titular: Carlos Régis Torquato Rocha (Juazeiro do Norte)

Suplente: Robson Gonçalves Fechine Feitosa (Crato)

Representação Discente:

Macrorregião 1

Titular: Antônio Wesley Teixeira da Cruz (Umirim)

Suplente: Caio Lucas Ferreira da Silva (Maracanã)

Macrorregião 2

Titular: Ruth do Nascimento da Silva (Baturité)

Suplente: Breno Lóiola Paulino (Boa Viagem)

Macrorregião 3

Titular: Ana Isabele Silva Barreto (Jaguaruana)

Suplente: Maria Jacira Girão Paz (Morada Nova)

Macrorregião 4

Titular: João Reginaldo da Silva (Acará)

Suplente: Rhuan da Silva Nunes (Sobral)

Macrorregião 5

Titular: Francisco Thomaz Gama da Silva (Cedro)

Suplente: Cilianry de Lavoura Alves (Iguatu)

Representação Técnico-Administrativa:

Macrorregião 1

Titular: Ana Cláudia Uchôa Araújo (Reitoria)

Suplente: Francisco Thiago de Oliveira Leite (Caucaia)

Macrorregião 2

Titular: Karla Gonçalves de Oliveira (Tauá)

Suplente: Não foi eleito

Macrorregião 3

Titular: Marcelo Lucas Araújo (Limoeiro do Norte)

Suplente: Rafael Bruno Oliveira Paiva (Tabuleiro do Norte)

Macrorregião 4

Titular: Francisco Herli Barros (Tianguá)

Suplente: Não foi eleito

Macrorregião 5

Titular: Maria Lopes Araújo (Iguatu)

Suplente: Domingos Juvenal Nogueira Dias (Jaguaribe)

Representação dos Egressos:

Sindicato dos Tecnólogos

Titular: Luizimário Alves de Oliveira

Suplente: Edson Pereira Silva

Sintec

Titular: Francisco Theófilo da Silva  
Suplente: João Bráulio de Melo Oliveira

Representação das Entidades Patronais:

Fecomércio

Titular: Maurício Cavalcante Filizola  
Suplente: Sidarta Nogueira Cabral

FIEC

Titular: José Sampaio de Souza Filho  
Suplente: Marcos Antônio Ferreira Soares

Representação de Entidades de Trabalhadores:

Senge-CE

Titular: Maria de Lourdes Fiuza Porto Carneiro da Cunha  
Suplente: Germano Mota Câmara

Sindecos IFCE

Titular: Antônio Inácio Neto  
Suplente: Jaqueline dos Santos Gonçalves

Representação do Setor Público:

SECITECE

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda  
Suplente: Flávia Ferreira Pereira

SE DUC

Titular: Ideigiane Terceiro Nobre  
Suplente: Hely Leal Pereira

Representação do Ministério da Educação:

Titular: Paulo Henrique Gomes de Lima  
Suplente: Cícero Nicácio do Nascimento

Representação dos Diretores-Gerais dos campi:

Macrorregião 1

Titular: Anderson Ibsen Lopes de Souza

Macrorregião 2

Titular: José Alves de Oliveira Neto

Macrorregião 3

Titular: Francisco Sildemberny Souza  
Suplente: Francisco Helder Caldas Albuquerque

Macrorregião 4

Titular: Jackson Nunes e Vasconcelos  
Suplente: Ulisses Costa de Vasconcelos

Macrorregião 5

Titular: Fernando Eugênio Lopes de Melo  
Suplente: Dijauma Honório Nogueira

## SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Supervisão

Thiago Francisco Lofth Matos e Nathaniel Carneiro Neto

Coordenação de elaboração

Glauter dos Santos Guimarães

Responsáveis pelos conteúdos

Cargo

Reitor

Titular da Auditoria

Chefe do Departamento de Comunicação Social

Corregedora

Pró-Reitor de Ensino

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Pró-Reitora de Extensão

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Diretora de Assuntos Estudantis

Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação

Coordenadora de Governança

Responsável

Virgílio Augusto Sales Aripe

Milena Mendes da Costa

Rebeca Casemiro

Sirlane Furtado Leite Siqueira

Reuber Saraiva de Santiago

José Wally Mendonça Menezes

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

Thiago Francisco Lofth Matos

Ivam Holanda de Sousa

Ana Caroline Cabral Cristino

Carlos Maurício J. de Mattos Dourado Jr

Valéria de Sousa Ferreira

## LISTA DE SIGLAS

CCA - Coordena o de Controle Acadêmico  
CGU - Controladoria-Geral da União  
CNAE - Classifica o Nacional de Atividades Econ micas  
COLDIR - Colégio de Dirigentes  
CONIF - Conselho Nacional das Institui es da Rede Federal de Educa o Profissional,  
Científica e Tecnológica  
CONSUP - Conselho Superior  
CPGF - Cartão de Crédito Corporativo  
DN - Decisão Normativa  
EPT - Educa o Profissional e Tecnológica  
E-TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil  
FIC - Forma o Inicial e Continuada  
FORPLAN - Fórum de Pr etores de Planejamento e Administra o  
FORPOG - Fórum de Pr etores de Pesquisa, Pós-Gradua o e Inova o  
IFCE - Instituto Federal de Educa o, Ciência e Tecnologia do Ceará  
IFET - Institui o Federal de Educa o Tecnológica  
IN - Instru o Normativa  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MEC - Ministério da Educa o  
OCI -  rg o de Controle Interno  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PPA - Plano Plurianual  
PROEJA - Educa o de Jovens e Adultos  
SETEC - Secretaria da Educa o Profissional e Tecnológica  
SF - Suprimento de Fundos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administra o Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administra o de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execu o e Controle  
SIORG - Sistema de Informa es Organizacionais do Governo Federal  
SISAC - Sistema de Aprecia o e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
SISTEC - Sistema Nacional de Informa es da Educa o Profissional e Tecnológica  
SISU - Sistema de Sele o Unificada  
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TI - Tecnologia da Informa o  
UAB - Universidade Aberta do Brasil  
UGO - Unidade Gestora Orçamentária  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UO - Unidade Orçamentária  
UPC - Unidade Prestadora de Contas

## SUMÉRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÆXIMO DA UNIDADE .....	9
1. VISÚO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	11
2. GOVERNANÇA, ESTRATGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....	32
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	35
4. RESULTADOS DA GESTÚO .....	37
5. DEMONSTRO DA EFICINNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÚO QUE CONTRIBUPRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCPCIO .....	102
6. INFORMAÇÕES ORAMENTÆRIAS, FINANCEIRAS E CONTÆBEIS....	147

## MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



Em janeiro de 2019, o Instituto Federal do Ceará iniciava um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, pensado e elaborado pela comunidade, utilizando os mais modernos conceitos de planejamento, adotados pela equipe do próprio Instituto. O documento foi elaborado com uma perspectiva de grandes realizações, como a previsão de aumentar o número de unidades que haviam sido planejadas e suas atividades iniciadas, com a devida autorização do MEC, de implantação. Conseguimos realizar atuações de engenharia em 20 campi como reformas e espaços necessários a melhoria do ensino e atendimento aos alunos, concluímos as obras de engenharia desses novos campi e o início do funcionamento de mais 3 (três) unidades, compreendendo 02 (dois) campi autônomos e 01 (um) campus avançado, como parte da 3ª fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, abrangendo quase todo território do estado do Ceará.

Buscando a redução de custos e o aumento da atuação na preservação do meio ambiente, o IFCE iniciou a instalação, em 33 unidades, de placas fotovoltaicas, o que proporcionou uma grande economia financeira.

Hoje o IFCE conta com 33 unidades e um polo de Inovação funcionando e em plena atividade e, considerando as restrições orçamentárias, a gestão teve que se reinventar e enfrentar suas metas com tenacidade, ânimo e entusiasmo, que sempre norteiam todos os que trabalham pelo engrandecimento da educação brasileira.

Durante o ano de aplicação deste planejamento, como foi explicitado enfrentamos algumas dificuldades, como a redução do montante orçamentário disponibilizado pelo MEC para a Rede dos Institutos Federais, o congelamento de gastos imposto pela Emenda Constitucional Nº 95, assim como o contingenciamento no orçamento, gerando problemas com as construtoras e fornecedores que realizavam as obras das novas unidades.

Embora com todas as dificuldades conseguimos, com o trabalho e o engajamento de toda equipe de gestores e servidores tornar realidade o que objetivamos. Demos início ao novo PDI 2019-2023 e, durante o ano de 2019, conseguimos cumprir a grande maioria das metas estabelecidas no Plano de Atividades Anual.

Entregamos para a sociedade todos os novos campi em pleno funcionamento, com grandes realizações na sua área de atuação, assim como a ampliação da infraestrutura física e funcional das unidades existentes. Criamos um número significativo de novas matrículas, aumentamos o quantitativo de cursos Técnicos, Licenciatura, Bacharelados e pós-graduação. O aumento destes cursos possibilitou maior atendimento das demandas do interior do Estado nestas modalidades.

Os dados referentes aos nossos resultados acham-se apresentados ao longo deste Relatório, onde prestamos contas a este Tribunal e à sociedade, que são os grandes alvos da nossa dedicação e empenho para chegarmos aos resultados obtidos.

Visando a consolidação e ampliação das conquistas e a busca sempre crescente de novos desafios e grandes objetivos temos como Missão: Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da

forma<sup>ção</sup> do cidad<sup>ão</sup>, tornando-a mais completa, visando sua total inser<sup>ção</sup> social, política, cultural e econômica.

Tudo isso, sem esquecer a nossa Vis<sup>ão</sup> que é: Tornar-se padr<sup>o</sup> de excel<sup>ência</sup> no ensino, pesquisa e extens<sup>ão</sup> na área de Ci<sup>ência</sup> e Tecnologia.

Portanto, a implementa<sup>ção</sup> do conjunto de todas essas ações estratégicas posiciona o IFCE como uma institui<sup>ção</sup> moderna e com vis<sup>ão</sup> de futuro, a servi<sup>ço</sup> do desenvolvimento da sociedade brasileira.

# 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

## QUEM SOMOS

Somos uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação. Temos como principal finalidade a oferta de uma educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Estamos presente em 32 municípios do Estado do Ceará formando e qualificando cidadãos para atuar nos diversos setores da economia, contribuindo assim, para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Além do ensino, exercemos ainda atividades de pesquisa e extensão, de modo a proporcionar a integração do conhecimento científico e cultural em todos os setores da sociedade a qual fazemos parte.



**1. Missão**

Oferecer educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.



**2. Visão**

Ser referência em educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.



**3. Valores**

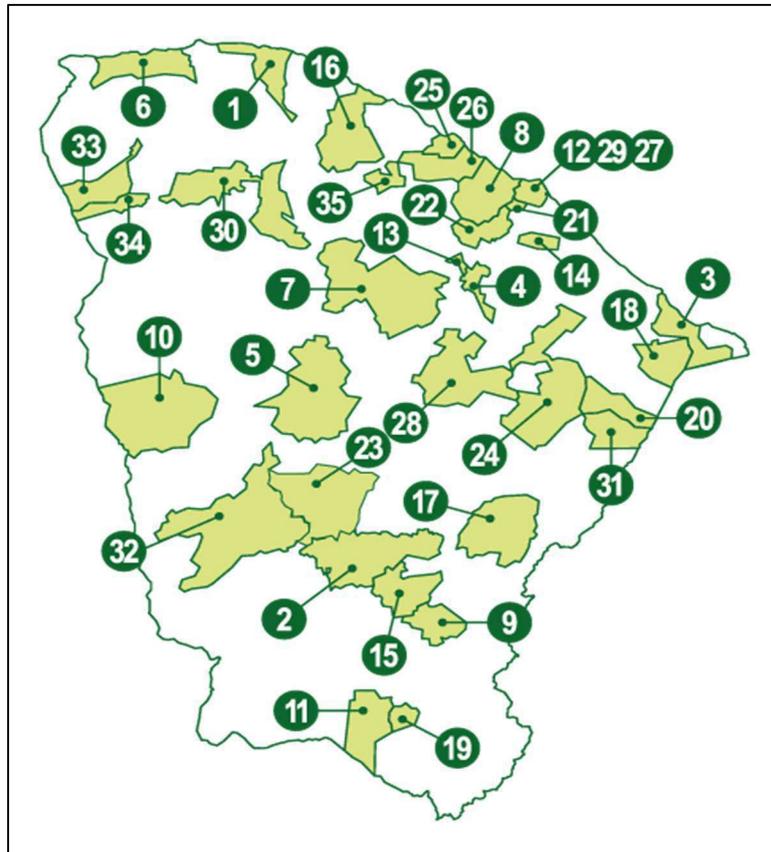
Respeito, transparência, integridade, compromisso, inovação, sustentabilidade, excelência, diversidade, inclusão, responsabilidade social, ética, honestidade, cooperação, respeito ao meio ambiente, respeito à cultura, respeito à história, respeito à identidade, respeito à diversidade, respeito à liberdade, respeito à dignidade, respeito à vida, respeito à natureza, respeito à comunidade, respeito à sociedade, respeito ao planeta.

## ONDE ESTAMOS

Atualmente o IFCE é composto por 35 unidades, sendo: uma Reitoria, um Polo de Inovação e 33 campi. A reitoria está sediada na cidade de Fortaleza e as demais unidades dispersas em todas as macrorregiões do Estado do Ceará oferecendo um ensino público, gratuito e de qualidade a todos os cidadãos residentes no município sede das nossas instalações, bem como aos residentes dos municípios circunvizinhos.

A seguir apresentamos a localização das nossas unidades no mapa do Estado do Ceará

Localização das unidades do IFCE no estado do Ceará



Legenda:

(1) Acaraú; (2) Acopiara; (3) Aracati; (4) Baturité; (5) Boa Viagem; (6) Camocim; (7) Canindé; (8) Caucaia; (9) Cedro; (10) Crateús; (11) Crato; (12) Fortaleza; (13) Guaramiranga; (14) Horizonte; (15) Iguatu; (16) Itapipoca; (17) Jaguaribe; (18) Jaguaruana; (19) Juazeiro do Norte; (20) Limoeiro do Norte; (21) Maracanaú; (22) Maranguape; (23) Mombá; (24) Morada Nova; (25) Paracuru; (26) Pecém; (27) Polo de Inovação; (28) Quixadá; (29) Reitoria; (30) Sobral; (31) Tabuleiro do Norte; (32) Tauá; (33) Tianguá; (34) Ubajara e (35) Umirim.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nosso modelo de gestão segue um formato multicampi, portanto, temos uma reitoria que funciona como Administração central e 29 campi com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e pedagógica.

A reitoria é a responsável pela coordenação e supervisão das atividades das demais unidades e suas atividades estão distribuídas nas seguintes áreas estratégicas: ensino, pesquisa, inovação e pós-graduação, extensão, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, assuntos estudantis, relações internacionais e comunicação social.

A estrutura organizacional do IFCE está disposta no artigo 7º do seu Estatuto e, respeitando as suas atualizações, compreende:

### I. ÓRGÃOS COLEGIADOS

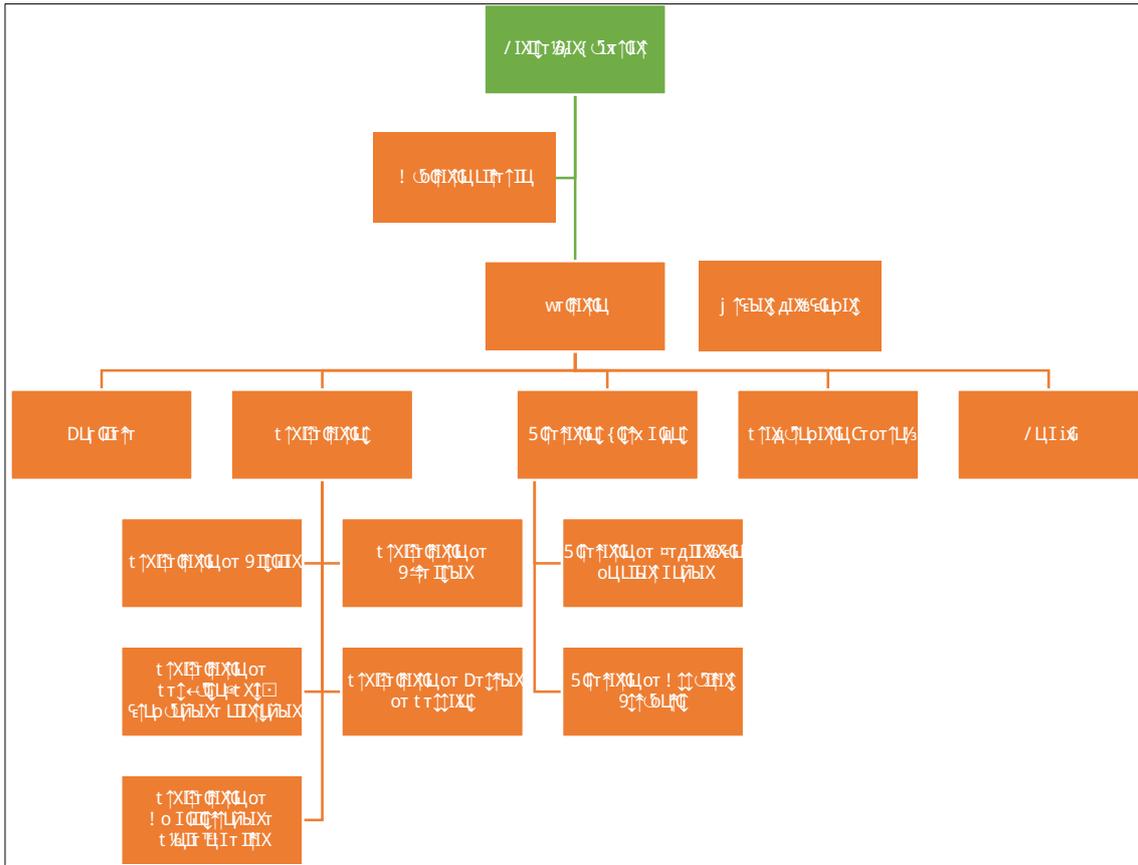
- a. Conselho superior
- b. Colégio de dirigentes

### II. REITORIA

- a. Gabinete
- b. Prereitorias:
  - i. Prereitoria de ensino;
  - ii. Prereitoria de extensão;
  - iii. Prereitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação;
  - iv. Prereitoria de administração e planejamento;
  - v. Prereitoria de gestão de pessoas;
- c. Diretorias sistêmicas
- d. Auditoria interna
- e. Procuradoria federal
- f. campi

A seguir apresentamos de modo simplificado o nosso organograma:

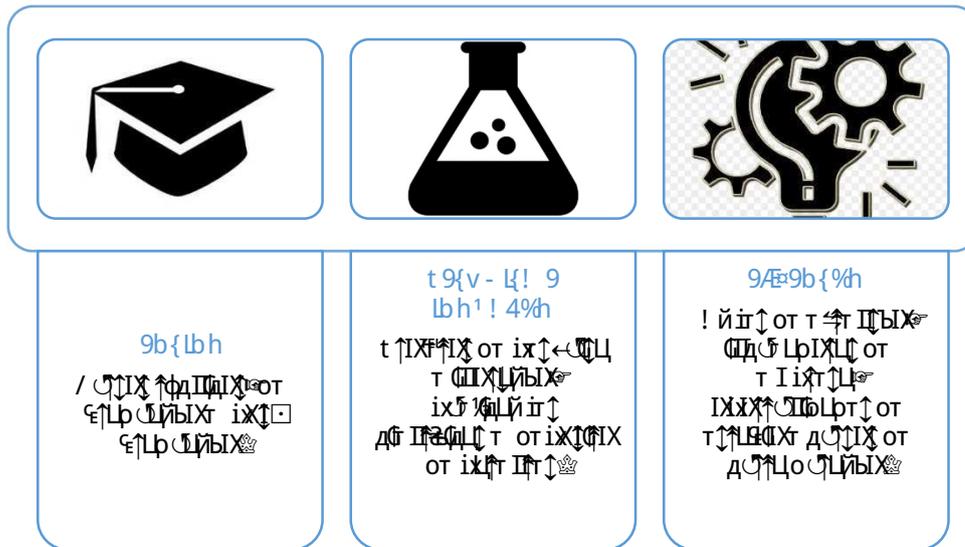
# Organograma simplificado



## COMO GERAMOS VALOR PARA A SOCIEDADE

Oferecemos uma ampla variedade de cursos voltados para a qualificação dos cidadãos e desenvolvemos uma gama de projetos de pesquisa, inovação e extensão que são de grande relevância para a potencialização daquilo que cada região oferece de melhor, seja em relação aos arranjos produtivos, cultura, lazer e/ou mundo do trabalho.

### Principais áreas de atuação



### Produtos e serviços oferecidos em 2019

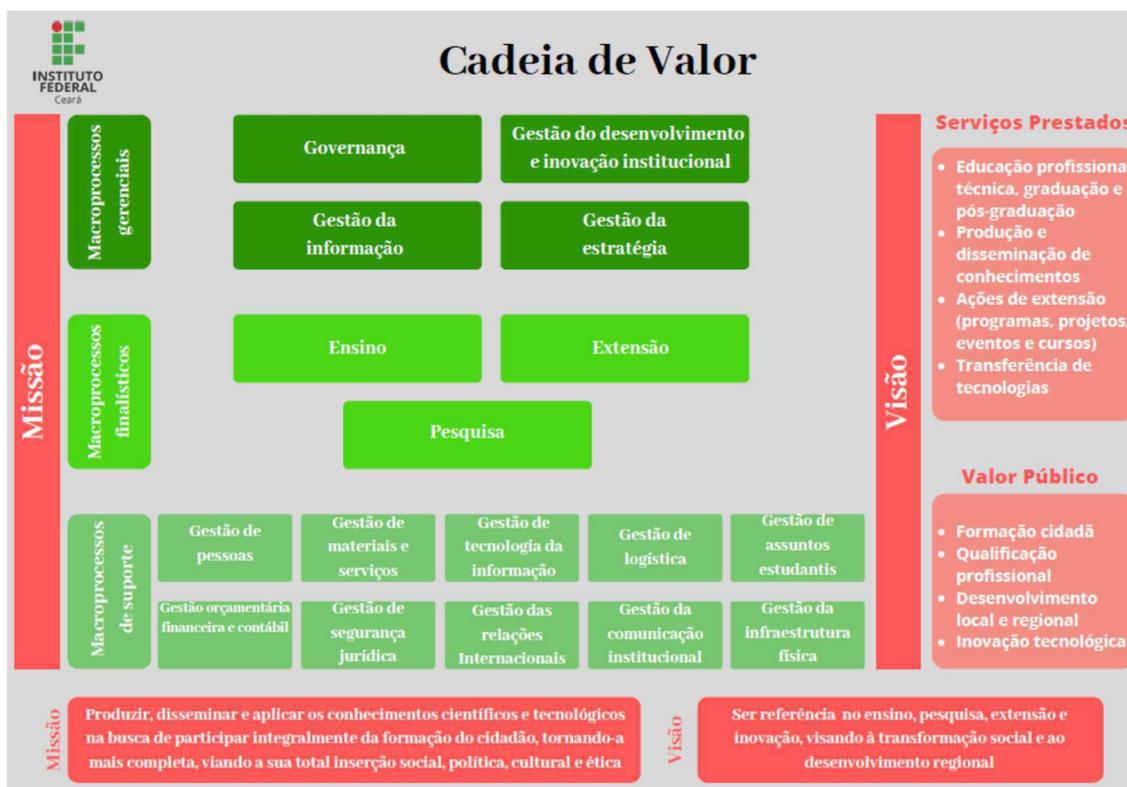


## CADEIA DE VALOR

Uma maneira de expressarmos como os nossos processos interagem entre si e geram valor para a sociedade é por meio da cadeia de valor. Dessa forma, a cadeia de valor do IFCE

composta de 4 macroprocessos gerenciais, 3 macroprocessos finalísticos e 10 macroprocessos de apoio, todos eles voltados para o alcance da visão institucional e, conseqüentemente, para entregar de valor a sociedade.

A seguir apresentamos a nossa cadeia de valor:





## PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A seguir apresentam-se os principais objetivos estratégicos para o período 2019-23:

 PERSPECTIVA DO ALUNO	 PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	 PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	 PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
<p>Reduzir o número de estudantes retidos.</p> <p>Reduzir a evasão discente.</p> <p>Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional</p> <p>Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação</p> <p>Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.</p> <p>Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e êxito</p>	<p>Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008.</p> <p>Preencher as vagas ofertadas.</p> <p>Melhorar os indicadores de qualidade de ensino</p> <p>Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.</p> <p>Expandir e consolidar a inovação.</p> <p>Fortalecer as relações socioproductivas e culturais nos contextos locais e regionais.</p>	<p>Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação</p> <p>Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.</p> <p>Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.</p>	<p>Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.</p>

<p>Aprimorar os serviços de alimenta�o e nutri�o do IFCE.</p>	<p>Aperfeiçoar os procedimentos visando � efetividade e � excelência dos processos internos.</p>		
<p>Melhor aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil.</p>	<p>Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE.</p>		
<p>Implantar a�pes para a educa�o em direitos humanos.</p>	<p>Promover e consolidar a cultura da inova�o e da sustentabilidade.</p>		
	<p>Melhorar comunica�o interna e externa.</p>		

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

## AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo pode ser entendido como o conjunto de fatores em que a instituição não tem controle e que podem gerar impacto na capacidade da instituição de alcançar os seus resultados. Esses fatores externos podem ter as suas origens no âmbito nacional ou internacional.

Uma análise do ambiente externo se caracteriza pela identificação de dois tipos de fatores: oportunidades e ameaças. As oportunidades são situações que podem ser aproveitadas pela instituição para impulsionar os seus resultados, ao passo em que, as ameaças são aquelas que podem obstaculizar os resultados esperados. As origens de ambos os fatores podem ser políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais.

A seguir, apresentamos um conjunto de fatores (não exaustivo) que exerce influência nas atividades do IFCE:



### AMEAÇAS

- ¿ Incerteza em relação às políticas públicas voltadas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- ¿ Descompasso entre o orçamento e o crescimento das matrículas;
- ¿ Ausência de transporte público nas cidades do interior do estado;
- ¿ Desvalorização da carreira do servidor público;
- ¿ Impossibilidade de novas contratações de servidores
- ¿ Leis que causam morosidade nos processos internos



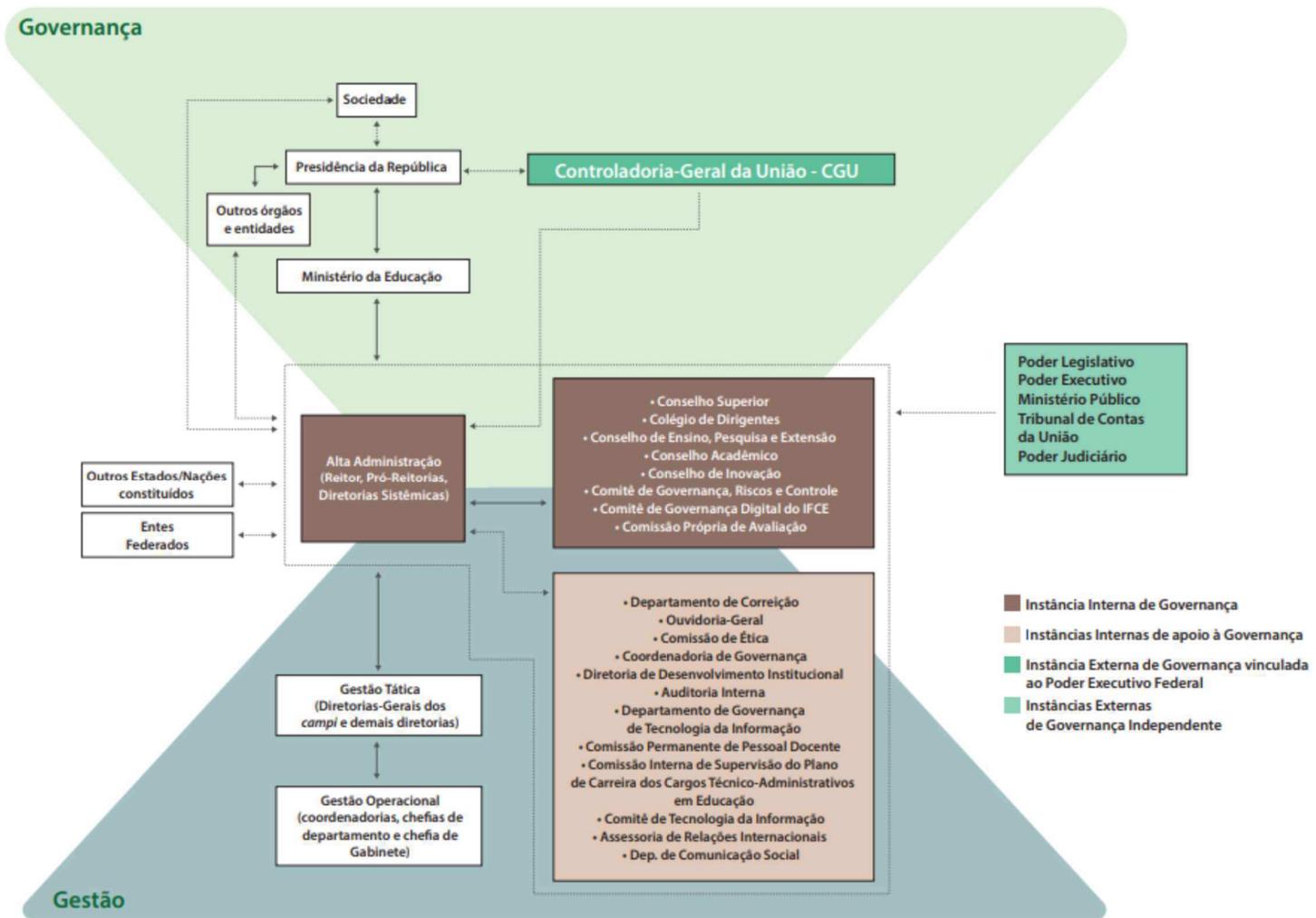
### OPORTUNIDADES

- ¿ Possibilidades de parcerias com órgãos governamentais, bem como instituições públicas e privadas;
- ¿ Publicação de editais de fomento externo
- ¿ Surgimento de novos arranjos produtivos no estado
- ¿ Demanda da sociedade por qualificação técnica e tecnológica
- ¿ Demanda da sociedade por cursos de graduação e pós-graduação
- ¿ Expansão do ensino a distância

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇ A

A governanç a corresponde a um conjunto de boas prãticas de lideranç a, estratãgia e controle, aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestã o. Nesse sentido, as estruturas de governanç a visam – transpar, ncia da gestã o, efici, ncia e reduçã o dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais.

A seguir, de maneira esquemãtica, o modelo de Governanç a do IFCE:



Desse modo, apresentamos as principais estruturas de governança do IFCE:

Instâncias Internas de Governança:

1) Alta Administração

Reitor - Virgílio Augusto Sales Araripe



Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - José Wally Mendonça Menezes



Pró-Reitor de Ensino - Reuber Saraiva de Santiago



Pró-Reitor de Gestão de Pessoas - Ivam Holanda de Souza



PrªReitora de Extensªo - Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq



PrªReitor de Administraªo e Planejamento - Tªssio Francisco Lofti Matos



Diretor de Gestªo de Tecnologia da Informaªo - Carlos Mauricio Jaborandy de Mattos  
Dourado Jªnior



Diretora de Assuntos Estudantis - Ana Caroline Cabral Cristino



## 2) Conselho Superior - Consup

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, e reúne-se bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros, tendo a seguinte composição:

- z Presidente nato: o Reitor;
- z Representação Docente: em quantidade igual a um terço do número dos campi em funcionamento, todos eleitos por seus pares;
- z Representação Discente: em quantidade igual a um terço do número dos campi em funcionamento, todos eleitos por seus pares;
- z Representação dos Servidores Técnico-administrativos: em quantidade igual a um terço do número de campi em funcionamento, todos eleitos por seus pares;
- z Representantes dos egressos: 01 representante de cursos técnicos e 01 dos cursos superiores, sem vínculo funcional ou estudantil com a instituição, indicados por entidades representativas ou assembleias convocadas para este fim;
- z Representantes da sociedade civil: 02 indicados por entidades patronais, 02 indicados por entidades dos trabalhadores e 02 representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- z 01 Representante do Ministério da Educação: designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC);
- z Representação de um terço dos diretores-gerais dos campi, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco eleitos por seus pares;
- z O último Ex-reitor e, no impedimento deste, o anterior.

## 3) Colégio de Dirigentes - Coldir

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

## 4) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, mas assume caráter deliberativo no âmbito da PrEReitoria de Ensino, da PrEReitoria de Pesquisa, PEs-graduação e Inovação e da PrEReitoria de Extensão.

## 5) Conselho Acadêmico

O Conselho Acadêmico, órgão de caráter consultivo dos diversos campi, objetiva subsidiar-se com informações da comunidade e com outras relativas a assuntos administrativos, ao ensino, à pesquisa e à extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

## 6) Conselho de Inovação

O Conselho de Inovação é órgão consultivo e deliberativo da Reitoria de inovação subordinado à Reitoria e tem por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação de Fortaleza quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a ser desenvolvidos.

## 7) Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos na tomada de decisão. O Comitê, cujos trabalhos iniciaram em 30 de outubro de 2018, reúne-se trimestralmente e está em processo de elaboração de seus normativos.

## 8) Comitê de Governança Digital do IFCE

O Comitê de Governança Digital do IFCE, instituído pela Portaria Nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe a Portaria Nº 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG.

## 9) Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação, prevista no art. 11 da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria Nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa em aspectos avaliativos, acadêmicos e administrativos.

Instâncias internas de apoio – governança

#### 1) Auditoria Interna – Audin

A unidade de Auditoria Interna é o órgão técnico de controle vinculado à Reitoria do IFCE, sujeito à orientação normativa e supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em suas respectivas áreas de jurisdição. Desenvolve uma atividade de assessoramento à Administração de caráter essencialmente preventivo, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União.

#### 2) Departamento de Governança de Tecnologia da Informação

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI e Reitoria. Entre suas atribuições, está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE, bem como a sugestão de projetos para a melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado.

#### 3) Departamento de Correição – DCOR

O Departamento de Correição do IFCE, órgão ligado ao Reitor, faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

#### 4) Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover as políticas e o planejamento, estruturar os marcos legais, a base organizacional e o desenvolvimento institucional.

#### 5) Coordenadoria de Governança – CGOV

Atualmente, o IFCE possui a Coordenadoria de Governança, criada pela Portaria Né999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018, e composta por uma servidora designada

como responsável pela Unidade de Gestão de Integridade. Além disso, a Portaria apresenta as competências e atribuições da unidade responsável pela coordenação da estrutura, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do IFCE.

#### 6) Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria, integrante do sistema de ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, constituindo-se em instância de controle e participação social responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelo IFCE, com vista ao aprimoramento da gestão pública.

#### 7) Comissão de Ética

A Comissão de Ética tem por objetivo estabelecer os princípios norteadores da conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparados pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal regimento próprio e Código de Conduta Profissional do IFCE.

#### 8) Comissão Permanente de Pessoal Docente

A Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD presta assessoramento ao reitor do IFCE para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

#### 9) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo que acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Além de auxiliar a Alta Administração das políticas atinentes ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

#### 10) Departamento de Comunicação Social

O Departamento articula em parceria com a comunicação dos campi, a divulgação das atividades institucionais para os públicos interno e externo, bem como define as diretrizes de comunicação institucional e implanta políticas de comunicação.

#### 11) Assessoria de Relações Internacionais

A Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) elabora, propõe e coordena a execução das políticas de cooperação institucional e internacional do IFCE. Além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a entidade educacional e outros órgãos nacionais e internacionais, também assessoria o IFCE, quanto à política e tomada de decisão.

#### \*Estruturas de Governança Externas

O IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos, etc.

## DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DOS TEMAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) adota para o relatório de gestão a estrutura internacional de Relato Integrado (uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos, que requer que a organização pense de forma integrada) desenvolvida pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor (benefício percebido pelo cliente, sociedade e demais partes interessadas, por meio dos produtos e serviços organizacionais ofertados) em curto, médio e longo prazo. Desta forma, o processo para determinar a materialidade dos conteúdos seguiu os passos demonstrados no diagrama a seguir:



Quanto a identificação de temas relevantes e avaliação da importância de temas relevantes, o IFCE possui uma lista de 22 temas relevantes identificados e avaliados dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). São eles:

- 9 IIII { 1. Ampliação do número de estudantes egressos com sucesso
- 9 IIII { 2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
- 9 IIII { 3. Melhoria da qualidade do ensino
- 9 IIII { 4. Diversidade e Acessibilidade
- 9 IIII { 5. Empreendedorismo
- 9 IIII { 6. Desenvolvimento local e regional
- 9 IIII { 7. Fortalecimento da pesquisa institucional
- 9 IIII { 8. Consolidação da inovação
- 9 IIII { 9. Expansão e excelência da pós-graduação
- 9 IIII { 10. Internacionalização
- 9 IIII { 11. Ensino de Idiomas
- 9 IIII { 12. Estruturação das Relações Internacionais
- 9 IIII { 13. Promoção dos Direitos Humanos no âmbito educacional.
- 9 IIII { 14. Inovação e sustentabilidade
- 9 IIII { 15. Efetividade e excelência na gestão
- 9 IIII { 16. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
- 9 IIII { 17. Padronização e normalização das rotinas
- 9 IIII { 18. Qualidade de vida no trabalho

19. Gestão da Segurança da Informação
20. Planejamento das Aquisições de TI
21. Gestão de Continuidade do Negócio
22. Imagem e identidade institucional

O passo seguinte foi priorizar, dentre os 22 temas, os 15 mais relevantes. A Alta Administração definiu que, dentre os 15, constariam necessariamente os 3 temas da Área de Ensino por conterem os indicadores obrigatórios do TCU, e, considerando o conceito de geração de valor, definiu-se ainda a priorização dos 3 temas da pesquisa e dos 3 temas da extensão, pela relação direta que possuem com o cumprimento da missão institucional. Para completar a lista, realizou-se consulta à Alta Administração através de questionário estruturado, obtendo-se a seguinte listagem de temas priorizados:

1. Ampliação do número de estudantes egressos com sucesso
2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
3. Melhoria da qualidade do ensino
4. Fortalecimento da pesquisa institucional
5. Consolidação da inovação
6. Expansão e excelência da pós-graduação
7. Diversidade e Acessibilidade
8. Empreendedorismo
9. Desenvolvimento local e regional
10. Promoção dos Direitos Humanos no âmbito educacional
11. Inovação e sustentabilidade
12. Efetividade e excelência na gestão
13. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
14. Qualidade de vida no trabalho
15. Imagem e identidade institucional

Para a determinação das informações a serem divulgadas, foram escolhidos os indicadores de desempenho que já estão considerados consolidados na instituição, ou seja, que possuem um método de cálculo e fontes consistentes.

## 2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

### ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A nossa estratégia para alcançar a visão institucional é composta de 30 objetivos estratégicos que são acompanhados periodicamente por 71 indicadores de desempenho. Para atingir os resultados esperados nos objetivos foram listados 161 projetos estratégicos. Todo esse planejamento está organizado em 9 áreas consideradas estratégicas, são elas: ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, assuntos estudantis, relações internacionais, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação social.

Resumo do planejamento estratégico do IFCE para o período 2019-2023

Visão Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando a transformação social e ao desenvolvimento regional			
Unidade estratégica	Objetivos estratégicos	Indicadores de desempenho	Projetos estratégicos
Ensino	5	11	25
Extensão	3	10	20
Pesquisa, pós-graduação e inovação	4	7	17
Assuntos estudantis	4	6	4
Relações internacionais	3	5	29
Administração e planejamento	4	14	28
Gestão de pessoas	2	6	14
Tecnologia da informação	4	3	11
Comunicação social	1	9	13
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>71</b>	<b>161</b>

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

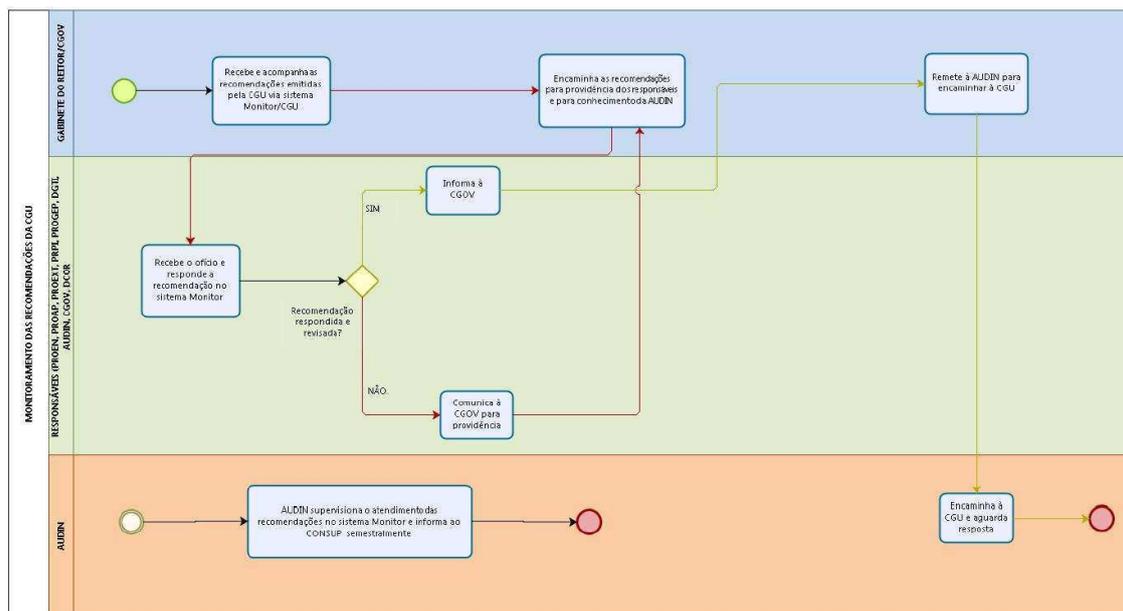
### APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR

A governança do IFCE planeja de forma sistêmica suas ações para o alcance dos objetivos estratégicos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que é uma ferramenta de gestão definidora de estratégias para um período de cinco anos. Nesse sentido, a alta administração reúne-se periodicamente revendo ações realizadas e pensando melhorias, para garantir a eficiência administrativa e encontrar meios de atingir os objetivos estratégicos, o que reflete em eventos como as reuniões de planejamento, o Encontro de Gestores, o IFCE Capacita, fóruns, seminários e palestras, com intuito de aprimorar a governança pública e

conscientizar os servidores do seu papel no processo de governança, bem como acompanhar e reportar o progresso de apes, assegurar a conformidade com a legislao, avaliar o desempenho da instituio e elevar a qualidade dos serviços oferecidos  sociedade.

O IFCE também conta com uma ferramenta de monitoramento no ambiente virtual: o ForPDI, que possibilita verificar as apes, estratégias, promover ajustes e solicitar providências quanto aos procedimentos adotados para atingir as metas. A plataforma oferece agilidade, economicidade e promove solues para lidar, tempestivamente, com os desafios geográficos que são enfrentados pelas 35 unidades administrativas desta autarquia em todo o território cearense.

Importante ressaltar que durante ano foram pensadas apes focadas na efetividade de atendimento das recomendaes, orientaes e determinaes dos Agos de controle visando um aprimoramento da gestão, destaca-se a implementar as recomendaes da Controladoria-Geral da União o que se evidencia com o quantitativo de 67,31% das recomendaes no sistema da CGU e 32,69% em fase de adoo de providências pelo gestor. Os resultados alcançados com ajustes no fluxo de monitoramento e divisão de responsabilidades, conforme demonstrado no fluxo abaixo:



Dessarte, não obstante todos os desafios enfrentados por uma instituio de grande porte, o IFCE vem obtendo ,xito na entrega de uma educao de qualidade  sociedade, ao passo que fornece ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, projetos inovadores e avanços tecnológicos, além de promover uma relao transformadora para a sociedade mediante a integrao do conhecimento acadmico e cultural. Isso reflete nas avaliaes, das quais uma delas resultou, em 2019, no reconhecimento do Ministério da Educao  MEC ao curso de Gestão Desportista e de Lazer do campus Fortaleza como o melhor do Brasil para essa nomenclatura, na

atribuição de conceito 5 a outros cursos, no alto número de inscritos nos processos seletivos da instituição e que resultam em uma das instituições mais procuradas do Ceará por estudantes que buscavam fazer um curso superior.

### 3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Entende-se como risco a probabilidade de ocorrências de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de risco compreende o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos. Consciente que a gestão de risco é fator fundamental para contribuir com os avanços institucionais e favorece o bem gerir da coisa pública com probidade, respeitando os princípios constitucionais consagrados da administração pública.

Como forma de melhorar a comunicação e auxiliar o controle interno e a gestão de riscos, instituiu-se o modelo das linhas de defesa, com definição de responsabilidades de todos os envolvidos no processo. Cada uma dessas barreiras possui suas funções específicas, de maneira que cada área possa compreender todo o processo e possa atuar de forma tempestiva, oferecendo a resposta esperada de cada linha de defesa.

Na primeira linha de defesa, os gestores das áreas gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo também responsáveis por implementar as ações corretivas para buscar resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa monitora o gerenciamento de riscos da instituição, verifica as conformidades, desenvolve o controle interno e aprimora a primeira linha de defesa. Já a terceira linha, de forma independente, avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, inclusive como a primeira e a segunda linha alcançam os objetivos estratégicos, além de propor melhorias.

Veja-se o modelo das três linhas de defesa do IFCE:



No que tange o gerenciamento de riscos, o IFCE divulgou a todos os servidores, em ambiente virtual, o Plano de Integridade do IFCE, capacitou alguns deles em nível estratégico, tático e operacional, com a colaboração da Controladoria-Geral da União, e promoveu uma palestra sobre Integridade Pública ao Colégio de Dirigentes, composto pelos diretores-gerais, pró-reitores e diretores sistêmicos.

Além disso, também fomentou a capacitação dos servidores nos seminários da Controladoria-Geral da União, em assuntos vinculados a Governança, como prestação de contas e plano de integridade, gerenciamento de riscos, controladoria no setor público, com foco na integridade pública, e os impactos da Lei Nº 13.655/18 e do Decreto Nº 9.830/19 na relação entre gestor e o controle.

Almeja-se que o gerenciamento de risco se fortaleça no âmbito do IFCE contribuindo para o bom desempenho na realização dos objetivos estratégicos.

QUAIS SÃO OS RISCOS E OPORTUNIDADES ESPECÍFICOS QUE AFETAM A CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO DE GERAR VALOR EM CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS E COMO A ORGANIZAÇÃO LIDA COM ESSES RISCOS?

O Instituto Federal do Ceará vem empenhando-se no fortalecimento dos controles internos, na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos em suas atividades, destacando-se as seguintes iniciativas:

a) Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se, trimestralmente, um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício. Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro, quando a Reitoria solicita aos Diretores de campus um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gerenciamento de pessoas e administração geral, com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente. Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

b) Plano de Integridade do IFCE

Atendendo às orientações da Controladoria-Geral da União, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da Alta Administração da instituição em manter os elevados padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas. A elaboração do Plano de Integridade foi realizada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de integridade, com a incumbência de acompanhar sua execução.

O Plano apresenta o mapa de gestão de riscos, que, vinculado ao assunto "integridade", indica os riscos e os tratamentos por executar no âmbito da Comissão de Ética, da Corregedoria, da Auditoria, da Ouvidoria, do Conflito de Interesse e Nepotismo, da Gestão da Integridade, Transparência e outras áreas que possam contribuir para realização dos tratamentos aos riscos.

#### c) Plano de Providências Permanente

Todas as PræReitorias, as Diretorias Sistêmicas, os campi e demais setores do IFCE são fiscalizados pela Auditoria Interna, em conformidade com o PAINT, em seus processos. A partir dos resultados, são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, caso apontado no relatório de auditoria. Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são postos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente, que são as referências para a elaboração de manuais, sistemas e normas internas que direcionem os processos do IFCE em eficiência e, conseqüentemente, em mitigação dos riscos. Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns à Reitoria e aos campi contribui para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição.

#### d) Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela Alta Administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018 e, logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à integridade. Em sua última reunião, o Comitê elaborou Metodologia de Gerenciamento de Riscos do IFCE, a qual será submetida para apreciação e homologação do Conselho Superior - CONSUP. Ressalta-se que a Metodologia de Gerenciamento de Riscos fortalecerá o controle interno de áreas estratégicas para uma boa gestão da instituição.

Todas as iniciativas citadas são voltadas para o fortalecimento do controle interno de áreas-chave para a boa gestão da instituição, portanto, cabe ressaltar que, em breve, os controles internos relativos às iniciativas apresentadas deverão ser intensificados para atender ao disposto na Política de Gestão de Riscos do IFCE.

## 4. RESULTADOS DA GESTÃO

#### 4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

##### ÁREA: ENSINO

Para possibilitar a compreensão completa dos indicadores descritos neste documento, cabe destacar alguns conceitos descritos a seguir:

- ¿ Matrícula: matrícula de estudante que esteve ativa em pelo menos 1 (um) dia no ano de referência analisado, a saber 2019.
- ¿ Matrícula equivalente: trata-se da matrícula ponderada por vários fatores, tais como: fator de equivalência de carga horária e fator esforço de curso, de acordo com a metodologia de cálculo prevista na Portaria Setec/MEC nº 51, de 21 de novembro de 2018.

Para aferir os percentuais previstos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, utiliza-se o conceito de matrículas equivalentes, conforme estabelece a Portaria MEC nº 1.162, de 9 de novembro de 2018.

Todos os indicadores apresentados a seguir foram extraídos das edições da Plataforma Nilo Peanha (PNP) a saber:

- ¿ PNP 2018: consolidação dos indicadores da Rede Federal de EPT, de acordo com os dados do ano de referência de 2017.
- ¿ PNP 2019: consolidação dos indicadores da Rede Federal de EPT, de acordo com os dados do ano de referência de 2018.
- ¿ PNP 2020: consolidação dos indicadores da Rede Federal de EPT, de acordo com os dados do ano de referência de 2019.

Tema 1: Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas

Objetivo estratégico: Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008.

Indicadores:

- ¿ Matrículas Equivalentes em cursos técnicos: Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes vinculadas a cursos técnicos.
- ¿ Matrículas Equivalentes em cursos de formação de professores: Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes vinculadas a cursos de formação de professores, a saber: licenciaturas e especializações em formação pedagógica.
- ¿ Matrículas equivalentes em cursos de PROEJA (decreto 5.840/2006): Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes vinculadas a cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada (FIC) e a cursos técnicos integrados ou concomitantes, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA (PROEJA).

Percentual de matrículas equivalente por tipo de curso

Edição	Ano de referência	Matrículas equivalentes em cursos		
		técnicos	formação de professores	Proeja
PNP 2020	2019	44,1%	20,7%	0,5%
PNP 2019	2018	44,6%	18,7%	0,6%
PNP 2018	2017	44,1%	15,2%	0,2%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da Plataforma Nilo Peanha.

Em 2019 o IFCE atingiu o percentual de 44,1% de matrículas equivalentes em cursos técnicos. O número absoluto de matrículas em cursos técnicos cresceu em 2019, porém o aumento foi maior em outros tipos de cursos. Entretanto, em função da abertura de novas ofertas de cursos técnicos no ano de 2020, esse indicador tende a melhorar para o ano de referência 2020.

Pela primeira vez na série histórica, em 2019 o IFCE atingiu 20,7% de matrículas equivalentes em cursos de formação de professores, superando a meta de 20% estabelecida na Lei nº. 11.892/2008. Esse resultado é reflexo de ações da gestão de ensino do IFCE, que, entre outras, regulamentou o processo de criação de novos cursos, adotando a política de incentivo à criação de cursos de licenciatura.

Em 2019 o índice de matrículas equivalentes em cursos do PROEJA no IFCE foi de 0,5%. É possível se observar uma ligeira melhora neste indicador se comparado ao ano de referência 2017. Ainda assim, entende-se como necessária a adoção de políticas institucionais e governamentais que impulsionem a oferta nesta modalidade para que se atinja a meta de 10% estabelecida nos marcos legais.

Tema 2: Ampliação do número de estudantes egressos com sucesso.

Objetivos estratégicos:

- Reduzir a evasão discente.
- Reduzir o número de estudantes retidos.

Indicadores:

- Conclusão ciclo: Este indicador mede o percentual de matrículas de estudantes que concluíram o curso vinculado a um ciclo de matrícula. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e número de matrícula equivalente. Quanto maior o resultado, melhor.
- Evasão ciclo: Este indicador mede o percentual de matrículas de estudantes que saíram do curso, sem certificação ou diplomação, vinculado a um ciclo de matrícula. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e número de matrícula equivalente.
- Retenção ciclo: Este indicador mede o percentual de matrículas de estudantes retidos, vinculado a um ciclo de matrícula. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e número de matrícula equivalente. Quanto menor o resultado, melhor.

Percentual de matrículas equivalente por situação no fluxo escolar

Edição	Ano de referência	Matrículas equivalentes		
		Conclusão ciclo	Evasão ciclo	Retenção ciclo
PNP 2020	2019	46,06%	46,05%	7,89%
PNP 2019	2018	44,88%	48,77%	6,75%
PNP 2018	2017	43,76%	49,49%	6,35%

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da Plataforma Nilo Peanha.

Em 2019 o IFCE alcançou o percentual de 46,06% no indicador conclusão ciclo. É o melhor resultado do próprio IFCE em relação à série histórica da Plataforma Nilo Peanha. Esse é um indicador que vem crescendo a cada ano e em proporção cada vez maior.

O IFCE atingiu em 2019 o percentual de 46,05% no indicador evasão ciclo. É o melhor resultado do próprio IFCE em relação à série histórica da Plataforma Nilo Peanha. Esse número vem caindo desde 2017, refletindo as ações de combate à evasão estabelecidas no Plano de Permanência e Sucesso de Estudantes implantado em 2017 no IFCE.

O IFCE registrou em 2019 o percentual de 7,89% no indicador retenção ciclo. Esse é um indicador melhor analisado em conjunto com outros indicadores. Por exemplo, há a probabilidade de que as ações que visam reduzir a evasão podem impactar o índice de retenção, fazendo com que os vínculos dos estudantes com seus cursos sejam mais duradouros, podendo resultar em retenção.

Tema 2: Ampliação do número de estudantes egressos com sucesso.

Objetivo estratégico: Preencher as vagas ofertadas.

Indicador: Ocupação de vagas.

Este indicador visa aferir a relação entre a quantidade de matrículas ativas no ano de referência e a quantidade de vagas ofertadas em um determinado curso de uma unidade de ensino.

Em 2019 o IFCE registrou uma taxa de ocupação de 87,09% das vagas. Esse indicador passou a ser aferido apenas na Plataforma Nilo Peanha 2020, não havendo, portanto, parâmetros oficiais para a análise comparativa. Vale destacar que para a definição da taxa de ocupação foram considerados apenas cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e cursos de pós-graduação. Os cursos de Formação Inicial e Continuada foram excluídos do cálculo.

Tema 3: Melhoria da qualidade de ensino.

Objetivo estratégico: Melhorar os indicadores de qualidade de ensino.

Indicador:

Relação Aluno-professor: Este indicador mede a relação entre a quantidade de docentes efetivos ativos ponderados pelo tipo de regime de trabalho.

Na ponderação referente aos docentes, o número de professores efetivos que atuam no regime de trabalho de 20 horas semanais é multiplicado por 0,5 e somado à quantidade de professores efetivos que atuam nos regimes de trabalho de 40 horas semanais com e sem dedicação exclusiva.

Indicadores relacionando matrículas com docentes e com custo.

Edição	Ano de referência	Matrícula equivalente	Professor equivalente	RAP	Gasto/Matrícula equivalente
PNP 2020	2019	54.724	1.945	28,14	R\$ 12.656,19
PNP 2019	2018	49.928	1.685	29,63	R\$ 12.877,25
PNP 2018	2017	37.552	1.688	22,25	R\$ 14.407,28

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados da Plataforma Nilo Peanha.

Em 2019, conforme dados da Plataforma Nilo Peanha, no IFCE esse indicador foi de 28,14. Houve uma pequena redução em relação ao resultado de 2018, porém o índice ainda está bem acima do mínimo de 20 estabelecido na Lei nº 13.005/2014. Como em 2019 o IFCE recebeu um quantitativo relevante de novos docentes, o índice de professor equivalente teve um aumento proporcionalmente maior que o de aluno equivalente, resultando nessa pequena redução.

Indicador: Conceito Preliminar de Curso (CPC).

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. O CPC é divulgado anualmente, junto com os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pelo INEP. Os resultados variam de 1 a 5, sendo considerados os resultados 1 e 2 insatisfatórios, 3, 4 e 5 satisfatórios. Quanto maior, melhor.

Este indicador foi inserido este ano na base de dados complementar da Plataforma Nilo Peanha e considera apenas cursos com situação "em atividade", ou seja, cursos com oferta regular de novas vagas.

A PNP 2020 trouxe os CPCs divulgados pelo INEP até 2019, que no caso do IFCE são referentes a cursos avaliados de 2011 até 2018. Conforme os dados são 43 cursos de gradua o do IFCE com CPC, sendo nove com CPC 4, trinta e três com CPC 3 e um com CPC 2.

O IFCE tem evoluído nesse indicador, tanto que todos os cursos com CPC 4 foram avaliados de 2016 a 2018. A tendência   que esses resultados melhorem gradativamente.

Indicador: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de gradua o em rela o aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da forma o geral e profissional, e o nível de atualiza o dos estudantes com rela o   realidade brasileira e mundial. Os resultados variam de 1 a 5. Quanto maior, melhor. Este indicador não está contido na Plataforma Nilo Peçanha.

Os resultados divulgados pelo INEP são referentes a avalia es realizadas até 2018. Com base nos parâmetros usados pela PNP para divulga o do CPC, considerando apenas os cursos com situa o "em atividade", o IFCE tem cinco cursos avaliados com conceito 5 (m ximo), 18 cursos avaliados com conceito 4, vinte e um cursos avaliados com conceito 3, cinco cursos avaliados com conceito 2 e um curso avaliado com conceito 1.

Dentre os vinte e três cursos com conceitos 4 e 5, vinte foram avaliados de 2016 a 2018, isso mostra que os resultados vêm melhorando gradativamente.

Indicador:  ndice de titula o do corpo docente

Este indicador mede a titula o média dos professores efetivos da Rede Federal de EPT, considerando-se o mínimo de 1,0 e o m ximo de 5,0.

Em 2019 o  ndice de titula o do corpo docente do IFCE foi de 4. Esse   um ótimo resultado na escala de 1 a 5 proposta para a aferi o desse indicador.   o mesmo resultado do ano anterior e está acima da meta 3,6 estabelecida na Lei N . 13.005/2014. Conforme a Plataforma Nilo Peçanha 2020, 82,78% dos docentes do IFCE possuem titula o máxima de mestre ou doutor.

## RECURSOS: PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

### Tema 1: Fortalecimento da pesquisa institucional

Objetivo estratégico: Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.

Durante o ano de 2019, as ações de pesquisa do IFCE foram impulsionadas pela execução de projetos voluntários em nível de iniciação científica, bem como através dos diversos tipos de trabalhos que ocorrem nos laboratórios vinculados aos programas de pós-graduação que resultam em publicações científicas em canais especializados qualificados.

#### 1. Publicações Científicas

As publicações científicas são resultantes dos trabalhos efetivados durante as pesquisas desenvolvidas em projetos e orientações nos diversos níveis de estudo.

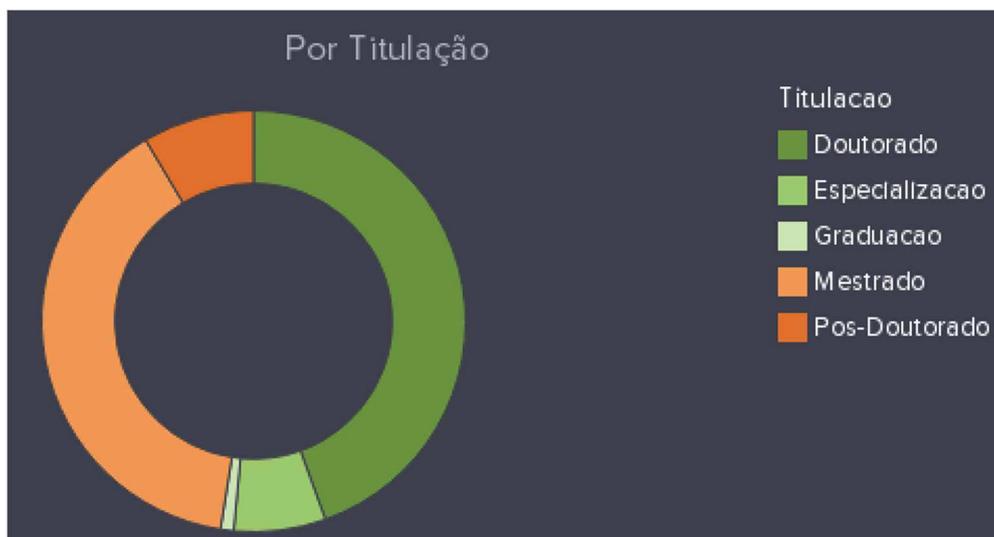
Tabela II - Publicações Científicas

Tipo	Quantidade
Artigos com Qualis CAPES	586
Trabalhos em Eventos	883

#### 2. Projetos de estudantes voluntários

Projetos que não possuem fomento financeiro direto, podem ser executados sob as resoluções que regem as pesquisas voluntárias na instituição. Eles seguem os mesmos princípios dos programas de iniciação científica e tem com foco principal os estudantes dos níveis médio e de graduação.

Gráfico dos Projetos Voluntários em 2019 - Titulação da Orientação



O Gráfico indica a formação dos professores orientadores nesses projetos de acordo com a Tabela a seguir.

Quantidade de Projetos por Titulação do Orientador

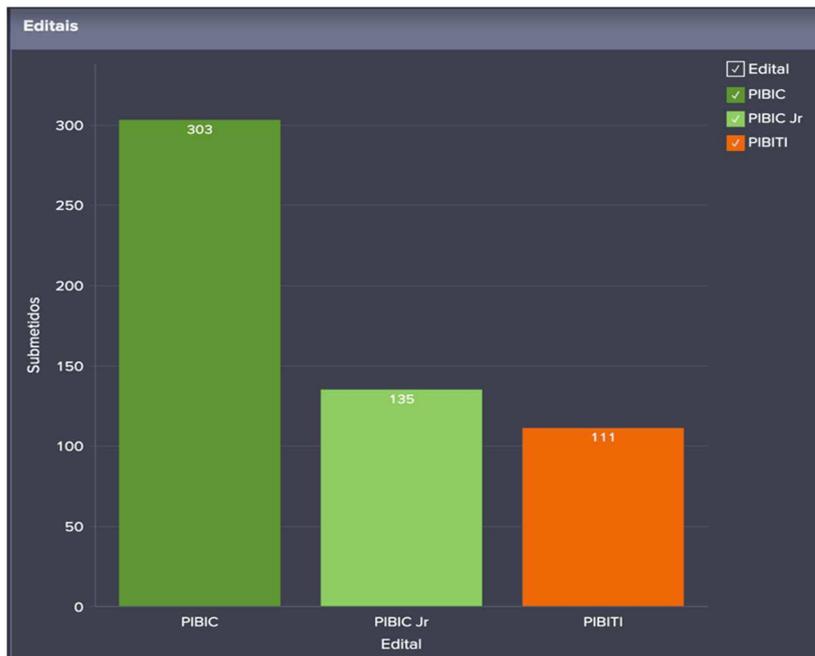
Edital	Submetidos
PIBIC	303
PIBIC Jr	135
PIBITI	111
<b>Total</b>	<b>549</b>

### 3. Projetos PIBIC, PIBIC Jr. e PIBITI

Os programas de iniciação científica e iniciação tecnológica são financiados com recursos próprios e de outras agências de fomentos estaduais e federais (FUNCAP e CNPq, respectivamente). Eles permitem proporcionar ao instituído um instrumento de formulação de política de iniciação em pesquisa, para ESTUDANTES DE CURSOS SUPERIORES E DE CURSOS EM NÍVEL MÉDIO (PIBIC Jr.).

Dentro deste escopo, são apresentadas, a seguir, os levantamentos estatísticos deste programa no ano de 2019 para projetos durante sua submissão.

Gráfico III - Número de submissões por tipo de edital. Total de 549.



## Sobre distribuição de Bolsas

Durante a indicação dos bolsistas, a PrÆreitoria de Pesquisa, PÆ-graduação e Inovação (PRPI) aloca as cotas de bolsas disponíveis de acordo com critérios de classificação e requisitos mínimos para obtenção. Os dados abaixo consolidam as informaes de distribuo de bolsas no ano de 2019.

Tabela V - Consolidação de Dados sobre Bolsas e Fluxos de Fomento

Tipo de Projeto	Fomento da Bolsa	Quantidade
PIBIC	IFCE (recurso próprio)	137
PIBITI	IFCE (recurso próprio)	83
PIBIC Jr	IFCE (recurso próprio)	62
PIBIC	FUNCAP	50
PIBIC Jr	CNPq	47
PIBIC	CNPq	35
PIBITI	CNPq	22

### Cartão Pesquisador

Descrição: Implantar e consolidar em projetos de PD&I do IFCE o uso do cartão pesquisador com vistas a proporcionar maiores resultados e transparência na execução dos projetos.

Resultados alcançados em 2019: 85 projetos de PD&I em desenvolvimento em 2019, fomentados com recursos gerenciados pelo cartão pesquisador.

### Consolidação da Plataforma de Gestão de Pesquisa: Plataforma NL

Descrição: Ampliar o uso da Plataforma de Gestão de Pesquisa em todos os campi para cadastro de todas as atividades relacionadas - PD&I, realizar mineração de dados e mapear o potencial de pesquisa do IFCE.

Resultados alcançados em 2019:

-  Implantação do sistema de avaliação de currículo Lattes em tempo real;
-  Implantação de ferramenta integrada de cobrança e conversão de produção registrada no Currículo Lattes para ORCID;
-  Melhorias nas ferramentas de B.I. (Business Intelligence) para análise dos dados registrados na Plataforma NL;
-  Melhoria dos tutoriais em vídeo e visibilidade de manuais e modelos de documentos usados nas submissões e prestação de contas de projetos;
-  Implantação de sistema de solicitaes diversas para os pesquisadores;
-  Correlacionamento de dados de pesquisadores servidores e estudantes com outras plataformas institucionais de recursos humanos e ensino.

### Definição, Mapeamento e validação dos fluxos PD&I.

Descrição: Eficiência na gestão, atendimento -s exigências legais e transparência nos processos.

Resultados alcançados em 2019: Em 2019 a PRPI realizou uma série de capacitaes (Gestão de processos e Gestão da Inovação) com seus servidores no sentido de tornar possível o

mapeamento e validação dos fluxos de PD&I. Após o treinamento as equipes iniciaram a coleta de informações e modelagem dos processos utilizando o software Bizagi. Em 2020 iniciamos as atividades relacionadas a validação dos fluxos para sua posterior aplicação.

Projeto Cacife: Ciências, Artes e Cultura Itinerante do Instituto Federal do Ceará- IFCE.

Descrição: Estimular, nas pessoas residentes nas regiões visitadas pelo IFCE, o gosto e a curiosidade pelas ciências e artes, bem como apresentar as áreas do conhecimento ofertadas no IFCE e as formas de interação do IFCE com a sociedade (Extensão-Pesquisa-Esino).

Resultados alcançados em 2019: Realizado o processo de elaboração, compra de equipamentos e descrição das atividades a serem desenvolvidas. No ano de 2019 realizou-se esse planejamento e a consequente ação de estruturação do projeto. Em Outubro de 2019 o projeto participou da II Feira das Profissões e Empreendedorismo de Pacajus onde foi possível a apresentação do projeto. Já em 2020 o momento será de expandir o projeto para que iniciemos as ações itinerantes.

Implantação do Sistema Financiar.

Descrição: Contratação de sistema de busca via web, que disponibiliza para pesquisadores, professores e gestores do IFCE informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Resultados alcançados em 2019: O Sistema Financiar que divulga os agentes financiadores, nacionais e internacionais, que apoiam projetos de P,D&I no Brasil, teve seu contrato de prestação de serviços ao IFCE prorrogado por mais 12 (meses) em 2019, garantindo a liberação de acesso ao conteúdo das páginas para assinantes - BUSCA, DESTAQUES, PERFIL DO USUÁRIO e FÓRUM - da base de dados no sistema FINANCIAR para 50 (cinquenta) usuários, servidores ou prepostos.

Contratação de Capacitação e desenvolvimento de pessoal.

Capacitação em gerenciamento de processos de negócio (BPM) com foco em modelagem de processos de negócio com BPMN através da empresa de consultoria e capacitação. A contratação previa entrega dos serviços em duas etapas: Capacitação e Treinamento (32horas) e Mentoria para o Escritório de Processos (20horas). Participantes: 20. Investimento: R\$ 33.584,00

Treinamento na área de uso estratégico de patentes em projetos de P e D e negócios para formação técnica dos servidores e desenvolvimento eficiente das atividades de pesquisa e inovação institucional, estimulando a criatividade e criando melhores condições para o cumprimento de metas e objetivos no IFCE. Investimento: R\$ 15.000,00

Tema 2: Consolidação da Inovação.

Objetivo estratégico: Expandir e consolidar a inovação.

INDICADORES:

- ¿ Depósitos de propriedade intelectual.
- ¿ Volume de recursos captados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

A Inovação do IFCE possui os seguintes projetos estratégicos:

1. Ampliar a parceria com empresas, instituições diversas para captação de projetos.
  - a. Resultados esperados: Ampliar as parcerias e o volume de recursos captados em projetos de PD&I.
2. Mapear o potencial de inovação do IFCE.
  - a. Resultados esperados: Mapear o potencial de Inovação do IFCE.

Com o fim de alcançar seus objetivos, a Inovação do IFCE executou as seguintes macroatividades executadas em 2019:

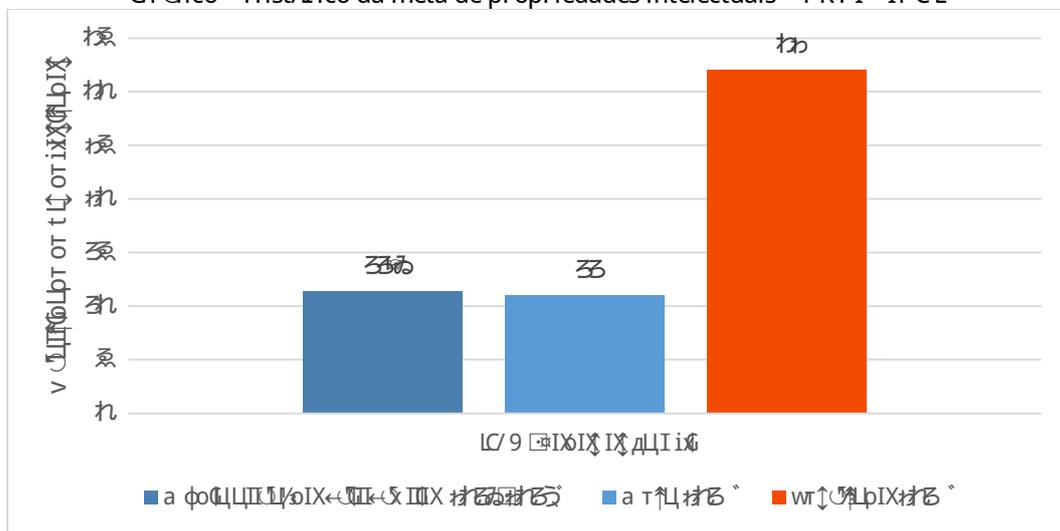
1. Atualização da política de inovação.
  - a. A política de inovação aprovada no ano de 2019 atualiza fluxos de inovação existentes, além de estabelecer novos fluxos e processos, permitindo a viabilidade da consolidação da inovação, indo de encontro com o segundo projeto estratégico citado.
2. Proposição de atualização do regimento do NIT
  - a. Existir agentes de inovação em diversos campi: realizando prospecção para ampliar parcerias com empresas e instituições diversas para captação de projetos; revisando, validando, otimizando e propondo fluxos e processos para o setor da inovação, além de colaborarem com mapeamento local/regional do potencial de inovação no cenário/campi que estão inseridos.
3. Capacitação contínua de servidores do IFCE
  - a. A referida atividade possui como resultado indireto o aumento no número de patentes depositadas e prospecção de projetos junto ao setor produtivo, uma vez que além da disseminação da cultura da inovação na comunidade IFCE, essa comunidade se apropria de conhecimento e ferramentas para efetivamente contribuir com os indicadores.
4. Prospecção contínua de oportunidades e captação de projetos
  - a. Realização de atendimentos, eventos, oficinas, palestras, reuniões, visitas e afins em busca de parceria com empresas e instituições diversas para captação de projetos.
5. Gestão da propriedade intelectual
  - a. Descrição: Consiste no Monitoramento, acompanhamento e execução de processos relativos à obtenção e manutenção dos direitos de propriedade intelectual.

Também contempla a orientação da comunidade interna e externa do IFCE quanto a legislação e normas internas no tocante a propriedade intelectual.

Assim, o IFCE, a fim de alcançar seus objetivos estratégicos, no âmbito da Inovação, mede a efetividade de suas ações por meio de dois indicadores, são eles: (1) quantidade de propriedades intelectuais depositadas; e (2) o valor de recursos externos captados em projetos de PDI.

Quanto a meta relativa ao número de registros/depositos de propriedades intelectuais, o IFCE alcançou, uma vez que houve o depósito de 32 pedidos/registros. Ainda acerca das propriedades intelectuais, vale salientar que entre 2014 e 2018, houve a solicitação de registro de 57 propriedades intelectuais, entre marcas, patentes e registros de softwares. Diante do apresentado, percebe-se que o ano de 2019, além de apresentar resultado superior a meta para 2019, mostra-se promissor em relação ao quinquênio anterior, por representar 56,1% do resultado obtido em cinco anos. O Gráfico a seguir representa o supracitado.

Gráfico Histórico da meta de propriedades intelectuais - PRPI - IFCE

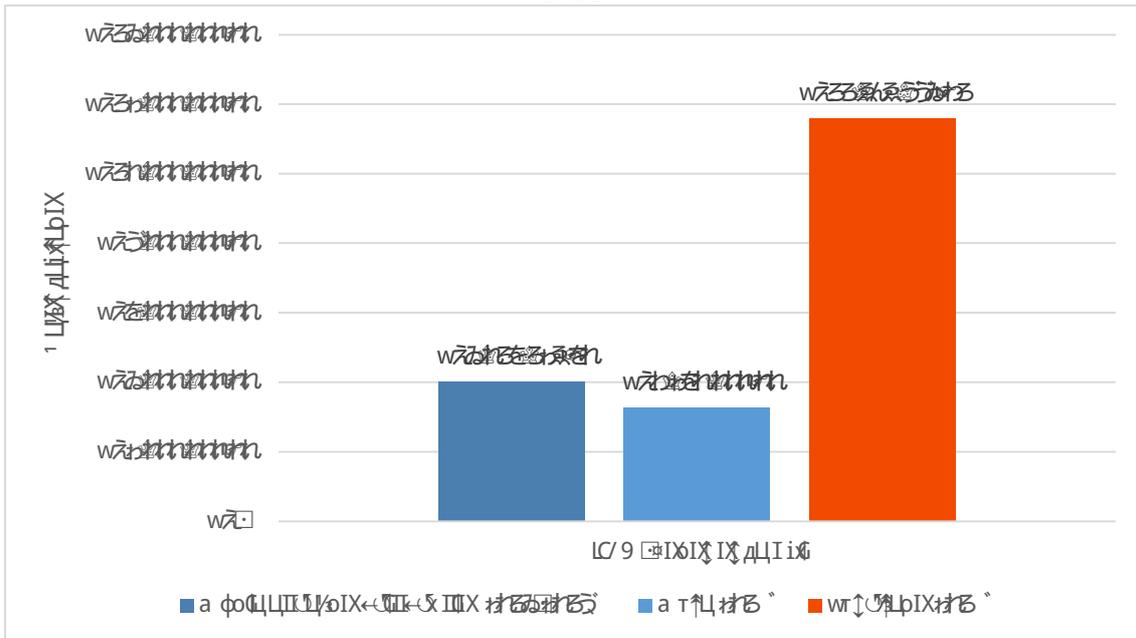


Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, quanto a meta relativa a captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação, o IFCE alcançou, uma vez que houve a captação de R\$ 11.575.884,31. Vale salientar que entre 2014 e 2018, houve a captação de R\$ 20.060.628,00.

O Gráfico a seguir representa o supracitado.

Gráfico Histórico da meta de captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação - PRPI - IFCE



Fonte: Elaboração própria.

Diante do apresentado, percebe-se que o ano de 2019, além de apresentar resultado superior à meta para 2019, mostra-se promissor em relação ao quinquênio anterior, por representar 57,6% do resultado obtido em cinco anos.

Assim, diante de todo o apresentado, os desafios concentram-se prioritariamente no estímulo dos poucos campi que individualmente não alcançaram suas metas anuais para que os objetivos estratégicos da Instituição sejam alcançados.

Tema 3: Expansão e excelência da pós-graduação.

Objetivo estratégico: Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação

INDICADORES:

- ∫ Índice de Titulação do Corpo Docente.
- ∫ Índice de Titulação TAEIS

Objetivo estratégico: Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação.

INDICADORES:

- ∫ Índice de concludentes lato sensu
- ∫ Índice de concludentes stricto sensu

No ano de 2019, a pós-graduação foi pautada por ações que viabilizaram sua internacionalização, buscando cada vez mais a expansão e o fortalecimento dos seus programas e cursos através de trocas de experiências e parcerias com laboratórios, grupos de pesquisa, universidades e tantas outras com reconhecida produção científica e tecnológica no âmbito internacional. Almejando alcançar seus objetivos, a Pós-graduação no IFCE realizou as seguintes atividades:

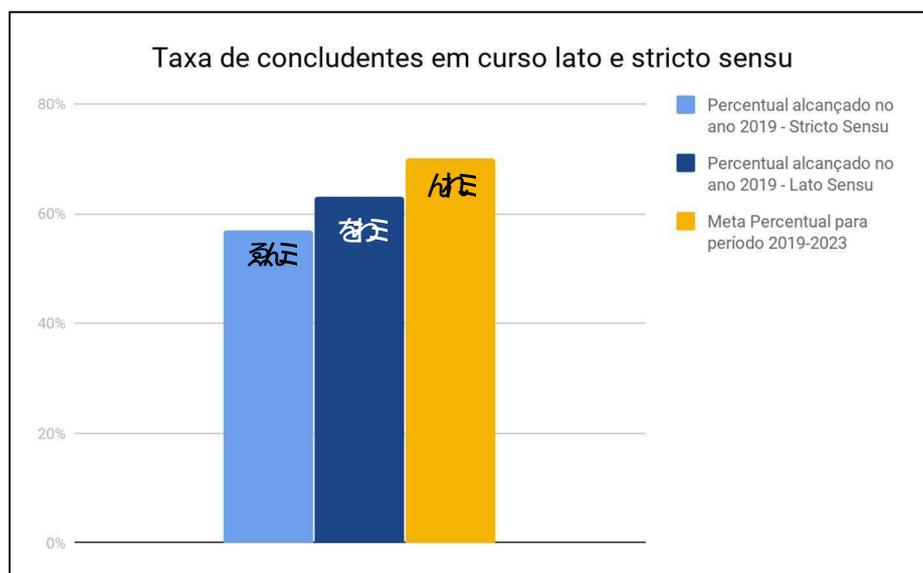
1. Interiorização da Pós-graduação: criação do Curso de Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica e início das atividades do Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente, com um curso em nível de mestrado, no Campus Maranguape, em Associação com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
2. Internacionalização da Pós-graduação Stricto Sensu do IFCE: concessão de apoio à internacionalização dos programas de pós-graduação Stricto Sensu do IFCE. Nesta ação foi investido o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em 8 (oito) PPGs stricto sensu.
3. Interiorização da capacitação de docentes e TAE em nível de pós-graduação: processo contínuo de capacitação de docentes e TAE, buscando parcerias nacionais e internacionais. Dentre as atividades, pode-se destacar: capacitação de 28 docentes em nível de doutorado através de parcerias DINTER em Teleinformática, Física e Engenharia de Alimentos com UFC, UFRN e UFSC, respectivamente; capacitação de 29 TAE em nível de mestrado através da parceria com o mestrado em avaliação de políticas públicas da UFC. Além disso, foi iniciada a tratativa para submissão de DINTER em Ciências Marinhas, Geografia e Engenharia Agrícola com a UFC.
4. Capacitação de servidores da reitoria: No âmbito da reitoria, 7 servidores participaram de processo seletivo para recebimento de incentivo à capacitação, em nível de pós-graduação, na forma de ressarcimento de matrículas e mensalidades. Desses, 5 (cinco) foram contemplados. O montante de recurso investido em 2019, considerando os servidores já contemplados e os novos foi de R\$ 86.600,00 (oitenta e seis mil e seiscentos reais).
5. Aprovação do Regulamento de Professor Visitante Brasileiro e Estrangeiro: estabeleceu os procedimentos para admissão e os critérios de atuação do professor visitante brasileiro (PVB) e do professor visitante estrangeiro (PVE), visando à implantação e qualificação

de cursos de p<sup>ós</sup>-gradua<sup>ção</sup> stricto sensu do IFCE, bem como o aprimoramento de á<sup>reas</sup>, projetos e programas de ensino, pesquisa, extens<sup>ão</sup>, inova<sup>ção</sup> e desenvolvimento científico, tecnológico e produ<sup>ção</sup> cultural no âmbito do Instituto Federal de Educa<sup>ção</sup>, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

6. Mapeamento e valida<sup>ção</sup> dos fluxos de p<sup>ós</sup>-gradua<sup>ção</sup>: consistiu na elabora<sup>ção</sup> e valida<sup>ção</sup> de fluxos dos principais processos da p<sup>ós</sup>-gradua<sup>ção</sup>, que est<sup>ão</sup> dispon<sup>íveis</sup> no s<sup>ítio</sup> <https://ifce.edu.br/prpi/posgraduacao/Pastas/pos/paginas/fluxos>.

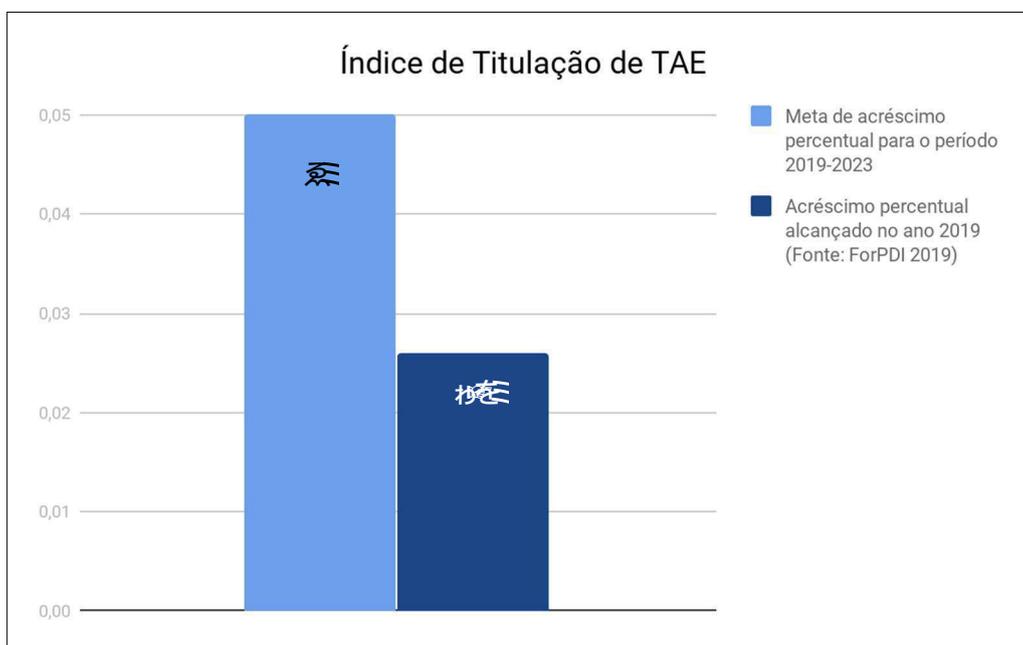
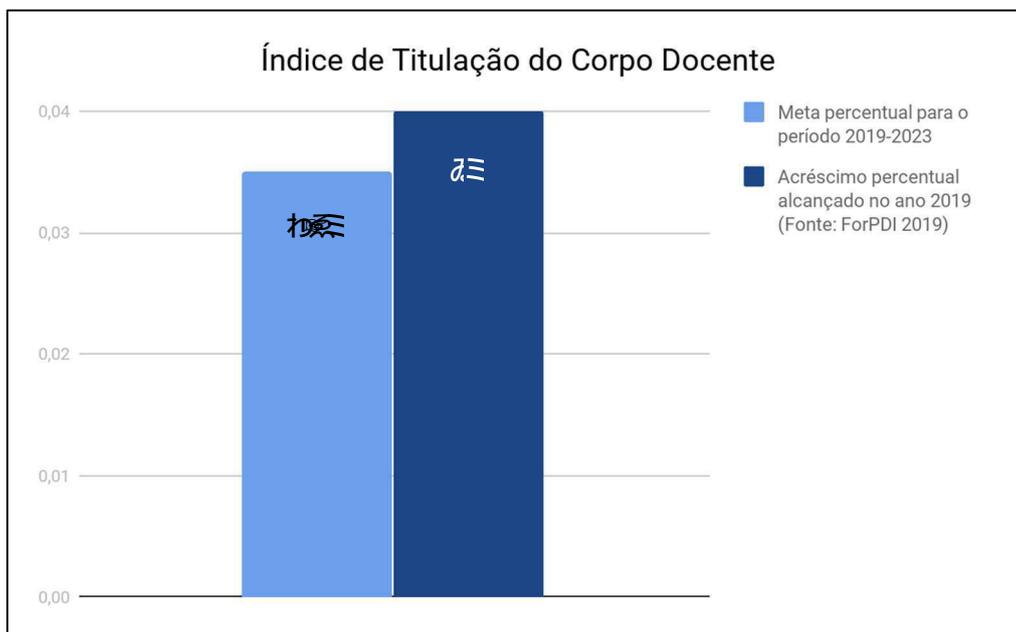
No gr<sup>áfico</sup> a seguir apresentam-se as metas e resultados dos indicadores relacionados aos discentes concludentes em cursos lato e stricto sensu.

Gr<sup>áfico</sup> - Taxa de concludentes em curso lato e stricto sensu



Nota-se que o percentual alcan<sup>çado</sup> no ano de 2019 ficou pr<sup>óximo</sup> da meta para o per<sup>íodo</sup> 2019-2023, que é de 70%. Espera-se que a meta seja atingida com a finaliza<sup>ção</sup> de turmas de cursos que ainda est<sup>ão</sup> sendo executados e que ter<sup>ão</sup> novos alunos concludentes.

Os gr<sup>áficos</sup> a seguir apresentam as metas e resultados dos indicadores relacionados à capacita<sup>ção</sup> servidores t<sup>écnicos</sup> administrativos e docentes educacionais em n<sup>ível</sup> de p<sup>ós</sup>-gradua<sup>ção</sup>.



Observa-se através dos Gráficos que:

- a) o percentual alcançado no ano de 2019 para o índice de titulação de corpo docente atingiu a meta percentual prevista para o período 2019-2023. Tal resultado é decorrente das ações contínuas de incentivo à capacitação de anos anteriores, que impactaram no ano de 2019. Ações iniciadas em 2019 são capazes de ter seus impactos mensurados nos próximos anos, levando-se em conta o tempo da capacitação em nível de pós-graduação.
- b) o percentual alcançado no ano de 2019 para o índice de titulação de TAE ficou próximo de 50% da meta percentual prevista para o período 2019-2023. Espera-se que o término, conclusão e novas ações de capacitação de TAE impactem positivamente nos resultados dos próximos anos, prevendo-se o cumprimento da meta antes de 2023.

## ÁREA: EXTENSÃO

A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialéctica e transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Enquanto processo, a extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFCE promove a articulação entre os saberes, com base nas demandas sociais, buscando o desenvolvimento local e regional.

A extensão no IFCE busca promover a interação dialéctica entre a sociedade e a comunidade académica, respondendo às demandas sociais por meio da integração entre ensino e pesquisa. Também colabora com a formação integral do discente, proporcionando experiência que vá além da prática académica, contribuindo para o desenvolvimento local e regional e articulando políticas que oportunizem o acesso à educação, fortalecendo os mecanismos de inclusão.

Tema 1: Desenvolvimento Local e Regional.

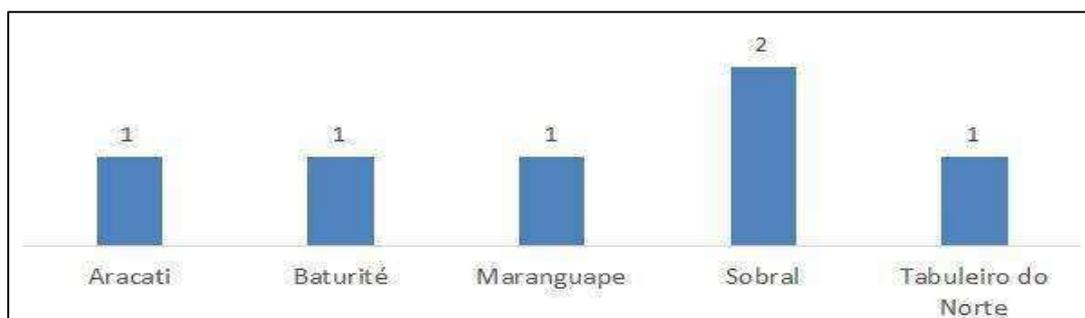
Objetivo estratégico: Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.

INDICADORES:

1é- Total de parcerias firmadas

Meta para 2023 - 5 parcerias por campus

Parcerias de Extens<sup>2</sup>o formalizadas por campus



Fonte: PrÆreitoria de Extens<sup>2</sup>o, 2019.

Este indicador foi incluído no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) com o propósito de estimular a formalização de parcerias. Considerando que o IFCE vem desenvolvendo, cada vez mais, diversas atividades de extens<sup>2</sup>o em parceria com instituições públicas e privadas, tem-se procurado, portanto, sistematizar e facilitar este processo de formalização. Nesse sentido, criou-se, em 2020, uma aba específica no Sistema de Gerenciamento da PrÆreitoria de Extens<sup>2</sup>o (SigProext) que possibilita o gerenciamento das parcerias na área da extens<sup>2</sup>o.

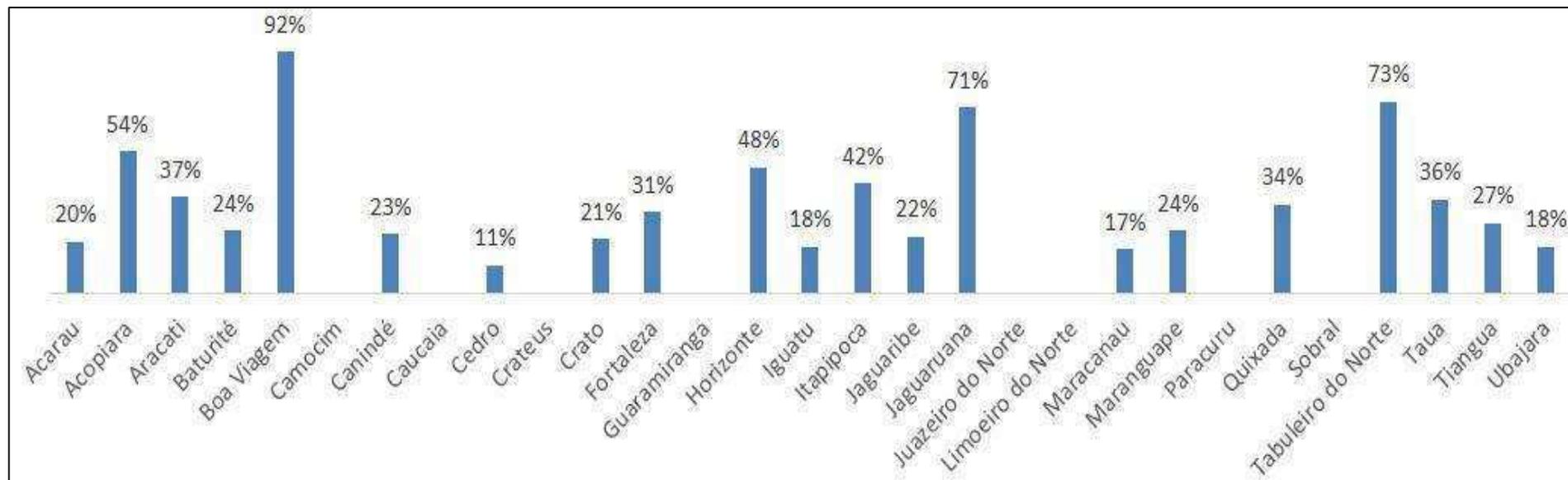
Os dados de 2019, indicando que dos 33 campi apenas cinco formalizaram parcerias na extens<sup>2</sup>o, mostram o tamanho do desafio de se efetivar essa cultura da formalização. Uma das dificuldades para o alcance desta meta é a ausência de um fluxo mais didático para os campi formalizarem as parcerias.

Uma estratégia para facilitar esse alcance seria promover mais diálogos sobre este tema junto aos campi, e realizando a organização e acompanhamento deste fluxo. Também seria importante, em âmbito de reitoria, um maior diálogo com instituições estaduais com as quais se pudesse celebrar parcerias no interior do Estado.

2é - Índice de participao de servidores na Extensão

Meta para 2023: 20% dos servidores envolvidos

Participao de servidores na Extensão



Fonte: PrÆreitoria de Extensão, 2019.

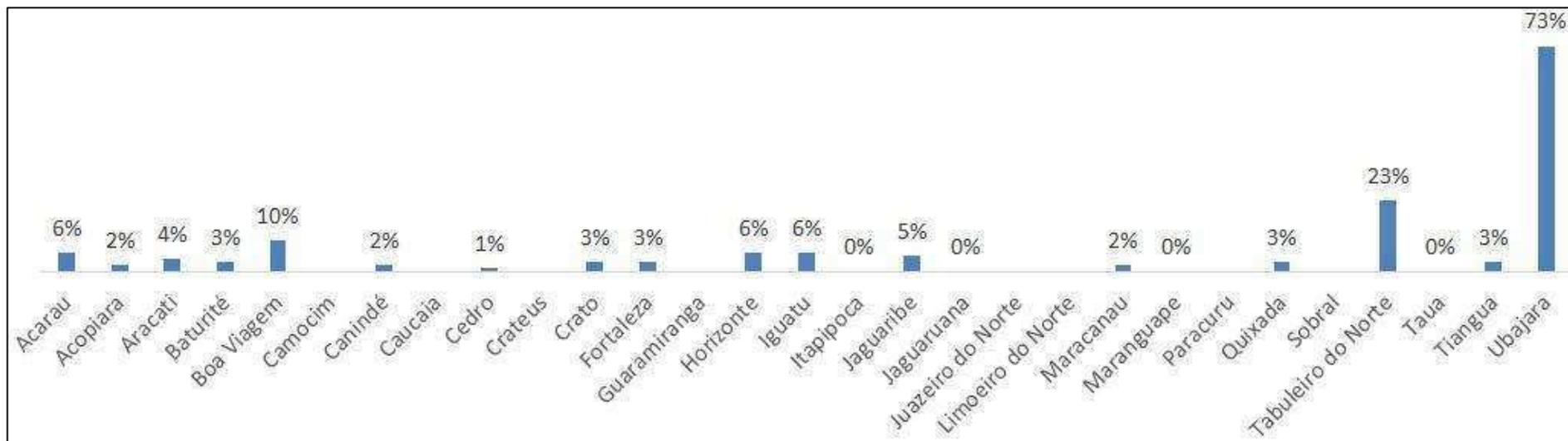
Jno primeiro ano do PDI, percebemos que, em muitos dos campi, conseguimos suplantar a expectativa, graça aos avanços na sistematizao de informaes, documentos e utilizao de sistemas para gerenciamento das atividades de extensão no IFCE. De forma sistêmica, o fomento de projetos e eventos de extensão, por meio do edital Papex e de Arte e Cultura respectivamente, também contribuiu para ampliar a participao de servidores na extensão. A demais, destaca-se o apoio institucional dos campi que, a partir de iniciativas locais, também desenvolvem muitas atividades de extensão.

Ousamos afirmar que se fossem viabilizadas e garantidas a participao de técnicos administrativos na extensão, certamente teríamos um maior avanço desses percentuais.

### 3é - Índice de participação de discentes na Extensão

Meta para 2020: 7% de discentes envolvidos com extensão

Participação de discentes na Extensão



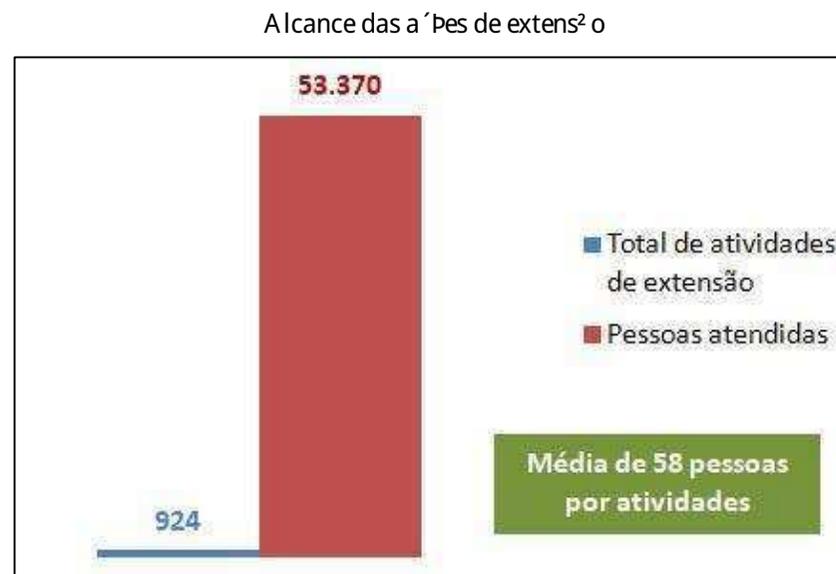
Fonte: PrÆreitoria de Extensão, 2019.

A pesar de em alguns campi terem alcançado a meta, ou até ultrapassado, avaliamos que ainda precisamos avançar para alcançar o percentual desejado em todos os campi, pois o fato de a extensão contribuir na formação integral do aluno, bem como ajuda a diminuir os índices de evasão e retenção dos discentes.

Com o processo de curricularização da extensão prevista na estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) e na Resolução 07 de 18 de dezembro de 2018 - CNS que assegura a destinação de, no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, a ser implementado a partir de 2021, certamente esse indicador será alcançado e ampliado em todos os campi.

4é - Taxa de alcance das a´bes de extens²o

Meta para 2023: Mºnimo de 30 pessoas atendidas por a´²o



Fonte: PrÆreitoria de Extens²o, 2019.

O resultado demonstra como a extens²o tem chegado ¯s comunidades, superando a meta. Mas, também, vale ressaltar que ainda temos uma disfun²o no preenchimento do SIGPROEXT, pois ¯s vezes é informada uma quantidade maior de pessoas do que realmente se consegue alcançar.

Tema 2: Diversidade e acessibilidade.

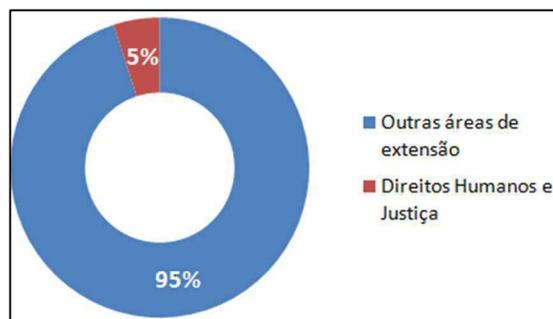
Objetivo estratégico: Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial.

INDICADORES:

1º - Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial

Meta para 2023: 15% das ações de extensão na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial

Ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial



Fonte: SigProext, 2019.

Em 2019, tivemos 924 ações de extensão cadastradas pelos campi no SigProext. Destas, 45 (5%) foram relativas às questões de acessibilidade e diversidade étnico-racial, incluídas na Temática dos Direitos Humanos. Vale ressaltar que a versão utilizada do SigProext em 2019 dificultava a extração de dados mais próximos da realidade. De todo modo, avaliamos o índice alcançado no primeiro ano bastante positivo, pois já se atingiu mais de 50% do previsto para a gestão toda: 2019-2023.

Vale informar, também, que no ano de 2019, dentre as ações realizadas pela PROEXT com o objetivo de alcançar este indicador, podemos citar a realização de 02 reuniões técnicas com os coordenadores de NAPNEs e NEABIS e a realização dos 02 Encontros anuais, sendo VI Encontro de Napnes realizado em Morada Nova e o VI Encontro de NEABIS realizado em Iguatu, ambos os encontros com o objetivo de fortalecer as discussões sobre acessibilidade e diversidade étnico-racial junto aos nossos servidores, discentes e comunidade externa.

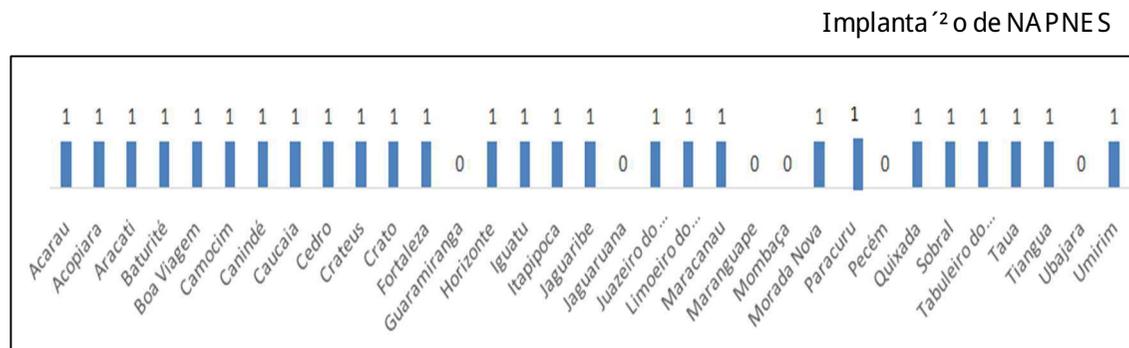
Além disso, destacamos que o lançamento do Novo SigProext oportunizou um melhor registro das ações realizadas por estes núcleos, colaborando assim, para que no ano de 2020 tenhamos uma melhor sistematização das ações realizadas através do aba para cadastro dos núcleos e a inclusão de seus planos de ações e relatórios anuais.

Outro fator, importante para se destacar em relação a este indicador foi a continuidade do lançamento do Edital Papex oferecendo 7 vagas para os projetos desenvolvidos na Área de Direitos Humanos, isso tem favorecido o interesse de nossos servidores e discentes no desenvolvimento de ações Área da acessibilidade e diversidade étnico-racial.

Para os próximos exercícios pretende-se permanecer com a realização das reuniões técnicas com coordenadores, a realização dos Encontros anuais dos Núcleos, a continuidade e/ou ampliação das vagas no Edital Papex com o objetivo de aprimorar nossas discussões e fortalecer os trabalhos realizados, além de cada vez mais estreitar os vínculos com as demais prorrogorias e diretorias sistêmicas, com a comunidade externa e com os discentes.

2é - Taxa de implantao de NAPNES (Núcleo de Atendimento s Pessoas com Necessidades Específicas)

Meta para 2023: 8 NAPNES implantados



Fonte: Preiretoria de Extensão, 2019.

Em 2019, tivemos a implantao de mais 01 NAPNE, no campus de Boa Viagem, isso corresponde a 12,5% do total desejado ao final da gestão, que ter NAPNE em todos os campi. Dessa forma contabilizamos ato momento 27 núcleos implantado nos campi do IFCE.

Dentre as aes realizadas no ano de 2019 para ampliao das discussões sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no IFCE, deu-se continuidade às visitas de assessoria aos campi de Camocim, Acaraú, Cratus e Boa Viagem, fechando um ciclo de visitas que se iniciou no ano de 2018, com o objetivo de instrumentalizar a comunidade acadmica dos campi e comunidade externa sobre as temáticas da acessibilidade.

Além disso, foi atualizado o Regulamento da Comissão Técnica de Acessibilidade no IFCE, sendo apresentado na reunião do COLDIR, com o objetivo de dar novas diretrizes a comissão e vinculla diretamente ao gabinete do reitor, para que assim possa desenvolver um trabalho mais sistmico dentro do IFCE.

Como avanços nessa área da acessibilidade, também foi realizado no ano de 2019 um aumento do número de prestao de serviço do tradutor intérprete de libras aos campi do IFCE, para que a demanda dos campi em relao a esse serviço fosse de alguma forma atendida. Esse ano o tradutor intérprete de libras da PROEXT realizou 23 visitas referentes  participao em encontros pedagógicos, aulas de mestrado, palestras e reuniões.

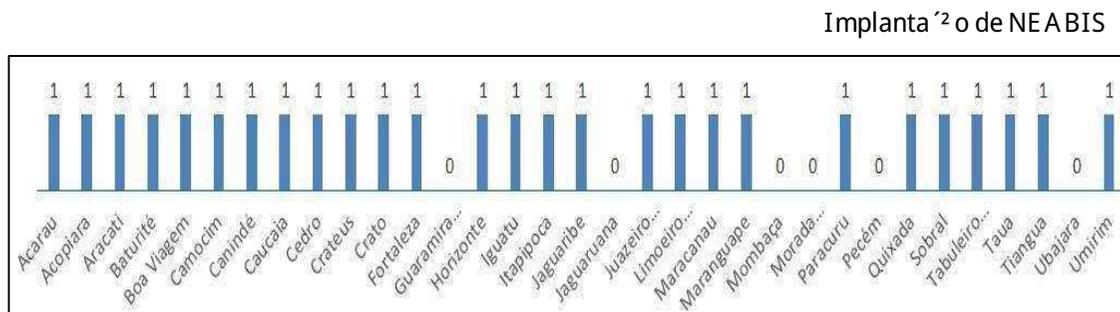
Foi dada continuidade ao levantamento do número de discentes com deficiência no IFCE e, até dezembro de 2019, tínhamos 176 discentes com deficiência, conforme dados recebidos.

As principais ações que contribuem para a implantação dos NAPNEs são as assessorias feitas pela CAD (Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico Racial), seja por meio das visitas aos campi e ou recebimento dos membros do NAPNE na Proext/Reitoria, as reuniões técnicas com coordenadores de NAPNE e o evento anual desse núcleo.

Quanto aos campi do gráfico acima que não implantaram o NAPNE, a principal justificativa para isso é o número insuficientes de profissionais nos referidos campi. O fato também de não ter recursos definidos, de âmbito nacional e de reitoria para estruturar os núcleos e dar condições de trabalho aos profissionais também torna-se um dificultador. Importante, outrossim, que tenhamos formação continuada na área da acessibilidade e inclusão o que pode, não apenas, estimular a participação de servidores, mas também possibilidade maior qualidade nos serviços prestados.

### 3é- Taxa de implantação de NEABIS (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas)

Meta para 2023: 10 NEABIS implantados



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, 2019.

Em 2019, tivemos a implantação de 04 NEABIS ( nos campi: Caucaia, Limoeiro do Norte, Paracuru e Tianguá), correspondendo a 40% do previsto, percentual bastante significativo. Sendo resultado das assessorias realizadas juntos aos campi, do aumento de servidores negros no IFCE, fortalecendo as pautas étnico-raciais e realização de formações e diálogos.

Dentre as ações realizadas no ano de 2019 para ampliação das discussões sobre as questões étnico-raciais no IFCE, deu-se continuidade às visitas de assessoria aos campi: Camocim, Acaraú, Crateús e Boa Viagem, fechando um ciclo de visitas que se iniciou no ano de 2018, com o objetivo de instrumentalizar a comunidade acadêmica dos campi e comunidade externa sobre a temática étnico-racial.

Outras ações que nos ajudaram no alcance deste dado foram: Realização de reunião técnica com os coordenadores de NEABIS, a realização do VI Encontro no campus de Iguatu, a colaboração direta na criação da comissão institucional de heteroidentificação, com a participação na elaboração de Regulamento institucional para realização das bancas de aferição no IFCE, o reajuste na carga horária de coordenadores, vice-coordenadores e demais membros do Neabi (coordenadores e vice com 8 horas semanais e demais membros 4 horas semanais), para que assim possa ser contabilizado na carga horária do PIT, relativo ao ensino, a participação da equipe da CAD em eventos nos campi para fortalecimento e valorização das discussões sobre a temática étnico-racial. Todos estes elementos que englobam: formação de servidores e estudantes, valorização profissional, fortalecimento do diálogo, valorização das ações realizadas pelos campi são fundamentais não apenas ao alcance do número de NEABIS desejados (em 100% dos campi), mas para ultrapassarmos o racismo institucional e garantirmos a implementação das legislações educacionais e garantirmos reparação histórica às populações negras e indígenas.

Assim, para avançarmos no cumprimento do indicador e atingirmos o nosso maior objetivo que é a inclusão educacional, faz-se necessário ampliarmos as formas, ouvirmos os servidores diretamente envolvidos nestas pautas e buscarmos ampliar os recursos humanos e financeiros.

### Tema 3: Empreendedorismo

Objetivo estratégico: Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.

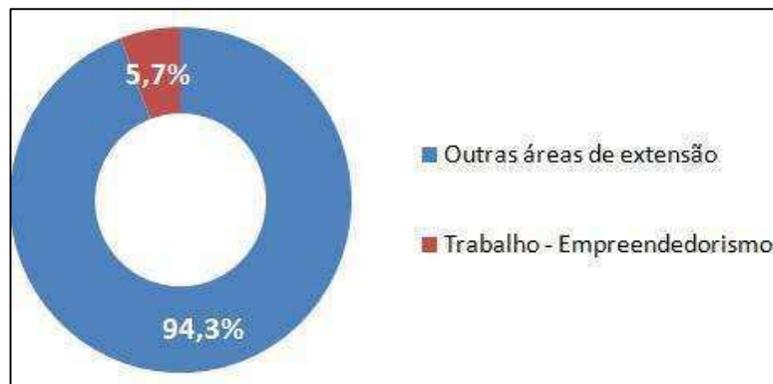
#### INDICADORES:

1é - Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo

Meta para 2023: 10% de ações de extensão na área de empreendedorismo

Para acompanhamento desse indicador, consideramos as ações registradas no SigProext na área Trabalho. Após levantamento dessas ações identificou-se que os campi possuem uma alta participação na temática de empreendedorismo, desenvolvendo programas, projetos e eventos com o objetivo de incentivar e disseminar a temática para a comunidade acadêmica e a comunidade externa.

Do total de 924 atividades de extensão, foram identificadas 53 atividades na área de Trabalho sobre a temática Empreendedorismo, chegando a um percentual de 5,7% de atividades de extensão na área, conforme gráfico abaixo:



Fonte: SigProext, 2019.

Podemos destacar como uma ação para atendimento a esse indicador, a IFCE Business Week (IBW) realizada pela PROEXT, com a parceria dos campi e participação dos alunos e servidores. O objetivo da semana foi disseminar a cultura empreendedora, despertando a criatividade, a inovação e o espírito empreendedor dos alunos e egressos do IFCE e incentivar o surgimento de ideias de negócios. Em 2019, ocorreu a segunda edição do evento, onde tivemos o envolvimento de 13

Campi (Acará, Baturité, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Pecém, Quixadá, Tabuleiro do Norte e Tianguá) e a participação de aproximadamente 800 alunos, somando os que se envolveram diretamente nas programações dos Campi e os que participaram como ouvintes prestigiando o evento.

A programação da semana teve como atividades principais a realização de Hackathons e maratona de ideias de negócios, com o objetivo de desenvolver soluções para problemas identificados no mercado. Durante a maratona, tivemos a participação de 37 equipes compostas por até 5 alunos. Essas equipes foram avaliadas por meio de pitches e receberam brindes, premiações e certificados, pelo seu desempenho no evento. Nessa segunda edição, o diferencial do evento foi a participação de parceiros, empresas da região onde estão localizados os campi, que contribuíram com os desafios propostos durante o evento.

As ações da II IBW foram divulgadas no site e Instagram oficial do IFCE, na página do Facebook da Proreitoria de Extensão, e, com isso, contribuíram para o surgimento de novas ações nos campi que anteriormente não tinham aderido à Semana, mas passaram a desenvolver ações, dando continuidade à proposta pela IBW. Os projetos apresentados durante a semana tiveram o apoio desta Proreitoria, por meio do Departamento de Extensão Acadêmica, para sua continuidade e para serem engajados nos programas institucionais de incubação de empresas.

É possível estimar que esse indicador será perfeitamente atendido, ao observarmos o crescimento das ações registradas junto ao SigProext sobre a temática empreendedorismo, e também a participação dos campi nos programas institucionais de empreendedorismo que planejam anualmente ações de extensão sobre a temática.

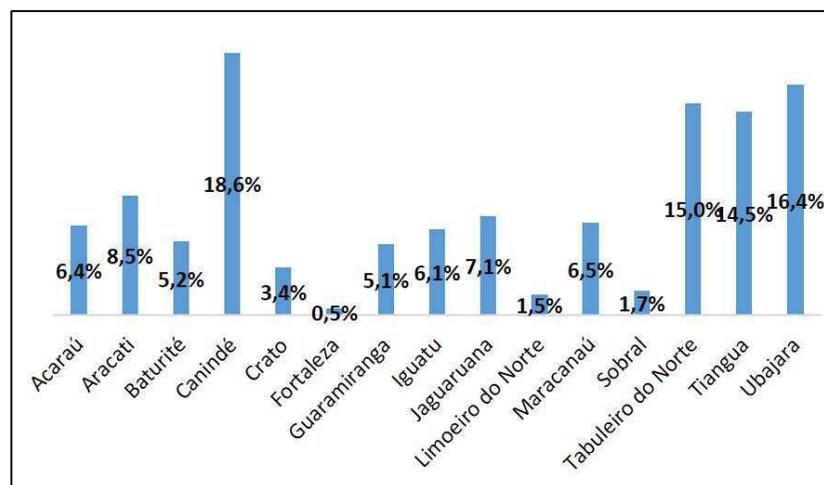
2é - Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo

Meta para 2023: 20% de discentes envolvidos em ações de empreendedorismo

Para acompanhamento desse indicador consideramos os programas de empreendedorismo presentes na rede como, o programa de incubação de empresas e o programa de empresas juniores. Atualmente possuímos sete incubadoras, fazendo parte da Rede de Incubadoras do IFCE e implantadas nos seguintes campi: Acará, Fortaleza, Iguatu, Maracanaú, Tianguá, Limoeiro do Norte e Ubajara, com 14 projetos incubados. Dos 14 projetos incubados, temos a participação de 11 alunos de cursos técnicos, 22 alunos de cursos superiores e 04 egressos.

Para o programa de Empresa Júnior (EJ) iremos considerar duas empresas juniores, uma na Área da Construção Civil, localizada no Campus Fortaleza e vinculada aos cursos de Engenharia Civil, Saneamento Ambiental e Estradas, e que possui um ano de operacionalização com a participação de 29 alunos e a outra de Maracanaú na Área de Engenharia Ambiental que esteve em processo de planejamento neste mesmo ano, com a participação de 42 alunos.

Além dos programas, foi também considerado, para cálculo deste indicador, os eventos e os projetos na Área de empreendedorismo, que contaram com a participação dos alunos em sua equipe de execução e também como público beneficiado das ações. O gráfico abaixo mostra os campi que desenvolveram ações e o índice de participação dos alunos:



Fonte: IFCE em números e SigProext, 2019.

Esses dados apresentados no gráfico podem sofrer variações para mais ou para menos, por terem sido extraídos manualmente do SigProext, sistema no qual, até o momento da coleta, não possuía uma versão que fizesse esse levantamento automaticamente.

Vale salientar que a implantação de incubadoras e de empresas juniores requerem para o Campus a execução de um processo longo, dividido nas seguintes etapas: sensibilização, formação de equipes, elaboração de projetos/planos acadêmicos, lançamentos de edital, seleção de projetos, formalização de convênios e

formaliza<sup>ção</sup> da empresa com a abertura de CNPJ. Devido ao longo processo, alguns campi não conseguem concluir a sua implanta<sup>ção</sup> em um ano, podendo chegar a um ano e meio para que o programa inicie. Considerando o processo acima foram encontrados alguns pontos positivos e algumas dificuldades.

Podemos elencar como pontos positivos desse indicador: aproxima<sup>ção</sup> com os cursos da Área tecnológica; surgimento de novos negócios; prospec<sup>ção</sup> contínua e ativa de parcerias e ideias de negócios; empresas participantes dos programas classificadas em editais externos de incentivo ao empreendedorismo; colabora<sup>ção</sup> e participa<sup>ção</sup> dos docentes nos eventos realizados nos campi para fortalecimento da cultura empreendedora; participa<sup>ção</sup> dos docentes na orienta<sup>ção</sup> das empresas incubadas; laboratórios dos campi bem equipados, sendo utilizados nas ações de empreendedorismo; e constru<sup>ção</sup> de boas relações institucionais. No entanto, destacamos algumas dificuldades, como: falta de recursos para custear algumas ações; excesso de atividades em relação à carga horária docente; equipe reduzida para gestão dos programas; problemas de infraestrutura nos campi, dificultando sua permanência nas ações de empreendedorismo.

Espera-se, com as experiências de outros campi e com o fortalecimento da rede, que as ações e o processo de implanta<sup>ção</sup> dos programas tornem-se mais ágeis e mais eficientes, para atingirmos o número esperado desse indicador. Atualmente qualificamos a EJ da Área de Engenharia Ambiental do Campus Maracanã e estamos em processo de implanta<sup>ção</sup> da EJ da Área de Mecatrônica no Campus Fortaleza. A PROEXT tem elaborado modelos de documentos que são utilizados no processo, e compartilhado com os Campi. Tem também realizado reuniões com os gestores dos programas e gestores de extensão, para um melhor alinhamento quanto às melhores práticas e estratégias que orientem a implanta<sup>ção</sup> dos programas nos campi.

## ÁREA: ASSUNTOS ESTUDANTIS

Tema 1: Promoção dos direitos humanos no âmbito educacional.

Objetivo estratégico: Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Sucesso.

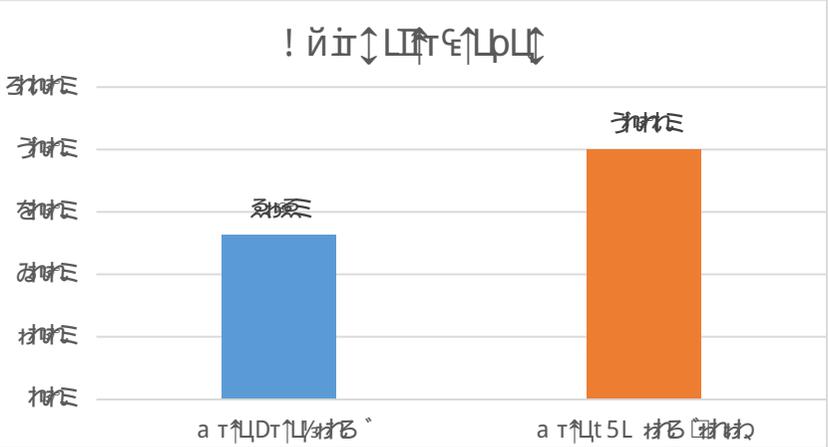
### INDICADOR:

Qualidade das ações integradas

A educação por ser um direito humano fundamental, precisa garantir o acesso e a permanência discente. Nesse sentido, a atuação da Assistência Estudantil constitui-se por um conjunto de medidas que contribuem para permanência e sucesso dos estudantes. Pelas questões biopsicossociais afetarem o processo educativo por serem parte da integralidade do indivíduo, a articulação com o ensino, pesquisa e extensão é fundamental para fomentar a igualdade das condições de manutenção e desempenho na instituição bem como reduzir entraves que incidam na retenção ou evasão.

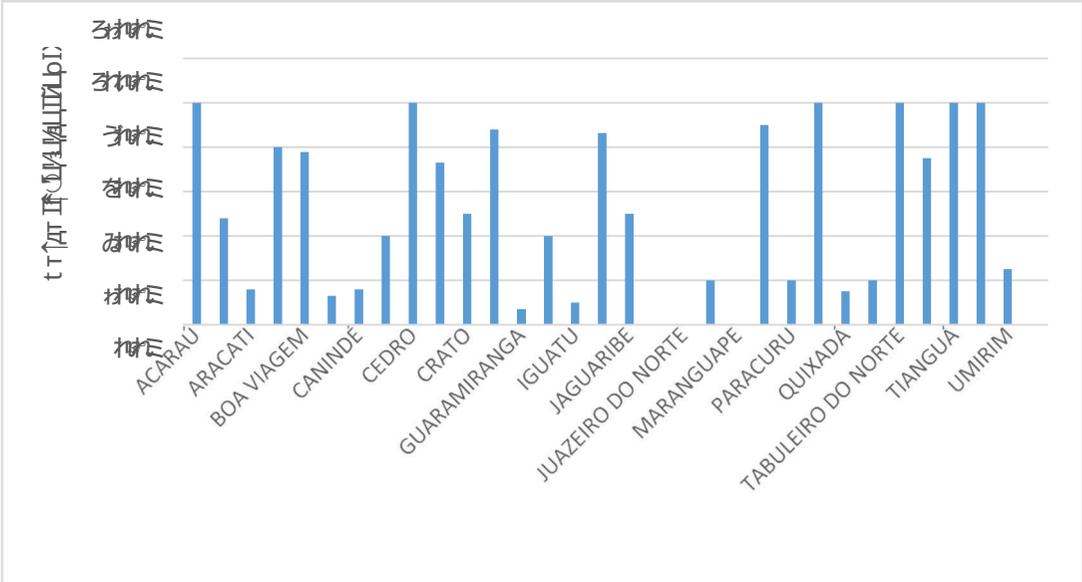
Assim, o objetivo estratégico de fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Sucesso tem como seu indicador a qualidade das ações integradas. O intuito é estimular um maior envolvimento entre essas duas políticas internas por meio de ações, iniciadas pelas equipes de Assistência Estudantil dos Campi. Diante disto, no ano de 2021, o resultado geral consolidado foi de 55,7% de ações consideradas integradas. Os resultados são obtidos a partir de análise de formulário colocado no Sistema Informatizado da Assistência Estudantil (SISAE), feitos pelos Coordenadores de Assuntos Estudantis dos Campi. Os gráficos a seguir mostra o panorama do IFCE e o demonstram os desdobramentos do média total Campus a Campus.

Gráfico - Ações Integradas



Fonte: FORPDI IFCE

Gráfico - Ações Integradas



Fonte: FORPDI IFCE

Considerando que a meta atendida em 2023 de 80% das atividades serem integradas, no primeiro ano de desenvolvimento do indicador foi alcançado pouco mais da metade do proposto, de maneira sistêmica para o final do período. Portanto, avalia-se de forma geral como positivo o desdobramento desse objetivo estratégico. No entanto, de forma específica, será preciso um suporte maior aos Campi que apresentaram índices entre zero e 25%. Os principais desafios desse objetivo são a inserção no calendário acadêmico de ações para além das disciplinas curriculares e efetivação da intersetorialidade.

INDICADOR Plataforma Nilo Peanha:

Matriculados classificados de acordo com a renda familiar per capita

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em seus editais de seleção, para o acesso de estudantes, está em consonância com o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, na Lei nº 13.409, de 29 de dezembro de 2016, no Decreto 2.034, de 20 de abril de 2017 e na Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017,

Quadro explicativo

Nº de vagas ofertadas para o curso no respectivo turno (100%)		
50% das vagas para ampla concorrência	50% das vagas reservadas conforme a Lei nº 12.711/2012 (cotas)	
	50% das vagas para candidatos(as) com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo	50% das vagas para candidatos(as) com renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário mínimo

do Ministério da Educação. Nesse sentido, reserva 50% do total das vagas ofertadas por curso/turno/Campus para candidatos Egressos de Escolas Públicas (EEP), conforme discriminado abaixo:

Para contribuir na permanência e no sucesso dos estudantes em vulnerabilidade social, o IFCE tem o Programa de Auxílios em Pecúnia (Resolução nº14, de 18 de fevereiro de 2019, aprovada no Conselho Superior, cujo acesso ocorre por meio do link: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce/resolucao-ndeg-14-aprova-o-regulamento-de-auxilios-estudantis-no-ambito-do-ifce.pdf/view>), inserido dentro da Política de Assistência Estudantil (Resolução nº24, de 22 de junho de 2015, aprovada no Conselho Superior, no link: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce/regulamento-da-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce.pdf/view>).

Nesse sentido, o IFCE oferta os auxílios: transporte, moradia, alimentação, Ações emergenciais, didático-pedagógica para estudantes que se encaixem nos seguintes critérios:

- a) Menor renda familiar bruta mensal per capita de até R\$101 e salário mínimo;
- b) Estudante oriundo de escola pública ou bolsista integral de escola particular (Ensino Médio);
- c) Situação de moradia (aluguel, casa cedida, casa de taipa);
- d) Situação ocupacional dos membros da família (desemprego, trabalho informal/temporário);
- e) Estudante com deficiência;
- f) Estudante que possua filhos menores de 12 anos sob sua guarda ou maiores com algum tipo de deficiência ou doença crônica degenerativa;
- g) Presença de pessoas com deficiência, idosos ou com doenças crônicas/degenerativas na família nuclear;
- h) Família beneficiária do Programa Bolsa Família;
- i) Estudante ingressante por cota étnico-racial;
- j) Agravante de vulnerabilidade (especificidade da análise técnica do/a Assistente Social).

Dentre os estudantes matriculados de 2017 a 2019, segue abaixo uma tabela referente a quantidade de alunos beneficiados com auxílios de vulnerabilidade, de acordo com a renda per capita familiar:

	2017	2018	2019
Até 0,5 salário mínimo	4695	5572	6547
Entre 0,5 e 1 salário mínimo	1412	1497	1437
Entre 1 e 1,5 salário mínimo	214	243	222
Acima de 1,5 salário mínimo	45	62	49

Enfatiza-se que desde 2015 a instituição vem investindo em um sistema, o SISA E (Sistema Informatizado de Assistência Estudantil) para inserir todos os processos relacionados a Política de Assistência Estudantil, garantindo uma maior eficiência dos programas bem como dados absolutos.

Em relação ao Planejamento Estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) engloba em um dos seus objetivos estratégicos a melhoria da aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil cuja meta é usar 90% do orçamento da Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional para benefícios de vulnerabilidade.

O Anuário Estatístico, documento produzido pela Proreitoria de Administração e Planejamento, por meio da Diretoria de Estatística Institucional, publica no Q-Acadêmico um questionário sobre o perfil do corpo discente. O questionário fica disponível do ano vigente até março do ano seguinte para os estudantes responderem. Vale ressaltar que somente nos anos de 2017 e 2018 o preenchimento do referido questionário foi obrigatório. O acesso ao anuário é por meio do link: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico>

Objetivo estratégico: Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE.

INDICADORES:

- ¿ Avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura
- ¿ Avaliação qualitativa de melhoria do cardápio

No indicador avaliação qualitativa de melhoria da infraestrutura, o consolidado foi de 52% e no indicador avaliação qualitativa de melhoria do cardápio, o consolidado foi de 46,8%, sendo as metas respectivamente são: mínimo de 75% de atendimento do checklist de adequação da infraestrutura e mínimo de 50% e máximo de 89% a depender do Campus em relação ao cardápio.

Em relação à infraestrutura o principal desafio são os recursos orçamentários de custeio e capital disponíveis. Em relação ao cardápio, no caso da UAN temos os desafios de atraso de entrega dos alimentos e a ausência de profissional de nutrição em alguns Campi para acompanhar de forma local.

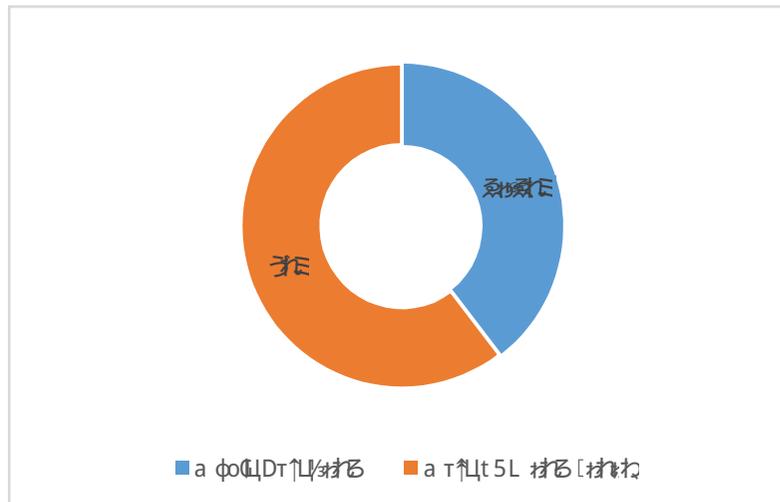
Objetivo estratégico: Implantar a ações para a educação em direitos humanos.

INDICADOR:

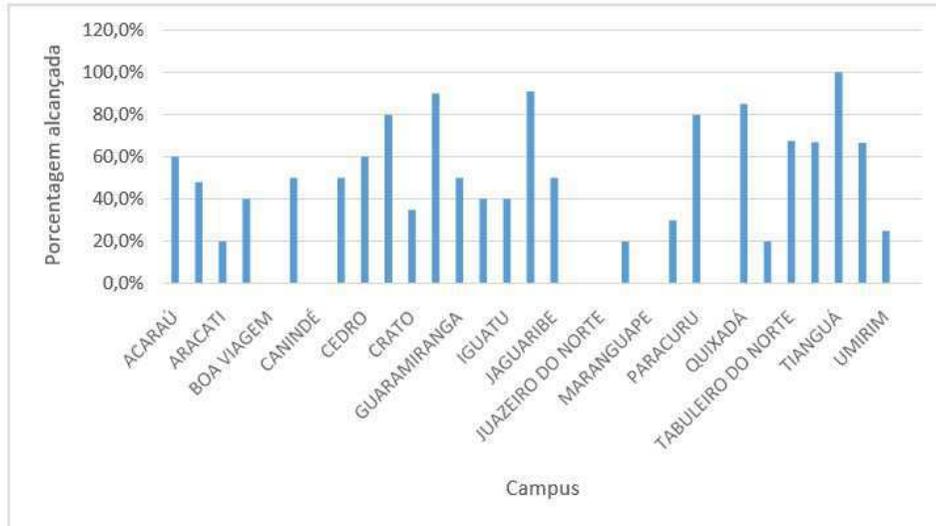
Ações de direitos humanos.

Quanto ao indicador ações de direitos humanos, compreende-se que a educação em direitos humanos é essencial para uma cultura de respeito à diversidade e à dignidade humana através da promoção de valores, tais como liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. O percentual alcançado, durante o primeiro ano do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desse indicador, foi de 52,5% de atividades feitas na temática de direitos humanos, sendo a meta final ter 80%. Os Gráficos a seguir mostram o panorama do IFCE e demonstram os desdobramentos do média total Campus a Campus.

Distribuição de ações de direitos humanos



Desafios na execução do Objetivo 1



Os principais desafios na execução desse objetivo também são a inserção no calendário acadêmico de ações para a implementação das disciplinas curriculares e efetivação da intersectorialidade.

## ÁREA: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tema 1: Inovação e sustentabilidade.

Objetivo estratégico: Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade.

Indicador: Índice de sustentabilidade ambiental do IFCE

Para acompanhar os avanços da instituição na sustentabilidade foi criado o indicador de desempenho "Índice de Sustentabilidade Ambiental".

Esse indicador é constituído por cinco iniciativas: consumo racional da água, consumo racional de energia elétrica, conscientização no uso do papel de escritório, destinação adequada de resíduos sólidos e compras sustentáveis.

Em 2019, a média deste indicador girou em torno de 30,18%, em uma escala de desempenho que varia de 0% a 100%. Contribuiu para esse resultado as seguintes iniciativas:

• Economia de materiais - segundo o Portal Eletrônico Nacional, após a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o IFCE obteve uma economia com materiais de escritório em torno de R\$ 1.017.184,72, referente aos últimos 24 meses. Destaca-se a economia de papel A4, os gastos foram reduzidos em R\$ 649.724,116.

• Fonte de energia renovável - durante o ano de 2019 foram investidos R\$ 9.014.346,56 na aquisição de 124 sistemas fotovoltaicos de 18,48 KWp. Com a implantação dessas placas em 2020, a instituição projeta uma redução significativa das despesas de energia elétrica, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, ao utilizar uma fonte de energia renovável.

• Eficiência energética - substituição de equipamentos por similares de maior eficiência energética. Por exemplo: ar condicionado inverter e lâmpadas de LED.

• Racionalização do consumo de água - ainda em 2019, a Assessoria de Infraestrutura da Reitoria, elaborou dois importantes projetos: sistema de captação de águas da chuva e estação de tratamento de esgoto. Ambos visam o reúso da água para irrigação de áreas verdes e utilização em serviços de limpeza.

Para o ano de 2020, as ações planejadas pelas unidades do IFCE, permitem obter uma projeção de desempenho para o Índice de Sustentabilidade Ambiental em torno de 39,75%, ou seja, um acréscimo de 31,70% em relação a 2019.

Indicador: Índice de iniciativas de redução do custo com energia elétrica

O indicador tem objetivo de medir a implementação de cinco iniciativas, com meta, até 2023, de realizar 80% das referidas iniciativas. Tais iniciativas tem o intuito de reduzir o impacto nas despesas de custeio do IFCE, bem como contribuir para o desenvolvimento institucional sustentável, com a execução ações que resultam no consumo consciente através de racionalizar e inovar na gestão da energia elétrica.

1. Elaboração e divulgação de Guia de Uso Consciente da Energia Elétrica.
2. Revisão anual dos contratos (ajuste da demanda contratada).
3. Instalação de banco de capacitores.
4. Manutenção periódica da subestação.
5. Geração de energia por meio de sistema fotovoltaico.

No exercício de 2019, foi elaborado Guia de Orientações para Economia de Água e Energia Elétrica, bem como a contratação sistêmica do serviço de manutenção de subestação, sistemas elétricos e banco de capacitores, através da contratação da instalação de sistemas fotovoltaicos. Os efeitos da publicação do Guia de Orientações para Economia de Água e Energia Elétrica foram verificados no exercício de 2019, devendo tal ação ser reforçada anualmente com trabalho de divulgação e sensibilização junto à comunidade acadêmica. Já os resultados da manutenção de subestação, sistemas elétricos e banco de capacitores, bem como instalação de sistemas fotovoltaicos serão mensurados após a conclusão dos serviços. No entanto, as ações de contratação dos serviços no exercício de 2019 contribuíram na execução da meta colocada no PDI 2019 - 2023, podendo ser medidas para fim de apuração do indicador. Considera-se, assim, a contratação da manutenção de subestação, sistemas elétricos e banco de capacitores se mensura 50% da execução da iniciativa. Já a contratação dos sistemas fotovoltaicos representa 40% da execução das iniciativas, conforme quadro abaixo.

INICIATIVA	META ATÉ 2023	REALIZADO 2019	OBSERVAÇÃO	APURAÇÃO %
Elaboração e divulgação de Guia de Uso Consciente da Energia Elétrica	A realizar (80% das iniciativas)	Realizado	-	20%
Revisão anual dos contratos		Nº realizado	A realizar a partir de 2020	0%
Instalação de banco de capacitores		Realizado parcialmente	Contratação realizada em 2019. Executado 50% da iniciativa.	10%
Manutenção periódica da subestação		Realizado parcialmente	Contratação realizada em 2019. Executado 50% da iniciativa.	10%
Geração de energia por meio de sistema fotovoltaico		Realizado parcialmente	Contratação realizada em 2019. Executado 20% da iniciativa.	4%

Total executado 2019	44%
----------------------	-----

Fonte: Departamento de Infraestrutura

A revis2o anual dos contratos de fornecimento de energia el2trica iniciada a partir do exerc2cio de 2020, tendo em vista a realiza2o das manuten2es necess2rias nas subesta2es e sistemas el2tricos, al2m da instala2o de banco de capacitores, resultando numa an2lise mais precisa quando da necessidade de altera2es contratuais junto 2 concession2ria, al2m da identifica2o de poss2veis corre2tes nas instala2es el2tricas, objetivando a preven2o de perdas.

Indicador: Pndice de iniciativas para a correta destina2o de res2duos s2tidos recicl2veis

O indicador tem objetivo medir a implementa2o de cinco iniciativas, com meta, at2 2023, realizar 100% das referidas iniciativas. Tais iniciativas tem o intuito de atender os ditames do Decreto n2. 5.940/2006, na contribui2o para o desenvolvimento institucional sustent2vel, com a execu2o a2pes quanto ao correto destino dos res2duos recicl2veis, bem como realizar a2pes de cunho social na gera2o de emprego e renda.

1. Forma2o de Comiss2o para a Coleta Seletiva Solid2ria, nos termos do Decreto n2 5.940 de 25/10/2006.
2. Realiza2o de campanha educativa anual.
3. Aquisi2o de material padr2o para separa2o e acondicionamento dos res2duos.
4. Prospec2o de associa2es ou cooperativas de catadores.
5. Formaliza2o do Termo de Coopera2o com associa2es ou cooperativas de catadores.

No exerc2cio de 2019, foi elaborada a minuta da Instru2o Normativa que disp2e sobre a implanta2o da separa2o e destina2o dos res2duos s2tidos recicl2veis, de acordo com o Decreto N2 5.940, de 25 de outubro de 2006, no 2mbito do Instituto Federal de Educa2o, Ci2ncia e Tecnologia do Cear2 - IFCE. O normativo tem como objetivo reger a operacionaliza2o da habilita2o de associa2es e cooperativas de catadores, bem como a formaliza2o do termo de compromisso com tais institui2es. Entende-se que tal a2o no exerc2cio de 2019 contribuiu na execu2o da meta colocada no PDI 2019 - 2023, podendo ser medida para fim de apura2o do indicador. Considera-se, assim, que a minuta da Instru2o Normativa se mensura 25% da execu2o da iniciativa, conforme quadro abaixo, ficando as demais iniciativas pendentes a partir de 2020, com a publica2o dos chamamentos, habilita2o e formaliza2o dos termos de compromisso junto 2s associa2es e cooperativas de catadores.

INICIATIVA	META AT2 2023	REALIZADO 2019	OBSERVA22O	APURA22O %
------------	---------------	----------------	------------	------------



Tomada de preços	R\$ 447.337,53	R\$ 388.689,17	13,11%
TOTAL ACUMULADO	R\$ 97.936.074,54	R\$ 71.762.676,11	26,72%

Fonte: <http://paineldecompras.economia.gov.br/> (acesso em 29/04/2020)

A meta deste indicador almejava o atingimento de 25% de economia nos montantes homologados dos processos de compras. Em 2019, a meta foi alcançada, considerando que o total acumulado alcançou 26,72%.

Indicador: Satisfação do requisitante

Desde 2019, o Instituto Federal do Ceará aplica questionários de verificação da satisfação junto aos setores requisitantes. O objetivo desta pesquisa está na verificação da qualidade dos processos de compra e no suporte que as áreas requisitantes recebem dos setores de compras. Para este indicador, a meta é de 25% de satisfação nos processos.

Em 2019, 86,6% dos respondentes disseram estarem satisfeitos com o atendimento da necessidade que inaugurou os processos licitatórios. Para 70,1% dos pesquisados, a área de licitações sempre esclareceu as dúvidas advindas da área demandante, 50% considerou o tempo entre a solicitação e o atendimento da necessidade adequado, 72% dos respondentes compreendem seu papel dentro do fluxo processual licitatório. Todavia, 18,3% consideram-se competentes para elaborar documentos técnicos comuns aos processos de compras, o que demonstra a necessidade de capacitação nessa parte do processo.



Indicador: Qualidade na execução dos contratos

Desde 2019, o Instituto Federal do Ceará aplica questionários de verificação da qualidade dos contratos junto aos fiscais. O objetivo desta pesquisa é verificar a qualidade dos objetos contratados, com o fito de preservar o erário e assegurar a prestação de bons serviços à sociedade. Para este indicador, a meta é de 25% de satisfação nos processos.

Em 2019, 86,10% dos contratos avaliados não apresentaram problemas durante sua execução, ou seja, a maioria dos contratos foi executada com a qualidade mínima esperada. Contudo, a pesquisa aprofundou-se a investigar quais foram os pontos falhos dos contratos que obtiveram respostas negativas dos agentes públicos fiscalizadores. Os pontos de destaque foram: atrasos na entrega do objeto contratado (75%); abertura de processos administrativos sancionadores (68%); notificações formais às empresas contratadas para cumprimento de regras contratuais (88%).

Tema 2: Efetividade e excelência na Gestão.

Objetivo estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.

Imersos no objetivo estratégico de adotar iniciativas capazes de proporcionar uma melhor aplicação dos recursos orçamentários e financeiros com vistas a alcançar maiores níveis de eficiência e eficácia desses recursos, os indicadores abaixo relacionados refletem, em sua totalidade, um instrumento de avaliação e aperfeiçoamento do esforço institucional para o alcance dos resultados esperados.

Indicador: Índice de Desempenho da Gestão Orçamentária (IDGO)

Quanto maior O Índice de Execução Orçamentária - IDGO, mais eficaz ter sido o gestor, de modo que ao encerramento do exercício não seja necessário realizar a devolução de recursos não aplicados e que poderiam ser utilizados para diversos fins na instituição.

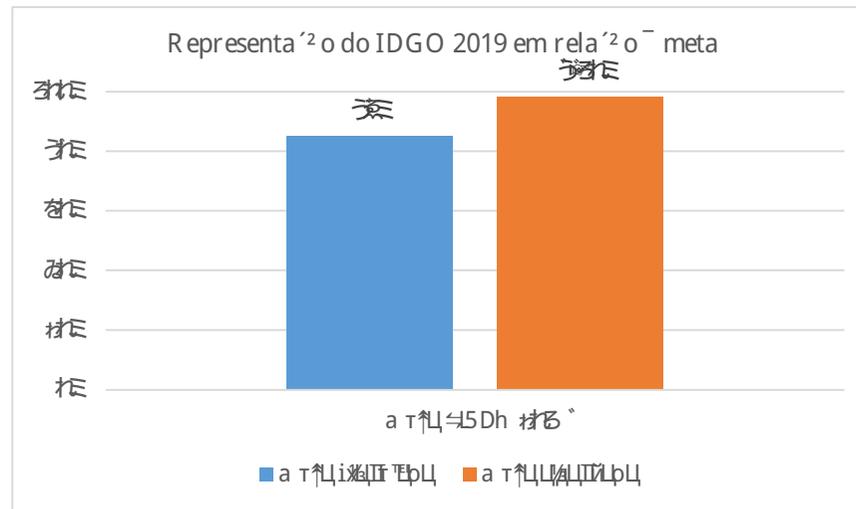
Para o cálculo do indicador foram utilizados os seguintes parâmetros: dotação empenhada e dotação atualizada.

¿ Dotação empenhada: Refere-se a todo o crédito orçamentário que foi empenhado no exercício.

¿ Dotação atualizada: Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) é possível identificar qual o real orçamento destinado ao exercício no exercício corrente em todas as suas ações, é a chamada dotação aprovada. Ao longo do ano, contudo, é possível que haja ajustes, incrementos ou supressões no orçamento. O resultado dessas variações é o que chamamos de dotação atualizada, ou seja, o orçamento real que o exercício teve a sua disposição.

Para o cálculo desse índice, portanto, realizamos a seguinte proporção:

$$\frac{\text{Dotação atualizada}}{\text{Dotação empenhada}} \times 100$$



Dentre as principais dificuldades relacionadas à execução orçamentária no exercício em questão e que implicou nesse percentual residual não executado de 1,9% estão questões relacionadas principalmente ao atraso na liberação total do orçamento e que impacta, por exemplo, na postergação de despesas para o segundo semestre. Como consequência dessa postergação alguns procedimentos licitatórios podem acabar não sendo concluídos a tempo, impedindo a emissão de empenho para as despesas. Como forma de dirimir os impactos desse atraso na liberação orçamentária a Instituição realizou acompanhamentos junto às unidades, realizou licitações sistêmicas (licitações para várias unidades em conjunto), orientou as unidades quanto ao direcionamento dos recursos para as despesas prioritárias, dentre outras ações. Como podemos observar no resultado do IDGO de 2019, as estratégias de gestão adotadas pelo IFCE foram efetivas e a instituição conseguiu superar a meta de 85% da execução financeira e orçamentária para o exercício em questão.

Indicador de execução de restos a pagar (IERP)

Ter 100% do orçamento empenhado não significa, visto de forma isolada, excelência na gestão, no ano seguinte, a maioria dos empenhos inscritos em RAP não cancelada, ou seja, não se transforma em bens e serviços. Além disso, um percentual elevado de RAP inscritos mas não liquidados acarreta em impactos no repasse mensal de recursos financeiros instituído. Portanto, faz-se necessário acompanhar quanto do orçamento inscrito em RAP realmente executado e, desta, portanto, a finalidade do Indicador de execução de restos a pagar (IERP).

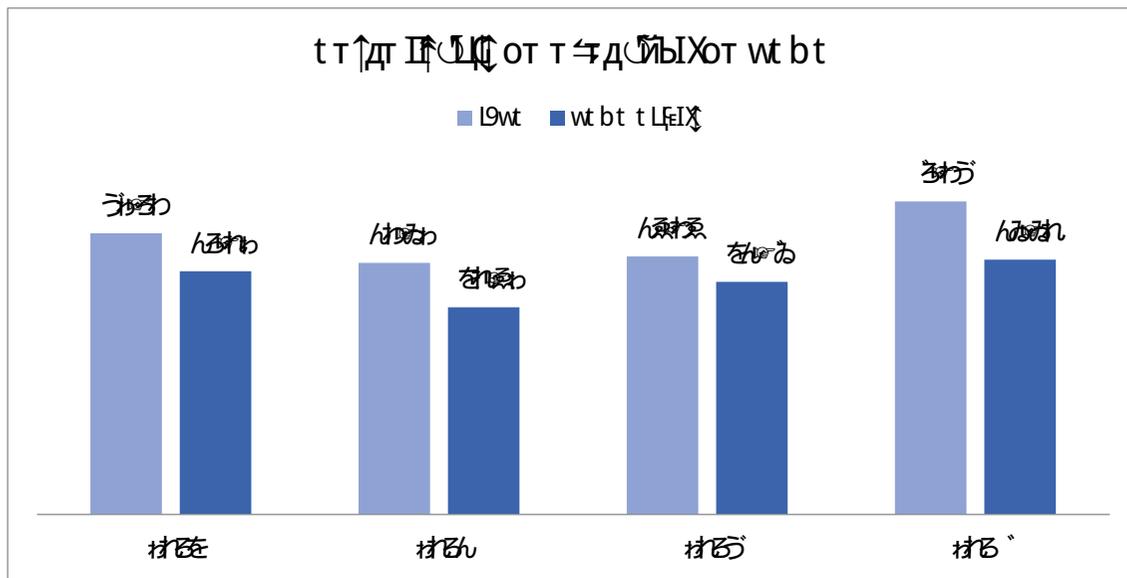
Destacamos que quanto maior for o percentual deste indicador maior será a eficiência do gestor, ou seja, menos despesas terão sido canceladas. O cálculo do indicador é efetuado por meio da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Restos a pagar inscritos em RAP não cancelados}}{\text{Restos a pagar inscritos em RAP}} \times 100$$

A conta contábil 63140000 representa os restos não processados pagos e a conta contábil 63110000 representa os restos a pagar não processados a liquidar.

As principais questões que impactam no aumento ou diminuição desse índice referem-se ao descumprimento, por parte dos fornecedores, na entrega dos materiais ou prestação dos serviços contratados. Para tanto, as unidades pertencentes à Rede IFCE são orientadas para entrarem em contato com os fornecedores para tentar garantir a efetivação dos objetos contratados e, eventualmente, a aplicação das sanções previstas em Lei e nos instrumentos contratuais.

Percebe-se um crescimento constante ao longo do período 2017-2019 na execução dos valores inscritos em RPNP, seja considerando a comparação entre os saldos iniciais e finais dos valores inscritos e reinscritos (que constitui a atual fórmula do indicador IERP), seja considerando a razão entre o valor inscrito e reinscrito sobre o valor pago (RPNP pagos).



Ao atingir, em 2019, os maiores valores do período analisado, denota-se que as ações dos gestores e suas equipes têm surtido efeito, no sentido de atingir percentuais cada vez maiores de execução dos valores inscritos em RPNP. Assim, pode-se afirmar que tais ações têm contribuído para alcançar a excelência na gestão dos recursos orçamentários postos à disposição do IFCE.

## Indicadores de Desempenho Administrativo/Financeiro

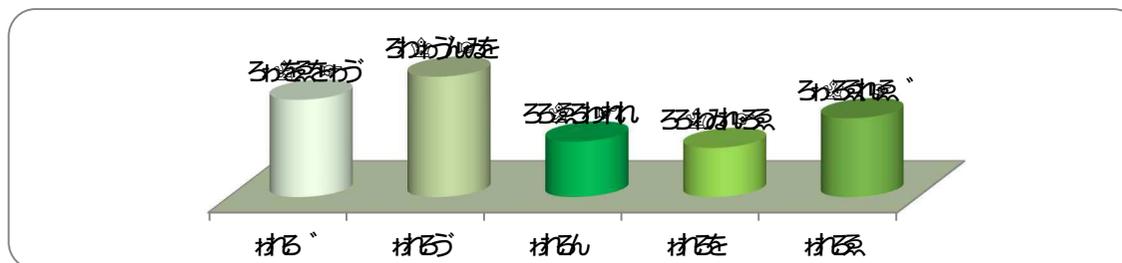
### 1. Gasto Corrente por Matr<sup>o</sup>cula equivalente

Quadro 19 - S<sup>er</sup>ie Hist<sup>o</sup>rica

Gasto Corrente por Matr <sup>o</sup> cula	2019	2018	2017	2016	2015
Total de Gastos	628.509.447,00	541.018.808,00	470.831.614,64	404.517.342,99	
N <sup>o</sup> de Matr <sup>o</sup> cula Equivalente	51.854	47.301	37.552	41.519	33.292
Índice	13.287,46	11.513,00	11.340,15	12.150,59	

Fonte: SIAPE - SISTEC/ Plataforma Nilo Pe<sup>o</sup>anha

Gr<sup>o</sup>fico 38 - Gasto Corrente por Matr<sup>o</sup>cula Equivalente



Fonte: SIAPE - SISTEC/ Plataforma Nilo Pe<sup>o</sup>anha

GCA - Gasto Corrente por Aluno: O indicador quantifica o total de gastos da institui<sup>o</sup>, em rela<sup>o</sup> a matr<sup>o</sup>cula equivalente Plataforma Nilo Pe<sup>o</sup>anha (PNP), onde s<sup>o</sup> deduzidos dos gastos correntes totais as despesas com investimentos, invers<sup>o</sup>es financeiras, inativos e pensionistas e bolsa forma<sup>o</sup>.

O Índice, denominado na PNP como Gasto Corrente por Matr<sup>o</sup>culas (GCM), apurado em 2019, indica que a despesa m<sup>o</sup>dia anual  $\text{R}\$12.656,28$  por matr<sup>o</sup>cula equivalente.

Destaque-se que a metodologia aplicada pela Matrícula Equivalente (PNP) nos últimos quatro anos, resulta na eleva o do GCA, comparando-se com o cáculo anterior que considerava aluno matriculado, conforme observa-se na série histórica apresentada, assim como no quadro 19.

O  ndice GCA/2019 demonstrado pela PNP apresenta um decréscimo por matrícula equivalente de R\$ 631,18 em rela o ao ano anterior, como pode ser observado na série histórica, ressalta-se que representa um decréscimo significativo. Informa-se ainda que o IFCE com o gasto corrente por matrícula equivalente de R\$ 12.56,28 se encontra abaixo da m dia nacional da rede federal que tem registro na PNP no valor de R\$15.741,98 e se encontra entre os cinco Institutos Federais com taxas de gasto corrente de matrícula mais baixa.

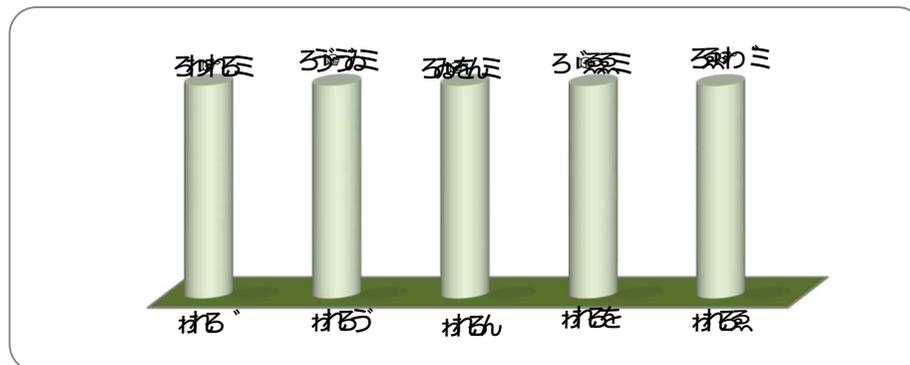
## 2. Gastos com Outros Custeios

Quadro 20 - Série Histórica

Gastos com Outros Custeios	2019	2018	2017	2016	2015
Gastos com Outros Custeios	99149048,83	135.677.417,00	88.794.816,00	108.840.820,36	77.760.216,71
Gastos Totais	762243217,03	720.098.883,00	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71
�ndice	13,01%	18,84%	14,67%	19,55%	15,39%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 39 - Gastos com Outros Custeios



Fonte: SIA FI/ Plataforma Nilo Pe´anha

GOC - Gastos com Outros Custeios: Este indicador quantifica o percentual de gastos com outros custeios em relao aos gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar no processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto bolsa formao (PRONATEC).

Em 2019, o Pndice apontou uma queda percentual de 5,83% dos gastos com outros custeios em relao ao exerccio anterior, resultado de uma poltica de economicidade nas despesas de funcionamento e manuteno da Instituio no remanejamento ou corte nos postos de vigilncia, limpeza e conservao. Implementao no controle de gastos com água e energia, aquisio de material de consumo, dirias e passagens dentre outros necessrios. Observa-se que foi o menor ndice nos últimos cinco anos.

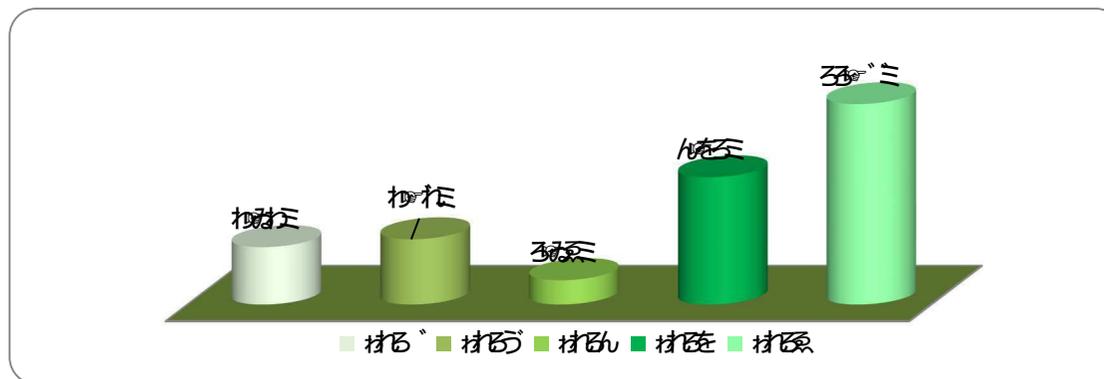
### 3. Gastos Com Investimentos

Quadro 21- Série Histórica

Gastos Investimentos Com	2019	2018	2017	2016	2015
Gastos Investimentos Com	26.123.469,76	28.049.981,00	8.785.229,00	42.409.545,35	60.606.973,72
Gastos Totais	762.243.217,03	720.098.883,00	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71
Pndice	3,43%	3,90%	1,45%	7,61%	11,99%

Fonte: SIA FI/ Plataforma Nilo Pe´anha

Gráfico 40 - Gastos Com Investimentos



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peanha

GCI - Gastos Com Investimentos O indicador quantifica o percentual dos gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício de 2019. No exercício de referência o índice correspondente aos gastos com investimentos representa 3,43% evidenciando um decréscimo percentual de 0,47% em relação ao exercício anterior, decorrente da diminuição de recursos alocados na LOA/IFCE.

A pesar do decréscimo registra-se que os gastos com investimentos permitiram o crescimento da infraestrutura física, construção de blocos didáticos visando a oferta de mais vagas, assim como a reestruturação por meio da modernização de equipamentos e ambientes acadêmicos.

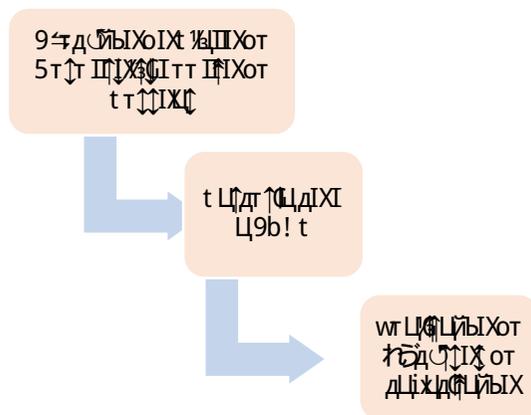
## ÁREA: GESTÃO DE PESSOAS

Tema 1: Programa de capacitação e aperfeiçoamento.

Objetivo estratégico: Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores.

A Política de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará rege-se pelas normas definidas na Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto Nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, na Instrução Normativa Nº 201, de 11 de setembro de 2019, bem como pela Resolução nº 94/2029.

Indicador: Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas



Indicador: Índice de servidores capacitados em cursos de curta, média e longa duração

$\frac{\sum_{i=1}^n \text{Cursos de curta duração}}{\text{Total de servidores}} \times 100$	$\times 30$
$\frac{\sum_{i=1}^n \text{Cursos de média e longa duração}}{\text{Total de servidores}} \times 100$	$\times 50$

Quantidade de servidores do IFCE - 3.559

Meta do Indicador de Desempenho para 2023 - A acumulado de 100%

Percentual de servidores capacitados em 2019 - 21,23%

Quantidade de servidores afastados em 2019 para cursos de longa duração - 136 servidores

Indicador: Índice de Investimento em ações de desenvolvimento

Conforme estabelecido na Resolução nº 94/2019, a Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE terá orçamento anual próprio, compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Valor executado até 31/12/2019 - R\$ 1.333.635,00, que representa 53% do total de créditos aprovados na LOA 2019.

#### Estratégias para o cumprimento do tema estratégico

- ¿ Responsabilidade compartilhada com os campi
- ¿ A provação da Política de desenvolvimento dos Servidores do IFCE - Resolução nº 94 de 07/10/2019
- ¿ Parceria com a ENAP
- ¿ Publicação de Edital para a concessão de incentivo financeiro de acordo com os dispositivos da Resolução nº 94 de 07/10/2019
- ¿ Pagamento de inscrições e concessão de diárias e passagens para a participação em congressos e seminários
- ¿ Contratação de professor substituto

#### Dificuldades para o cumprimento do tema estratégico

- ¿ Orçamento exíguo
- ¿ Relação entre os cursos solicitados pelos servidores com as necessidades da administração

#### Ações futuras para melhor acompanhamento das ações de capacitação

- ¿ Implantação de Sistema Informatizado para:

- V acompanhar a capacita<sup>ção</sup>/qualifica<sup>ção</sup> dos servidores
- V dar celeridade aos processos de contrata<sup>ção</sup> de professor substitutos

Tema 2: Qualidade de vida no trabalho.

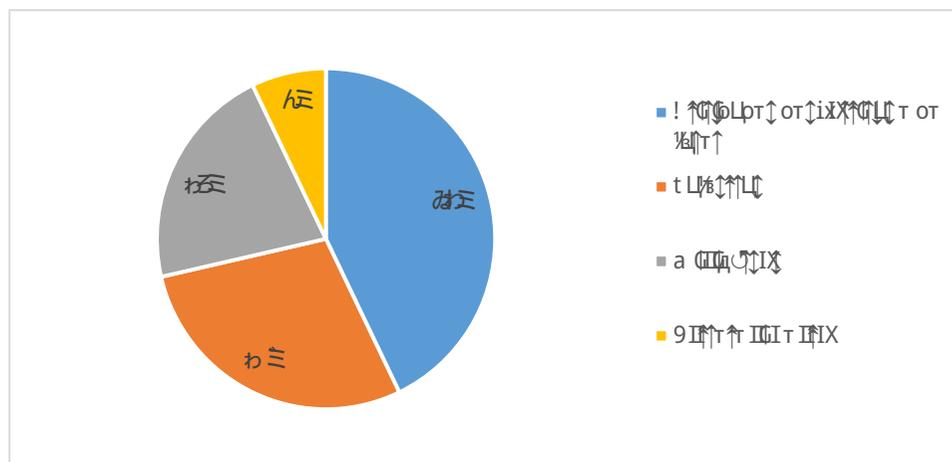
Objetivo estratégico: Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

A Promoção de Saúde do servidor é uma exigência do Subsistema Integrado da Saúde do Servidor que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei.

Para o tema estratégico em pauta, definiu-se os seguintes indicadores:

Indicador: Índice percentual de projetos implantados

Δ Principais atividades desportivas e de lazer desenvolvidas pelos campi e Reitoria



A maioria das atividades são oferecidas semanalmente aos servidores para que estes possam conciliar as atividades e a jornada de trabalho semanal inerentes a cada cargo, com as atividades desportivas e de lazer.

A corrida e o Encontro dos servidores acontecem anualmente da seguinte forma:

ATIVIDADES	QUANDO ACONTECEM	ONDE ACONTECEM	PÚBLICO ALVO
------------	------------------	----------------	--------------

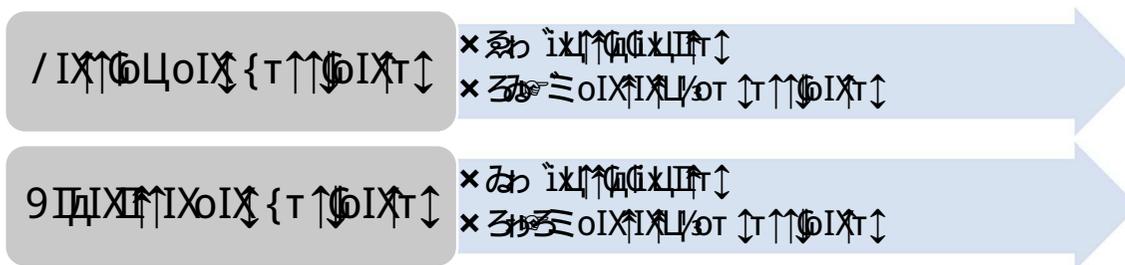
Corrida dos Servidores	Anualmente e preferencialmente no Dia do Servidor Público	Na sede da Reitoria	Servidores familiares e
Encontro dos servidores do IFCE	Anualmente	Campus do IFCE	Servidores do IFCE

Indicadores - Índice de adesão às atividades ofertadas pelo PQVT

Meta do Indicador de Desempenho para 2023 - 35%

Embora os campi e Reitoria disponibilizem para os servidores diversas ações, cujo objetivo é possibilitar uma melhor qualidade de vida no trabalho, a adesão às atividades ofertadas ainda não atinge uma quantidade significativa de servidores.

Eventos com maior adesão de servidores:



Indicador - Índice de absenteísmo.

Para fins de minimizar o absenteísmo propusemos a realização de exames periódicos, ação que é parte integrante da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e integra um conjunto de avaliações necessárias ao acompanhamento da saúde dos servidores. Esses exames objetivam, prioritariamente, a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos,

avaliações laboratoriais e de imagens, baseados nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal.

Dificuldades para atingir o que foi proposto no Tema estratégico.

- ¿ Licitação deserta para fins de contratação de empresa para a realização dos exames periódicos
- ¿ Pouca adesão dos servidores nas atividades desportivas e de lazer

## ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL

Tema 1: Imagem e identidade institucional.

Objetivo estratégico: Melhorar comunicação interna e externa.

A nova institucionalidade do IFCE, a partir da Lei que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por todo país, trouxe inúmeros desafios. Entre eles, o de ser reconhecido pela sociedade com uma nova "cara", com mais serviços e possibilidades proporcionados - aqueles que já nos conheciam pela história centenária.

A partir daí, a comunicação precisou ter um lugar ainda mais de destaque na instituição, pois é essa atividade que, pensada de maneira estratégica, cria o ambiente favorável para estabelecermos as relações necessárias com nossos públicos de interesse.

Mesmo dez anos após a nova institucionalidade, é possível perceber que trabalhar a imagem e as identidades institucionais deve estar presente no planejamento institucional. Neste sentido, para o novo ciclo, o IFCE pensou em três indicadores de desempenho para concretizar esse objetivo estratégico:

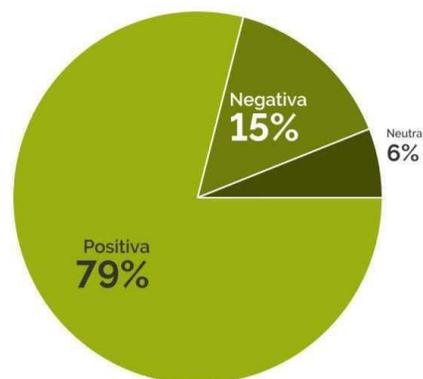
Indicador: Número de notícias veiculadas sobre o IFCE na imprensa (CLIPPINGS)

As notícias veiculadas na imprensa sobre o IFCE em 2019 tiveram um crescimento de 4,1% em relação ao veiculado no ano anterior, quando teve início o novo PDI.

Notícias 2018 - 550

Notícias 2019 - 573, sendo a grande maioria positiva para o IFCE.

## Projeção da imagem



Avaliação do conteúdo de notícias veiculadas sobre o IFCE em 2019. Fonte: Clipagem DCS

Avaliamos que o crescimento foi dentro do planejamento e segue no sentido de cumprir a meta até o final da vigência do PDI de 10% de aumento para 2023 em relação ao início da vigência no PDI.

Destaca-se a importância desse indicador, uma vez que ele gera economia de recursos, pois trata-se de mídia espontânea, e de visibilidade às ações desenvolvidas na instituição.

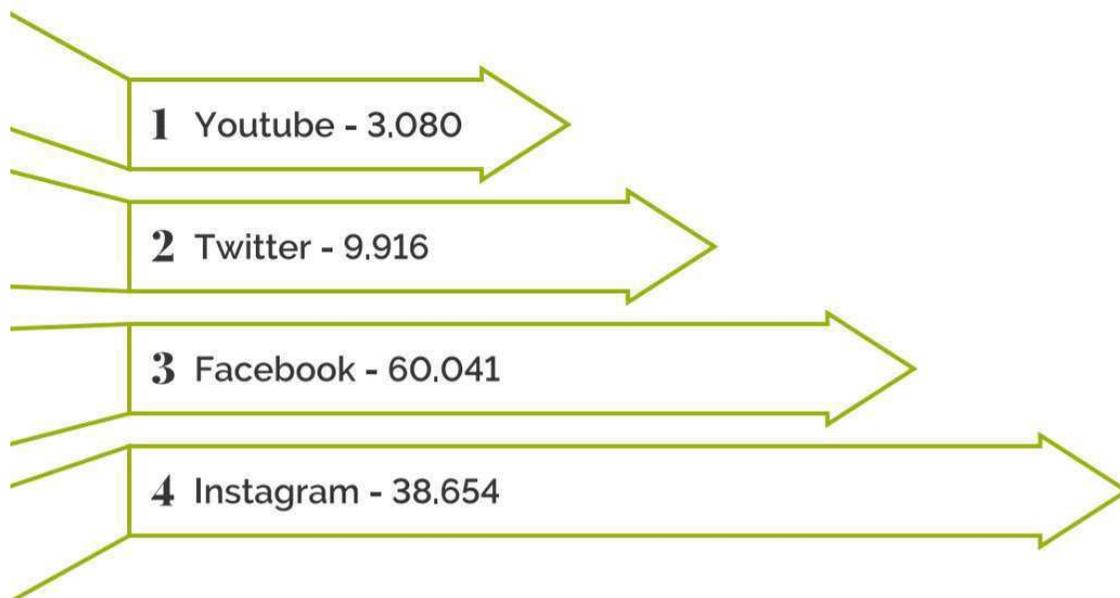
Indicador: Curtidores ou seguidores das mídias sociais

As mídias sociais são hoje ferramentas estratégicas de divulgação. Ainda mais que publicações nos veículos de comunicação tradicionais, a comunicação por meio das mídias sociais ocorre de forma mais direta com o público institucional, estabelecendo uma relação de proximidade com esse público.

O IFCE hoje conta com perfis em quatro plataformas de mídias sociais. É certo que cada uma delas tem um público específico, embora às vezes eles se agreguem em mais de uma, mas elas exigem estratégias diferenciadas. Em 2019, o DCS focou no trabalho junto ao Instagram e Facebook, que eram canais um pouco mais consolidados, por isso seu maior crescimento em 2019.

Número de seguidores em dezembro de 2019. Fonte: DCS

## Mídias Sociais



## % de crescimento



Percentual de crescimento de cada perfil no ano de 2019. Fonte: DCS

Se considerarmos a média de curtidores/seguidores em todas as mídias sociais do IFCE, obtivemos um crescimento de 22%. Se a metodologia for a média, já atingimos o planejado para a vigência do PDI de 20% para 2013 e devemos reavaliar essa média.

Destaca-se que nossos canais nas mídias sociais figuram sempre entre os 3 primeiros da Rede Federal em números de seguidores e temos conseguindo um grande engajamento, mesmo sem utilizarmos de estratégias pagas de impulsionamento de postagens.

Indicador: Page views (acessos) ao portal institucional

Apesar de todos os canais de divulgação existentes, entendemos que o primeiro deve ser o portal institucional. Assim, o portal do IFCE precisa pensar em forma de envolver e se comunicar completamente no seu interior.

Para melhor avaliar os acessos ao portal, em conjunto com a DGTI, foi instalada uma forma de métrica por meio do Google Analytics, com o qual podemos avaliar os picos de acesso, os conteúdos mais acessados e a média de tempo que os usuários ficam nas nossas páginas.

Em 2019 tivemos 11.337.619 acessos a páginas no portal do IFCE (soma de todas as páginas acessadas), sendo a home (página inicial [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)) a mais acessada, com 1.209.899 views. Isso representa um aumento de 11% em relação a 2018. Desta forma, esta é uma meta que também pode ser revista, já foi atingida no primeiro ano o estabelecido para até 2023 de 10% de aumento em relação ao início da vigência no PDI.

## Acessos mensais ao portal



Acessos ao portal do IFCE em 2019. Fonte: DCS/Google Analytics

Entender a comunicação como um processo, e não apenas como atividade meio, tem importante impacto na sua imagem, reputação e credibilidade. Por isso, a comunicação de excelência é, também, responsabilidade de todos os atores da instituição.

## 5. DEMONSTRAÇÃO DA EFICINNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE REAS RELEVANTES DE GESTÚO QUE CONTRIBUPRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCPCIO

### 5.1 Gest2o or ument@ria e financeira

Em 2019 o IFCE desenvolveu suas atividades financiadas diretamente com recursos do Tesouro Nacional e Arrecada2o pr@pria, recebendo extraordinariamente recursos de Descentraliza7es de Cr@ditos e Emendas Parlamentares.

Os recursos do Tesouro s2o provenientes de uma Matriz Or ument@ria elaborada pelo CONIF e aprovada pelo MEC com vistas a prover a Rede/IFCE de recursos para seu desenvolvimento institucional no 2mbito das pol2ticas p2blicas de desenvolvimento do ensino profissional tecnol2gico.

As arrecada7es pr@prias s2o fontes secund@rias provenientes das receitas de aluguis das cantinas, taxas de inscri 2o de exame de sele 2o e de concursos p2blicos, arredamentos, servi 2o de hospedagem e alimenta 2o, presta 2o de servi 2os tecnol2gicos, etc. e preferencialmente utilizados na unidade arrecadadora da receita.

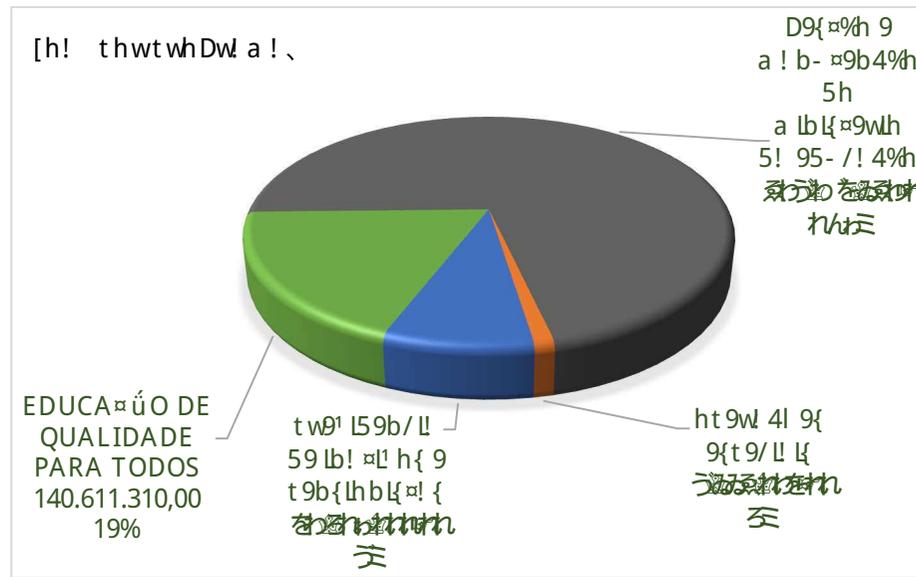
As Emendas Parlamentares financiam projetos de Reestrutura 2o e Moderniza 2o, no 2mbito da rede, enquanto as descentraliza7es oriundas de Ag2os fomentadores (CAPES, FNDE, etc.) custeiam projetos e atividades, por meio de conv, nios e Termos de Coopera 2o.

A Lei Or ument@ria A nual de 2019 teve inicialmente dota7es or ument@rias no total de R\$ 725.810.251,00 (distribuidas entre custeio, capital e pessoal), sendo que resultaram no final do exerc2cio o montante de R\$ 768.710.995,00, decorrente das altera7es or ument@rias ocorridas durante a execu 2o do or umento.

Historicamente a Matriz CONIF era elaborada com base na corre 2o pelo IPCA da Matriz Or ument@ria apresentada no ano anterior e ponderando-se o crescimento de matr2culas e o peso dos cursos ofertados. No exerc2cio de 2019, contudo, a Matriz Or ument@ria elaborada pelo CONIF e apresentada ao MEC n2o foi acatada em sua integralidade, tendo passado por ajustes que culminaram na redu 2o dos valores totais disponibilizados para a Rede IFCE. Como resultado dos ajustes realizados pelo MEC obtivemos uma Matriz Or ument@ria que, nitidamente, priorizou as a7es de custeio em detrimento aos recursos or ument@rios de investimento (capital).

Origem de Recursos	Despesas de Pessoal	Despesas de Custeio	Despesas de Capital	Dota 2o Inicial	Dota 2o Atualizada
Tesouro Nacional	553.796.141	142.149.931	2.000.923	697.946.995	762.453.842
Arrecada 2o Pr@pria	-	3.842.636	-	3.842.636	3.842.636





Os programas são desdobrados em ações e atividades face as peculiaridades do planejamento institucional conforme gráfico:



Os programas listados no Gráfico: LOA (Por programa) apresentam, no âmbito das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas à SETEC, as seguintes características básicas:

¿ Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos

Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, além de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais e aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Os objetivos contemplados nesse programa visam, ainda, contemplar as especificidades da diversidade e da inclusão e considera as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

¿ Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Objetiva assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União, pensionistas e dependentes.

¿ Operações especiais

De acordo com o Manual Técnico Orçamentário (2017), os programas do tipo Operações Especiais englobam, em sua maioria, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governos, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O Instituto Federal do Ceará no exercício de 2019, apresentou os seguintes programas enquadrados nessa categoria: Operações 0901 - Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais e 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos.

¿ 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Visa garantir aos órgãos e unidades administrativas os recursos necessários à gestão e manutenção de suas atividades finalísticas englobando, dentre outras coisas, os recursos necessários ao pagamento de salários e benefícios aos servidores ativos.

Os programas em questão são desdobrados em ações orçamentárias, conforme podemos observar no Gráfico: LOA/2019 - Ações Orçamentárias. Para uma melhor compreensão podemos caracterizá-las, sucintamente, da seguinte maneira:

PROGRAMA	AÇÃO	DESCRIÇÃO
2080 - Educação de Qualidade para Todos	20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Gestão administrativa, financeira e técnica das unidades visando o funcionamento das instituições vinculadas à Rede EPT. Contempla despesas com serviços terceirizados, manutenção da estrutura física, aquisição de material de consumo, água, luz, telefone, dentre outras.
	20RG - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Contempla a construção, ampliação e reforma de imóveis, aquisição de bens como móveis, equipamentos laboratoriais, veículos, etc. destinados às instituições da Rede EPT.
	2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	Pagamento de benefícios e pensões de caráter indenizatório e/ou prêmios de reconhecimento concedidos em decorrência de Legislação Especial.
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programa Especial - Nacional	Pagamento ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	20TP - Ativos Civis da União	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado.
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pagamento de auxílios tais como: auxílio alimentação, transporte, creche, funeral e natalidade.
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Pagamento de ajuda de custo ou auxílio moradia para os agentes públicos da educação profissional.
	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores,

		quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8 da lei nº 10.887 de 18/06/2004.

Execução Orçamentária:

A execução orçamentária-financeira ocorreu de forma descentralizada conferindo aos Campi e Reitoria relativa autonomia na gestão dos valores previstos no orçamento a elas destinadas para atender o alcance dos objetivos finalísticos. No âmbito da gestão orçamentária houve restrições de gastos de funcionamento e manutenção no âmbito da Rede para reduzir os impactos negativos do contingenciamento imposto em 30% das suas dotações (R\$ 33.470.512,00). Outro fator limitador durante a execução do orçamento foi a liberação mitigada da cota de limite de empenho e movimentação disposto no Decreto nº 9.711 de 15/02/2019, alterado pelo Decreto nº 9.741 de 29/03/2019. Importante destacar que a execução orçamentária e financeira apresentou um maior desempenho nos dois últimos trimestres devido ao desbloqueio das dotações inicialmente contingenciadas, conforme gráfico abaixo que apresenta a variação ao longo exercício do Limite de Movimentação e Empenho (LME) e do Limite de Pagamento (LP) destinados à execução das despesas primárias discricionárias.

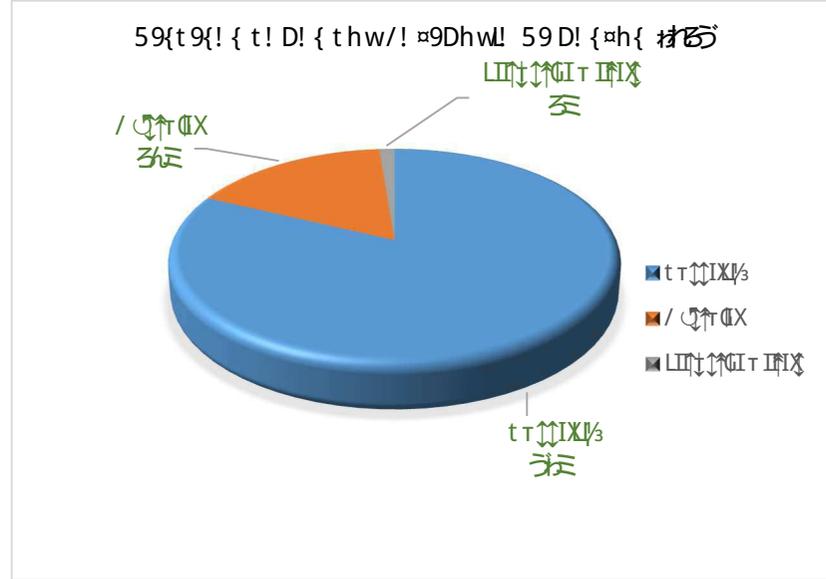
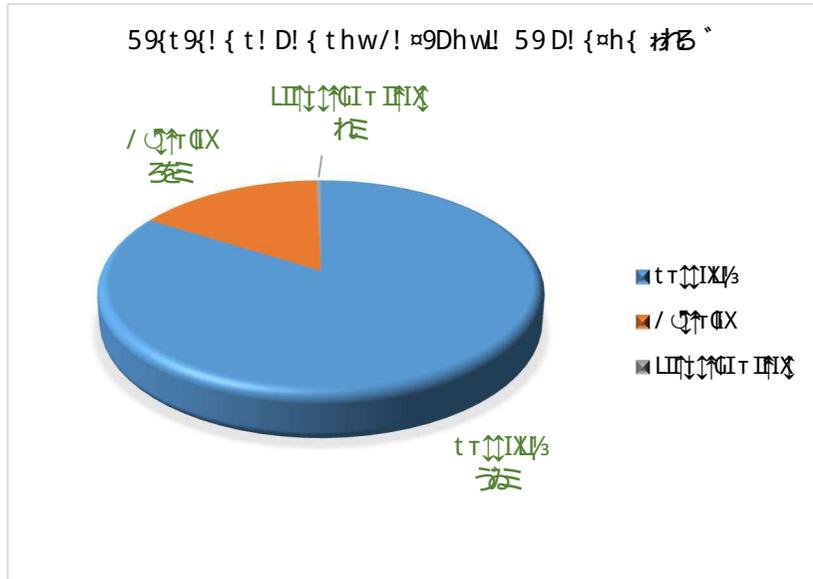
Embora o Limite de Movimentação e Empenho durante o exercício de 2019 tenha sofrido liberações de forma parcelada, a UPC realizou na última janela de alterações orçamentárias um remanejamento no valor de R\$9.159.643,00 de custeio para investimento, com objetivo de atender, prioritariamente, placas de painéis solares (placas fotovoltaicas), equipamentos para laboratórios, mobiliários para área de ensino e acervo bibliográfico.

Cabe ressaltar, o maior valor do investimento foi na aquisição dos painéis solares que teve com foco principal a redução da despesa com energia elétrica, a geração de energia renováveis e disseminar a cultura do uso racional dos recursos, inovação e a sustentabilidade.



D↑QIXOt 5TjixjU	材名					材名					1 L↑QIXI CGLIIT QLI	
	5IXLPIE !↑Lj	9Iix IDApIX	[G-OLpU	t LfEIX	】wt ixLfiX	5IXLPIE !↑Lj	9Iix IDApIX	[G-OLpU	t LfEIX	】wt ixLfiX	9I wrLUC	≡
tTjIXIj3 T 9IILPjIX {IXLUC	在在 系	系	系	系	□	系	系	系	系	系	系	系
/QjU	在在 系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系
LITjIGIT IPIX	在在 系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系
IXLj3	在在 系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系	系

CIXI t tIXIXOt ↑ IILPjIX 材名 材名



A UPC apresentou um crescimento de despesa inferior a 10% em relação ao exercício de 2018, tal fato ocorreu por conta de redução das despesas com funcionamento e manutenção das unidades para adequar-se ao contingenciamento de 30% sobre os créditos orçamentários da Lei nº 20RL - Funcionamento das Instituições de EPT.

Observa-se que grupo de despesa que impulsionou o crescimento foi de pessoal e encargos sociais motivados pela nomeação de novos servidores. Na contramão, os recursos de investimentos sofreram fortes reduções em relação ao exercício de 2018.

No âmbito da Rede/IFCE foram realizados gastos no montante de R\$ 656.299.342,00, compreendendo despesas para o atendimento das atividades finalísticas e administrativas que apresentaram melhor desempenho no 3º Trimestre/2019 devido ao desbloqueio das dotações contingenciadas no início do exercício.

Em relação aos desafios na gestão orçamentária e financeira para o futuro temos na Emenda Constitucional 95/2016 nosso grande limitador de despesas durante o período de 20 exercícios financeiros. Essa nova realidade requer da Instituição e seus gestores a adoção de uma nova postura de controle das despesas, gestão inovadora, premiação para as melhores práticas de gestão orçamentária e financeira, a busca de alternativas sustentáveis para a manutenção das unidades e da prestação de serviços de qualidade, o estabelecimento de uma política de contratações sistêmicas que permitam a obtenção de economia de escala, dentre outras ações. Outra ação futura necessária para a Rede IFCE é a adoção de um novo modelo de matriz de distribuição dos limites orçamentários que atenda as especificidades de cada unidade.

## 5.2 Gest<sup>2</sup>o de pessoas

### 5.2.1. Conformidade legal

Os servidores do Instituto Federal de Educa<sup>2</sup>o, Ci<sup>2</sup>ncia e Tecnologia do Cear<sup>2</sup>o (IFCE) s<sup>2</sup>o regidos pela Lei 8.112/90. Assim, para assegurar a conformidade com a referida Lei e demais normas aplic<sup>2</sup>veis <sup>2</sup> Gest<sup>2</sup>o de Pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo governo federal e os <sup>2</sup>rg<sup>2</sup>os de controle. Para isso, o IFCE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gest<sup>2</sup>o de Pessoas do Minist<sup>2</sup>rio da Economia, <sup>2</sup>rg<sup>2</sup>o Central do SIPEC, de modo que os processos inerentes <sup>2</sup> Gest<sup>2</sup>o de Pessoas sejam instruídos de acordo com a legisla<sup>2</sup>o vigente.

A Gest<sup>2</sup>o de Pessoas do IFCE <sup>2</sup> coordenada pela Pr<sup>2</sup>reitoria de Gest<sup>2</sup>o de Pessoas (Progep), respons<sup>2</sup>vel por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as pol<sup>2</sup>ticas de gest<sup>2</sup>o de pessoas, inclusive pela proposi<sup>2</sup>o de normativos e orienta<sup>2</sup>o referentes <sup>2</sup>s atividades de assist<sup>2</sup>ncia, administra<sup>2</sup>o de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Cear<sup>2</sup>o.

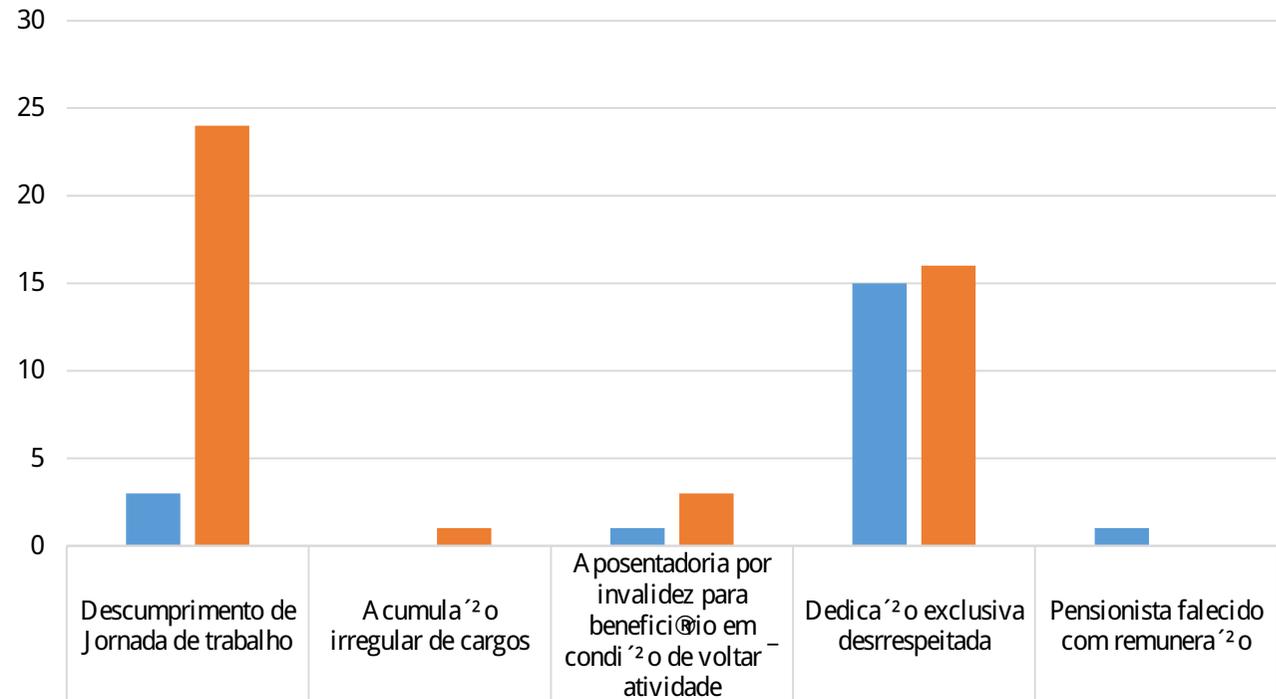
As a<sup>2</sup>tes da Progep s<sup>2</sup>o sist<sup>2</sup>micas e objetivam integrar as atividades na <sup>2</sup>rea de gest<sup>2</sup>o de pessoas, entre os <sup>2</sup>rg<sup>2</sup>os de recursos humanos com os subsistemas do Instituto, visando <sup>2</sup> obten<sup>2</sup>o da efic<sup>2</sup>cia dos processos de trabalho para a consecu<sup>2</sup>o dos objetivos organizacionais.

Assim, al<sup>2</sup>em das normas e diretrizes publicadas pelo <sup>2</sup>rg<sup>2</sup>o Central do Sipec, o Instituto Federal do Cear<sup>2</sup>o possui Regulamentos pr<sup>2</sup>rios de Gest<sup>2</sup>o de Pessoas, cuja finalidade <sup>2</sup> alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento ison<sup>2</sup>mico.

Por fim, acompanhamos as dilig<sup>2</sup>ncias e apontamentos dos <sup>2</sup>rg<sup>2</sup>os de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos.

Os ind<sup>2</sup>cios registrados pelo TCU em 2019 apontaram os seguintes assuntos: descumprimento de jornada de trabalho, acumula<sup>2</sup>o irregular de cargos, aposentadoria por invalidez para benefici<sup>2</sup>rio em condi<sup>2</sup>o de voltar <sup>2</sup> atividade, dedica<sup>2</sup>o exclusiva desrespeitada e pensionista falecido com remunera<sup>2</sup>o.

### INDÍCIOS TCU



■ EM ANÁLISE PELO IFCE	3		1	15	1
■ RESPONDIDAS PELO IFCE E ARQUIVADAS PELO TCU	24	1	3	16	

■ EM ANÁLISE PELO IFCE

■ RESPONDIDAS PELO IFCE E ARQUIVADAS PELO TCU

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos processos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

1. Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas.
2. Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal.
3. Atendimento das determinações e recomendações dos processos de controle.

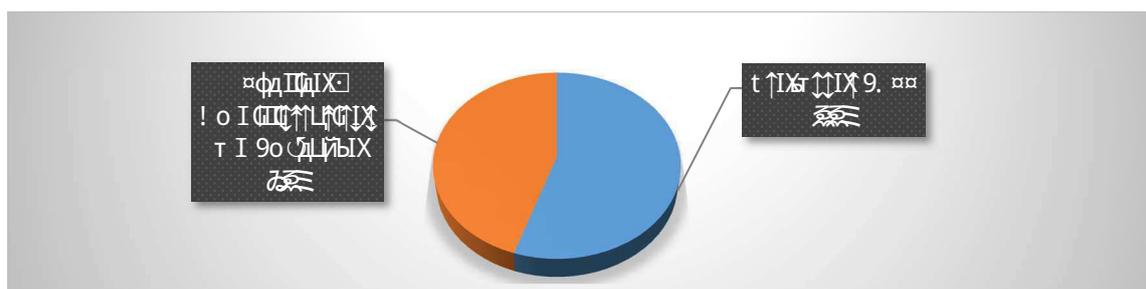
Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.

### 5.2.2 Avaliação da força de trabalho

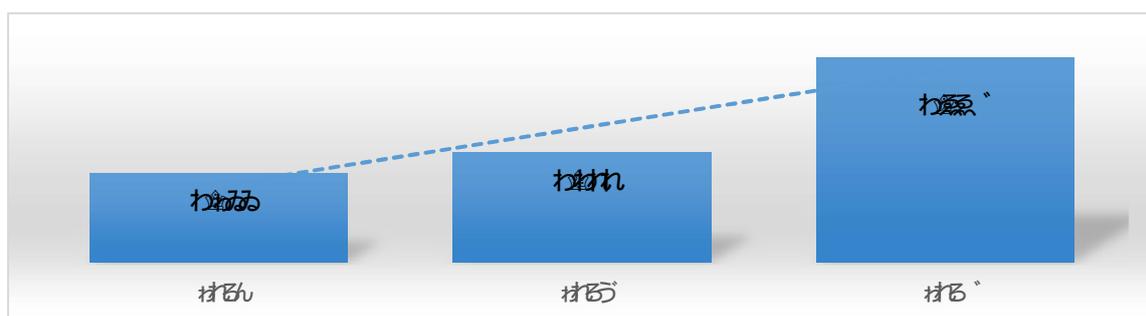
Total de Servidores: 3.559



O quadro de pessoal do Instituto Federal do Ceará é composto por duas carreiras, a saber: Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente). As referidas carreiras são regidas pelas Leis 11.091/2005 e 12.772/2012, respectivamente.



Evolução do quadro de Pessoal



Fonte: SIAPE

O nosso quadro é composto, ainda, por servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores de carreira requisitados de outros órgãos e esferas, servidores com contratos temporários e servidores sem vínculos com a Administração pública.

Composição da Força de Trabalho Distribuição por situação funcional						
Servidores de Carreira				Contratação Temporária (Professores substitutos)	Sem vínculo com a administração pública	
Vinculada ao A�g�o	Exercício descentralizado	Exercício Provisório	Requisitados			
3.559	4	14	2	137	3	

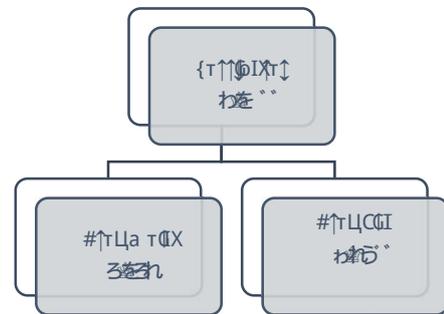
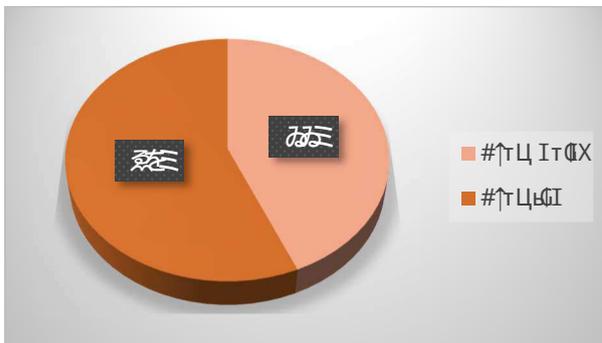
Fonte: SIAPE

### 5.2.3 Distribuição dos servidores por unidade de exercício



Fonte: SIAPE

### Distribuição da Lotação Efetiva



Fonte: SIAPE

### 5.2.4 Estrat gia de recrutamento e alocação de pessoas

#### Necessidades de Recursos Humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei n  8.112/1990 e no Decreto n  6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Institui es da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

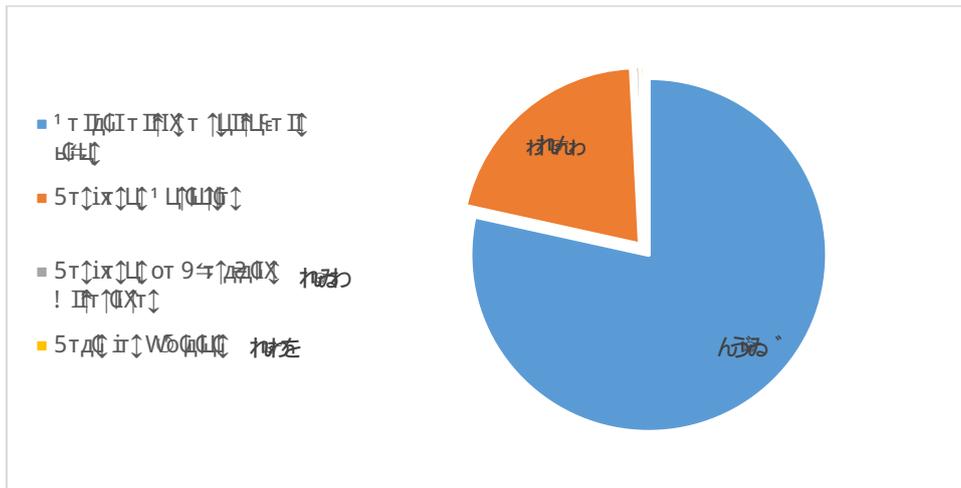
Remoção e alocação de servidores

Antes do provimento de cargos o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios preestabelecidos em Resolução Própria (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 015, DE 15/03/2016, alterada pela RESOLUÇÃO CONSUE Nº 067, DE 25/11/2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos campi, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acordos sobre a matéria.

Detalhamento e despesas de pessoal

Em 2019, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará teve um gasto de 475,5 milhões com pessoal ativo (Vantagens Fixas, Gratificação Natalina, Contrato Temporário, Exercício Anteriores, Pessoal Requisitado, Decisão Judicial e Vantagens variáveis). Destes, cerca de 99% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas como retribuição por cargo em comissão e indenizações.

### Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2019



Fonte: SIAPE

### Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: SIAPE e DW

### Justificativa para o aumento das despesas

O impacto na Folha de Pagamento de 2019 se deve, em especial as seguintes situações:

- ¿ Progressões e Promoções de servidores
- ¿ Posse de novos servidores
- ¿ Pagamento de Exercícios Anteriores.

### Avaliação de desempenho

De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito. De acordo com a Lei 11.091/2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á exclusivamente, pela mudança de nível de

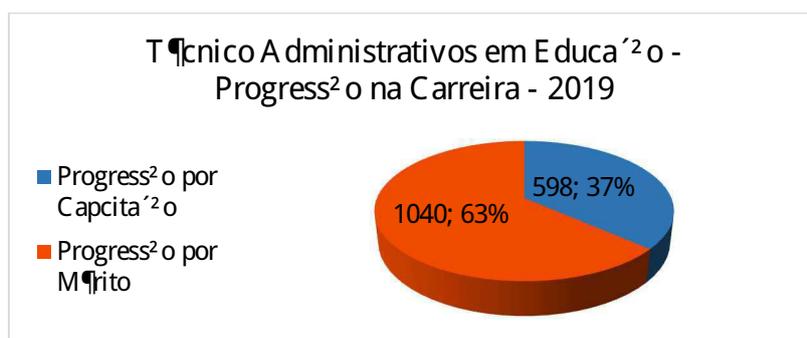
capacita o e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacita o Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

A Progressão por Mérito Profissional   a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avalia o de desempenho, observado o respectivo nível de capacita o.

Assim, no âmbito do IFCE a Progressão por Mérito Profissional se d a partir da média das avalia es de desempenho realizadas da seguinte forma: autoavalia o, avalia o da chefia imediata e avalia o entre pares.

A Progressão por Capacita o Profissional   a mudança de nível de capacita o, no mesmo cargo e nível de classifica o, decorrente da obten o pelo servidor de certifica o em Programa de capacita o, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interst cio de 18 (dezoito) meses, conforme tabela abaixo:

Nível de classifica�o	Nível de capacita�o	Carga horária de capacita�o
A	I	Exig�ncia mínima do cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exig�ncia mínima do cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exig�ncia mínima do cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
D	I	Exig�ncia mínima do cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacita�o igual ou superior a 180 horas



Em rela o   carreira do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), esta   regida pela Lei n  12.772/2012, a qual dispõe que o desenvolvimento na carreira ocorre mediante progressão funcional e promo o.

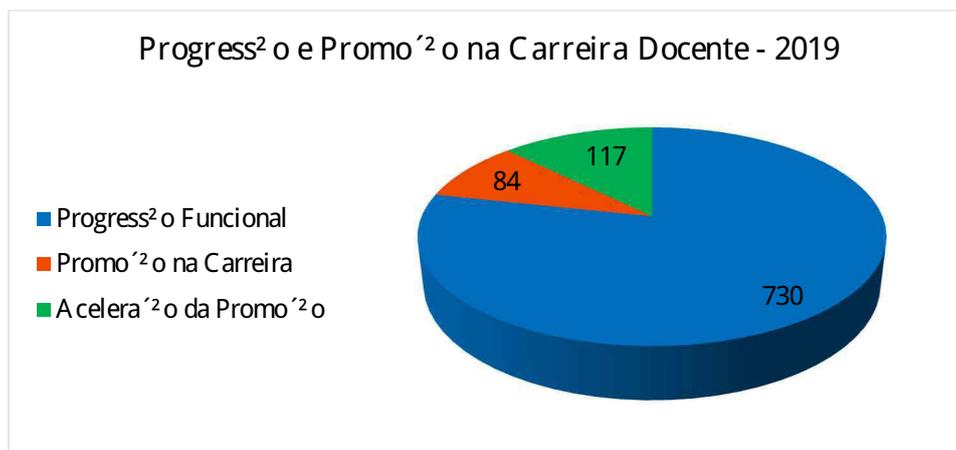
Para a Progressão, o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e ser aprovado em avalia o de desempenho individual.

A Promo o na carreira também acontece no interstício de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do último nível de cada classe antecedente   quella para a qual se dar a promo o, a saber:

- I - para a classe D II: ser aprovado em processo de avalia o de desempenho;
- II - para a classe D III: ser aprovado em processo de avalia o de desempenho;
- III - para a classe D IV: ser aprovado em processo de avalia o de desempenho;
- IV - para a classe Titular:
  - a) possuir o título de doutor;
  - b) ser aprovado em processo de avalia o de desempenho;
  - c) lograr aprova o de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acad mica e produ o profissional relevante, ou de defesa de tese acad mica inédita.

Aos servidores ocupantes de cargos da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório,   possibilitada a acelera o da promo o nos seguintes termos:

- I - de qualquer nível da classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresenta o de título de especialista;
- II - de qualquer nível das classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresenta o de título de mestre ou doutor.



### Estágio Probatório

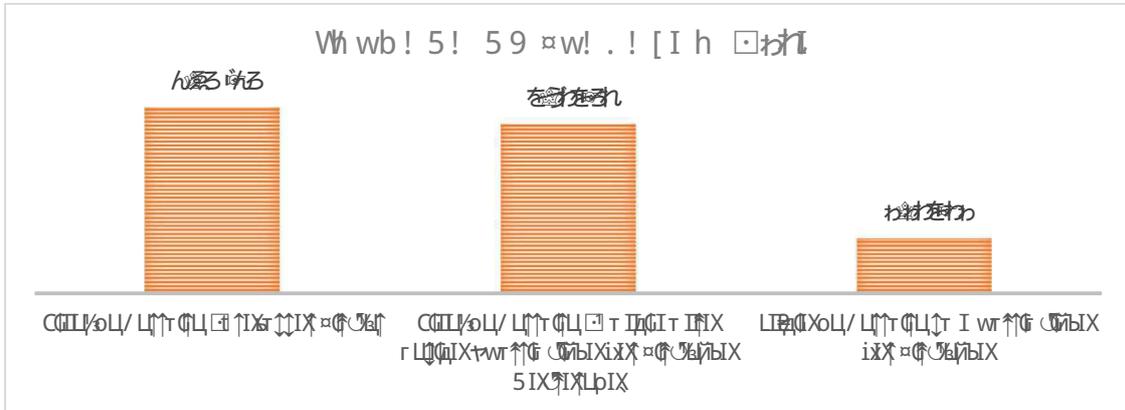
Em 2019, concluíram Estágio Probatório 834 servidores. A partir da estabilidade adquirida com o estágio probatório, os servidores passaram a fazer jus a vários benefícios, dentre os quais podemos destacar: Licença para Capacita o, Licença para tratar de Interesses Particulares etc.

Remunera o

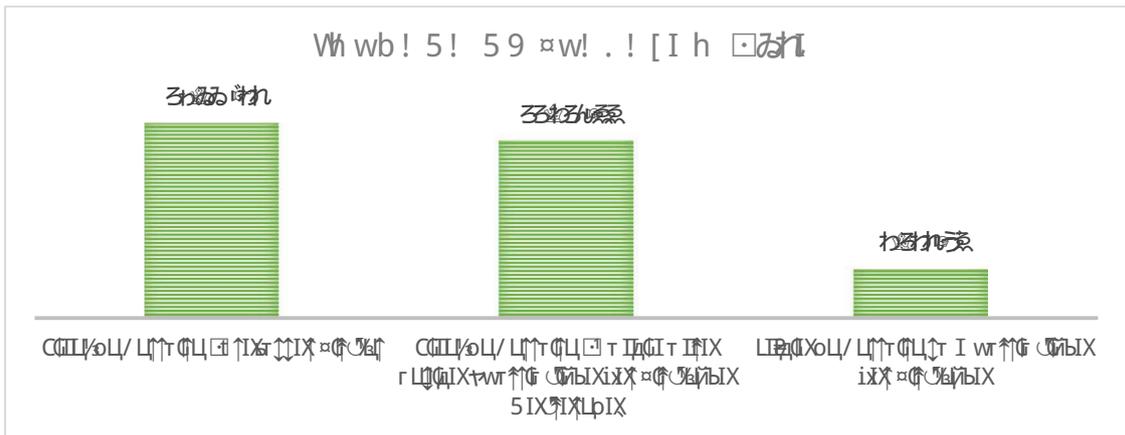
A Remunera<sup>2</sup>o dos servidores q<sup>1</sup> defina em Lei e segue as seguintes tabelas:

Tabela de Vencimentos da Carreira de Magist<sup>1</sup>rio do Ensino B<sup>1</sup>sico, T<sup>1</sup>cnico e Tecnol<sup>1</sup>gico - EBT - LEI N<sup>1</sup> 13.325/16 - A partir de 01 de agosto de 2019

20 Horas



40 Horas



Dedica<sup>2</sup>o exclusiva

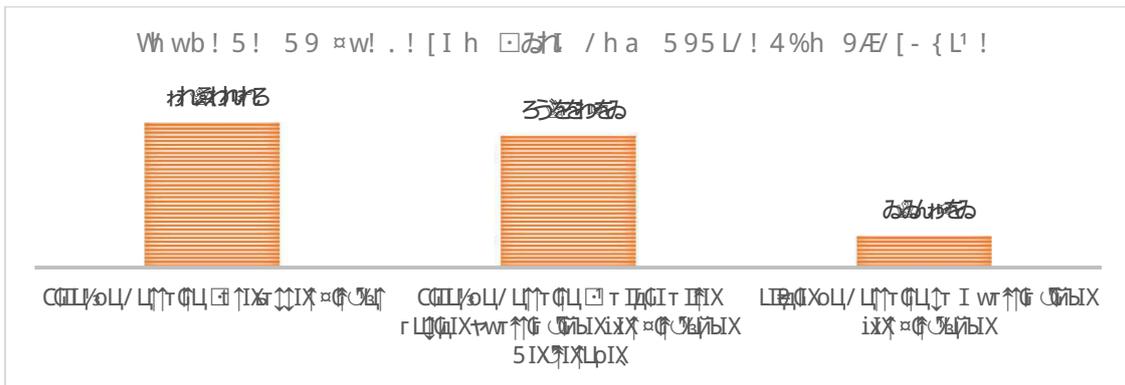


Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação  
- LEI Nº 13.325, DE 29 DE JULHO DE 2016

Quadro 25 - Estrutura do vencimento básico do PCCTAE a partir de 1º de janeiro de 2017

Nºveias		A				B				C				D				E				
Classes de Capacitação	Valor	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	
Piso AI	P01	R\$ 1.326,72	1																			
	P02	R\$ 1.378,46	2	1																		
	P03	R\$ 1.432,22	3	2	1																	
	P04	R\$ 1.488,08	4	3	2	1																
	P05	R\$ 1.546,11	5	4	3	2																
Piso BI	P06	R\$ 1.606,41	6	5	4	3	1															
	P07	R\$ 1.669,06	7	6	5	4	2	1														
	P08	R\$ 1.734,15	8	7	6	5	3	2	1													
	P09	R\$ 1.801,79	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10	R\$ 1.872,06	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso CI	P11	R\$ 1.945,07	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12	R\$ 2.020,92	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13	R\$ 2.099,74	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	R\$ 2.181,63	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	R\$ 2.266,71	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
	P16	R\$ 2.355,12	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso DI	P17	R\$ 2.446,96		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
	P18	R\$ 2.542,40			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
	P19	R\$ 2.641,55				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
	P20	R\$ 2.744,57					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
	P21	R\$ 2.851,61					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
	P22	R\$ 2.962,82						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
	P23	R\$ 3.078,37							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
	P24	R\$ 3.198,43								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
	P25	R\$ 3.323,17									15	14	13	12	9	8	7	6				
	P26	R\$ 3.452,77									16	15	14	13	10	9	8	7				
	P27	R\$ 3.587,43										16	15	14	11	10	9	8				
	P28	R\$ 3.727,34											16	15	12	11	10	9				
	P29	R\$ 3.872,70												16	13	12	11	10				
	P30	R\$ 4.023,74													14	13	12	11				
Piso EI	P31	R\$ 4.180,66													15	14	13	12	1			



das comissões representativas dos servidores, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão-Plano de Cargo e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) em conjunto com a PROGEP e aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I - melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II - desenvolver permanentemente os servidores técnico-administrativos e docentes;
- III - adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Projeto Pedagógico Institucional - PPI;
- IV - divulgar e gerenciar as ações de desenvolvimento de pessoas;
- V - racionalizar e garantir a efetividade dos gastos com ações de desenvolvimento; e
- VI - garantir as condições necessárias para participação dos servidores com deficiência nas ações de desenvolvimento.

Gastos com Capacitação em 2019

/ ! t ! / ! 4 % h		
! й π ↑ от ! ix ↑ GIX I T IX	! й π ↑ от 9o QI IX IX I IX	
<p>2019</p>	D ↑ p Q I IX	2019
	9 ↑ ix d I Q I IX	2019
	a ↑ t ↑ p IX	2019
	5 IX ↑ p IX	2019

### 5.2.6 Principais desafios e ações futuras

#### Desafios

- ¿ Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE nos próximos 5 anos conforme previsto no PDI.
- ¿ Desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas.
- ¿ Modernizar e automatizar todas atividades repetitivas e rotineiras da Gestão de Pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento das demandas dos usuários dos serviços públicos.

#### Ações futuras

- ¿ Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação/PROGEP para gerenciar (acompanhar, avaliar e supervisionar) todo o processo de Capacitação do IFCE.
- ¿ Desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Práxis de Gestão de Pessoas.
- ¿ Estimular, acompanhar, apoiar e supervisionar a criação de programas de qualidade de vida em todos os campi.



### 5.3 Gest<sup>o</sup> de licita<sup>o</sup>es e contratos

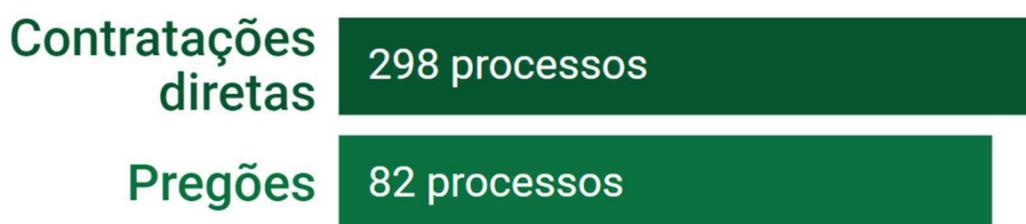
#### 5.3.1 Conformidade legal:

Dentre as contrata<sup>o</sup>es efetuadas, os principais enquadramentos s<sup>o</sup>:

- ✓ Contrata<sup>o</sup>es diretas do artigo 24 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/1993.
- ✓ Inexigibilidades de Licita<sup>o</sup>es enquadradas no artigo 25 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/1993.
- ✓ Preg<sup>o</sup> Eletr<sup>o</sup>nico: Lei n<sup>o</sup> 10.520/2002 e Decretos n<sup>o</sup> 5.450/2005 e 10.024/2019.
- ✓ Ades<sup>o</sup>es a atas de registro de pre<sup>o</sup>s de Reg<sup>o</sup>os da administra<sup>o</sup>es p<sup>u</sup>blica federal: Decreto n<sup>o</sup> 7.892/2013.

#### 5.3.2 Detalhamento dos gastos das contrata<sup>o</sup>es por finalidade e especifica<sup>o</sup> dos tipos de servi<sup>o</sup>s contratados para o funcionamento administrativo:

Processos de contrata<sup>o</sup>es em 2019:



Fonte: <http://painelcompras.economia.gov.br/> (processos homologados - acesso em 27/01/2020)

Unidades contratantes do Instituto Federal do Cear<sup>a</sup> em 2019: 28 UASGs

Total de pagamentos em contrata<sup>o</sup>es relativas a custeio e investimentos em 2019: R\$ 109.446.798,68 (cento e nove mil h<sup>o</sup>pes, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 19/02/2020)

Gastos por finalidade	
Funcionamento administrativo	Investimentos de capital
R\$ 48.523.605,18	R\$ 21.293.947,37

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 19/02/2020)

Funcionamento Administrativo - Detalhamento	
Energia e <sup>o</sup> gua	R\$ 8.714.103,60
Vigil <sup>o</sup> ncia	R\$ 12.298.714,15

Limpeza	R\$ 10.171.021,20
Manutenção de Bens móveis e imóveis	R\$ 3.073.916,58
Passagens	R\$ 304.917,46
Outros (telecomunicações, material de consumo, demais serviços)	R\$ 13.960.932,19

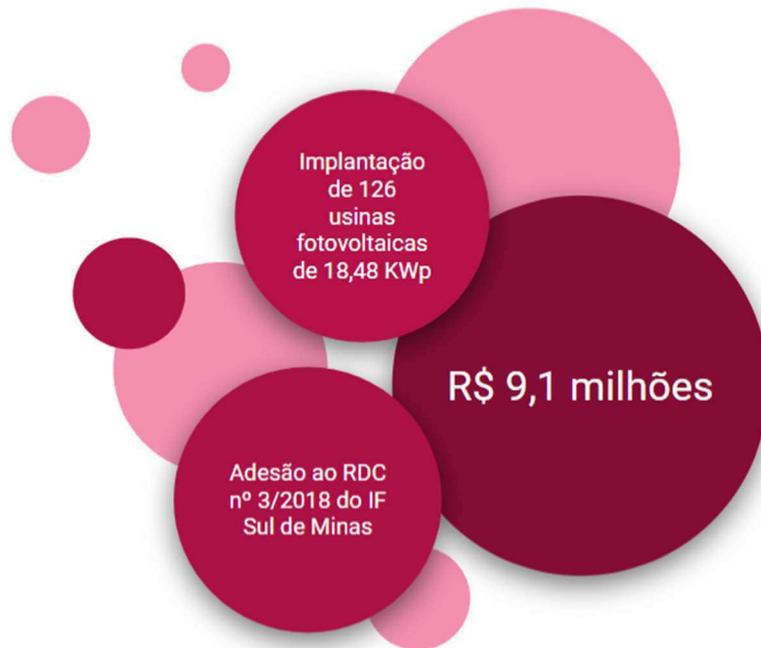
Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 19/02/2020)

Principais tipos de contratações diretas realizadas em 2019:

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor	Base legal
Funcionamento administrativo*	Distribuição de energia	Companhia Energética do Ceará®	R\$ 137.136,00	Inciso XXII, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
	Limpeza e conservação	Connect Serviços Eireli	R\$ 860.114,00	Inciso IV, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
	Vigilância	Acesso Segurança Privada Eireli	R\$ 102.345,19	
Assistência estudantil	Agricultura familiar	Vários	R\$ 521.261,88	Inciso XXX, Artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

Fonte: <http://paineldecompras.economia.gov.br/> (contratos - acesso em 27/01/2020)

Contratações mais relevantes:



Em 2019, o Instituto Federal do Ceará realizou 32 contratações com vistas à implantação de usinas fotovoltaicas em 28 campi e na Reitoria, com o objetivo de proporcionar uma redução de mais de 40% nos custos com energia elétrica.

Destacam-se ainda as contratações relativas ao funcionamento administrativo do Instituto Federal do Ceará bem como serviços de manutenção predial, apoio administrativo, limpeza e vigilância patrimonial.

Fornecimento de equipamentos e manutenção e sustentação de software estão entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação - TI.

Justificativas referentes às contratações:

- ✓ Promover o crescimento e modernização da infraestrutura tecnológica, capital e humana a longo prazo visando impulsionar o desenvolvimento da instituição.
- ✓ Buscar o desenvolvimento das regiões na qual a instituição está inserida.
- ✓ Criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recurso disponível à instituição.

Objetivos estratégicos:

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos:

Por sua característica de gestão descentralizada, o desafio do IFCE está na padronização dos processos para o alcance dos melhores bens e serviços com economia de escala. Para tanto, a Instituição se reveste de normativos que visam a padronização dos procedimentos.

Outro desafio são as constantes atualizações da legislação, situação que levou a Instituição a ter fomentado várias capacitações técnicas.

Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2019-2023 estabeleceu como objetivo estratégico o aperfeiçoamento dos procedimentos visando a efetividade e a excelência dos processos internos, com o propósito de fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE. Para tanto, pretende-se:

- ✓ Obter 25% de economicidade nas contratações;
- ✓ Alcançar o índice de 70% de qualidade na execução dos contratos;
- ✓ Satisfazer 80% dos requisitantes de bens e serviços.

## 5.4 Gestão patrimonial e infraestrutura

### 5.4.1. Conformidade legal:

A gestão patrimonial do Instituto Federal do Ceará é realizada de forma descentralizada pelos campi que agregam o referido ente público. Esta particularidade é fruto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde mostra que o perfil do IFCE favorece este tipo de descentralização das atividades técnicas e operacionais, com o fito de promover maior eficiência na gestão como um todo.

Todavia, as atividades de gestão patrimonial ocorridas no Instituto Federal do Ceará são realizadas de modo aleatório. A Reitoria, pela sua personificação gerencial de rede, rege de forma sistêmica as principais áreas de patrimônio, com o fito de uniformizar os procedimentos e consolidar os dados referentes ao patrimônio institucional. A atuação sistêmica com o olhar operacional é promovida pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento através da Coordenadoria de Patrimônio.

A estrutura Organizacional da Coordenadoria de Patrimônio está definida no Regimento Interno do IFCE, com definição de autoridade e subordinação e conhecimento de todos os envolvidos, visto que está disponível no site oficial do IFCE e de livre consulta, bem como os servidores atuantes conhecem sua estrutura. Formalmente, o setor está delineado por meio do Regimento Geral do IFCE, documento disponível por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>.

Os procedimentos relativos às atribuições operacionais estão formalizados no Manual de Gestão de Materiais do IFCE, e nos normativos correlatos. O manual está disponível no site do IFCE na web por meio do link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>.

Aliado aos normativos, o Instituto Federal do Ceará dispõe de uma ferramenta on line para gestão patrimonial: trata-se da plataforma SUAP Patrimônio. Este aplicativo possui como função principal registrar os materiais permanentes da Instituição, proporcionando controle sobre a localização, movimentação e ajustes contábeis sofridos pelos bens. Além disso, o sistema traz como benefícios: (a) atendimento aos ditames legais relacionados à Gestão de Patrimônio; (b) processos padronizados; (c) base de dados consolidada, propiciando a emissão de relatórios precisos; (d) atualização periódica do sistema; (e) segurança de acesso aos dados através de perfis de acesso para cada servidor e; (f) backup diário dos dados.

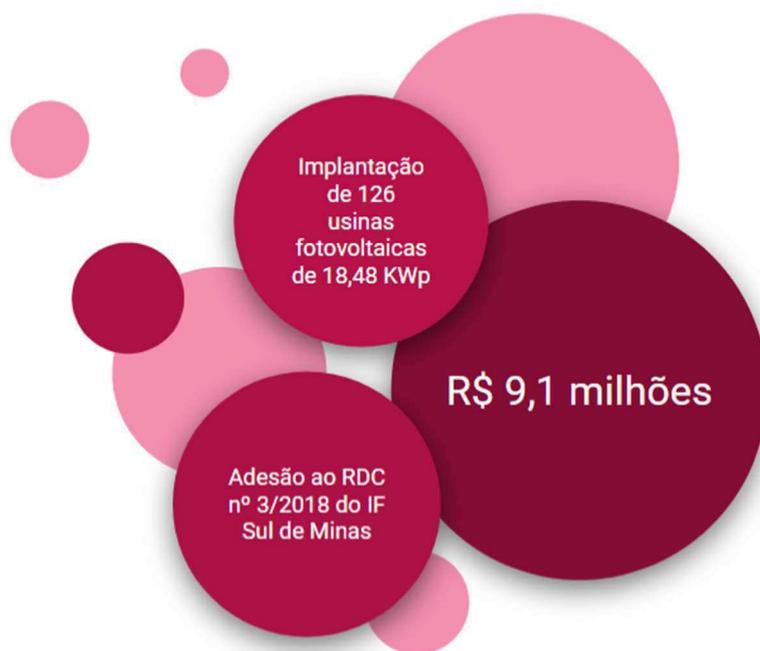
No decorrer de 2018, a Instituição realizou junto às suas unidades, processo de migração dos inventários existentes para a plataforma SUAP Patrimônio. Com o advento da Portaria nº 754/GABR/REITORIA, de 31 de agosto de 2018, o uso da plataforma passou a se tornar obrigatório a todas as unidades da Instituição desde o dia 18 de setembro de 2018.

Quanto à gestão da infraestrutura, registra-se a elaboração do Manual de Manutenção Predial

([https://ifce.edu.br/proap/MANUALDEMANUTENOPREDIALPARAPUBLICAO\\_SEI\\_23255.002644\\_2019\\_64.pdf](https://ifce.edu.br/proap/MANUALDEMANUTENOPREDIALPARAPUBLICAO_SEI_23255.002644_2019_64.pdf)), instituído pela PORTARIA Nº 296/GABR/REITORIA, DE 15 DE ABRIL DE 2019, que tem por objetivo servir como um referencial teórico e prático para a implantação de uma sistemática de gestão predial visando a tornar mais eficientes e eficazes as atividades de manutenção nos campi do IFCE.

Outra ação importante, executada em 2019, foi a conclusão do módulo Cadastro do Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI). Tal ferramenta permite gerir os imóveis do IFCE, por meio das informações quanto ao registro das edificações de cada unidade, avaliação dos imóveis, documentação de dominialidade e regularidade de funcionamento.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos



Em 2019, o Instituto Federal do Ceará realizou 32 contratações com vistas à implantação de usinas fotovoltaicas em 28 campi e na Reitoria, com o objetivo de proporcionar uma redução de mais de 40% nos custos com energia elétrica.

Ainda em exercício de 2019 foram executadas obras e reformas com o objetivo de ampliar a estrutura física dos campi, bem como adequar a infraestrutura existente, em consonância com o objetivo estratégico de ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE, consignado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período 2019-2023.

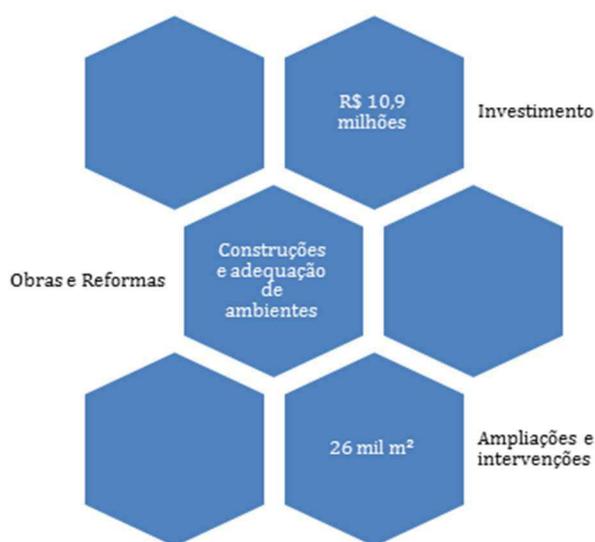
Foram construídas salas de aulas (campi de Morada Nova, Jaguaribe e Guaramiranga); construção de espaços de vivências (campi Morada Nova, Jaguaribe, Caucaia, Tabuleiro do Norte, Tianguá Ubajara, Camocim e Tauá); construção da quadra poliesportiva do campus Quixadá; Urbanização do campus Maranguape; Construção do campus Avançado de Mombáa; reformas de quadras esportivas, bloco didático e refeitório (campi Caucaia; Sobral; Jaguaruana e Guaramiranga).

As ampliações e adequações possibilitaram a capacidade de atendimento dos alunos, oferta de novas vagas, além de proporcionar a realização de atividades didáticas e esportivas, convivência e apoio ao discente.

Registra-se como desafios a implantação dos ambientes estruturantes (quadras poliesportivas, bibliotecas, restaurantes acadêmicos) apontados no PDI 2019-2023, uma vez que vários campi ainda não contam com tais equipamentos. As restrições orçamentárias para as despesas de capital se tornam risco para o cumprimento das metas relativas à infraestrutura.

Outro desafio é a elaboração de projetos e execução de obras visando à adequação das instalações de combate a incêndio, segurança e pânico, bem como as intervenções necessárias de acessibilidade, principalmente no âmbito das unidades mais antigas, anteriores à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Ressalta-se, como medidas futuras, a elaboração de projetos de ampliação e adequação das instalações, visando a prospecção de recursos extra orçamentários junto ao Ministério da Educação (MEC), por meio de Termo de Execução Descentralizada, e parlamentares da bancada cearense.



Fonte: SIMEC.

## 5.5 Gestão da tecnologia da informação

### 5.5.1 Conformidade legal

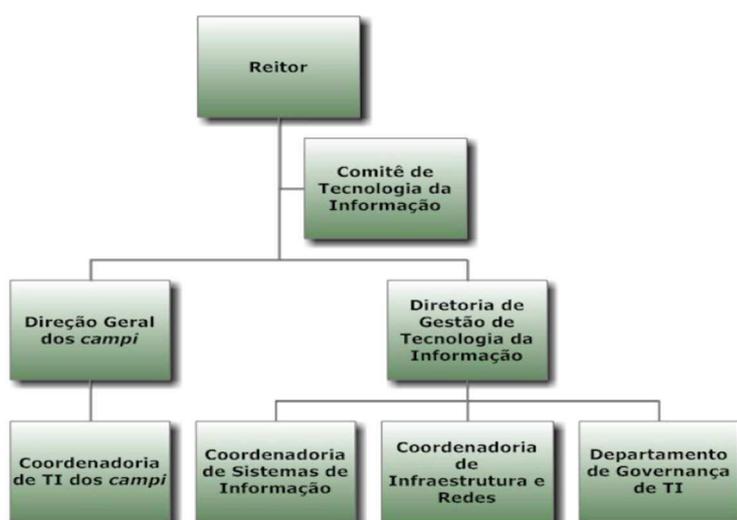
De forma a assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará acompanha constantemente as regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e pelos seus órgãos de controle e responsáveis pelo tema para realizar a aplicação delas em seu cenário de atuação. Desta forma, o IFCE busca constantemente a melhor oferta de serviços e soluções de tecnologia da informação buscando assim o melhor alinhamento entre TI e negócio.

Documentos de referência: [PETI IFCE](#), [PDTI IFCE](#) e legislação neles referenciada.

### 5.5.2 Modelo de Governança de TIC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará realiza por meio de seu departamento de Governança de Tecnologia da Informação, as ações necessárias para apoiar o Comitê de Tecnologia da Informação, a Governança Corporativa do IFCE. O Departamento de Governança de TIC, compõe juntamente com a Coordenadoria de Sistemas e a Coordenadoria de Infraestrutura e redes a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação. Desta forma a Governança de TIC dentro do IFCE tem como papel fundamental, o alinhamento das estratégias e ações de Tecnologia da Informação às estratégias e objetivos de negócio, realizando o monitoramento das ações, bem como levantando os resultados alcançados pelas ações de planejamento. Abaixo, segue o organograma onde o departamento de Governança de TIC encontra-se inserido no IFCE.

#### 6.1 Organograma

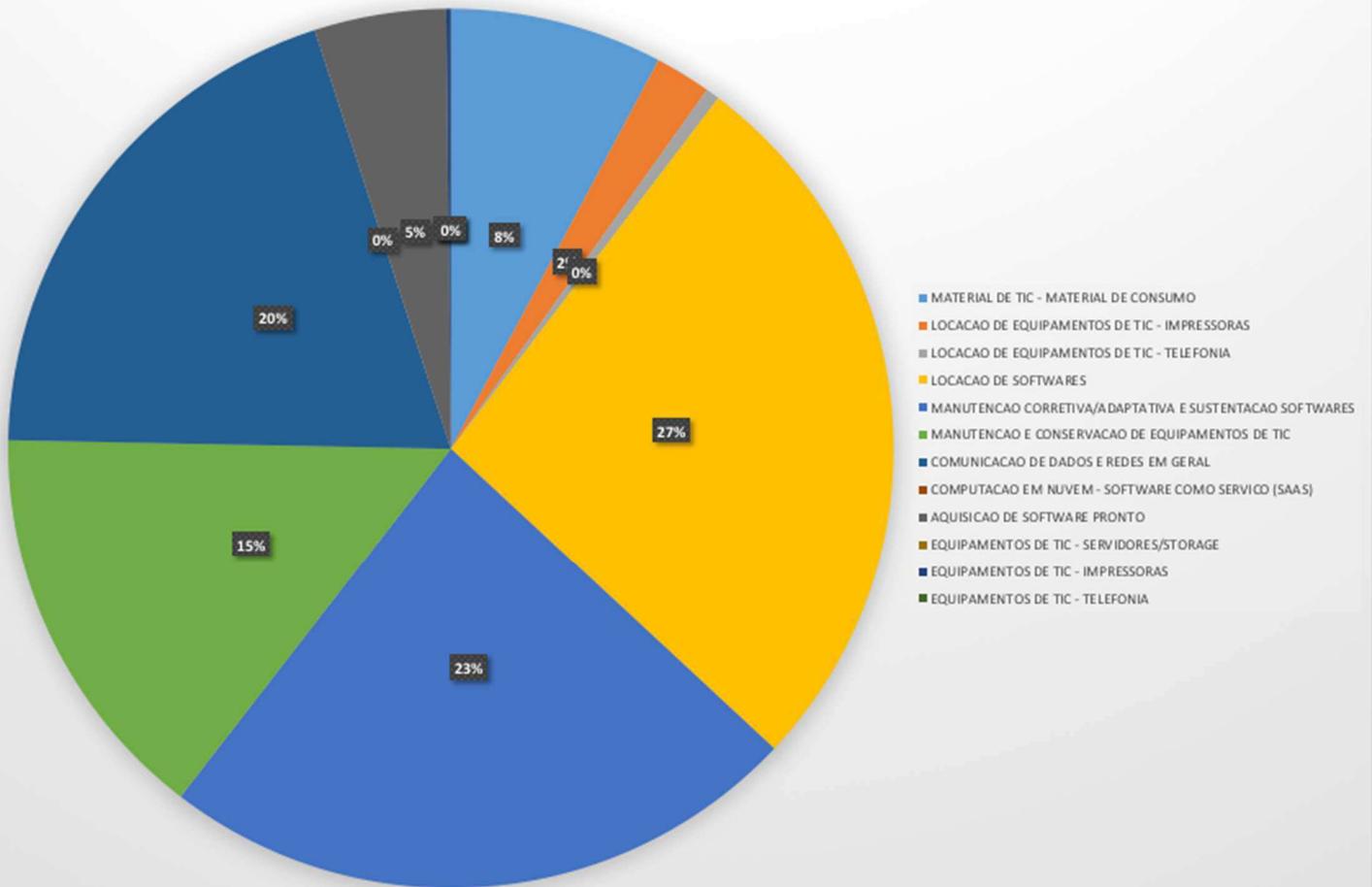


Documento de referência: [PDTI IFCE](#) e [Regimento Interno IFCE](#)

### 5.5.3 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos aplicados a Tecnologia da Informa o foram divididos da seguinte forma: material de TIC (consumo), loca o de equipamentos de TIC, loca o de softwares, manuten o corretiva de software, comunica o de dados, telefonia fixa e móvel, outsourcing de impressão, computa o em nuvem, emissão de certificados digitais, aquisi o de software, material de TIC (permanente), equipamentos de TIC - ativos de rede, equipamentos de TIC - computadores, equipamentos de TIC - servidores, equipamentos de TIC - impressoras, equipamentos de TIC - telefonia.

# DESPESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EXERCÍCIO 2019



Fonte: Departamento de Gestão e Orçamento - IFCE

#### 5.5.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

As contratações mais relevantes de TI em 2019 foram aquelas que apoiaram a implantação de novos campi do IFCE, bem como, aquelas que atendem de forma sistêmica as necessidades da instituição.

• Aquisição de equipamento de sistema de vídeo monitoramento - CFTV baseado em software e hardware. Valor: R\$ 128.943,80;

Processo SEI: 23255.009779/2019-51

• Aquisição de computadores do tipo desktop/workstations utilizados pela equipe de produção dos cursos a distância ofertado pelo IFCE. Valor: R\$ 39.540,00

Processo SEI: 23255.010809/2019-71

• Renovação do contrato de manutenção e suporte dos equipamentos e softwares que compõem o Data Center do IFCE. Valor (em 24 meses): R\$ 399.750,00

Processo SEI: 23255.035301/2017-14

✓ Contratação do Serviço de Manutenção Pessoal para atendimento a todo o grupo gestor do IFCE. Valor (em 24 meses): R\$ 66.553,82

Processo SEI: 23255.003588/2019-85

✓ Contratação do Sistema SIPPAG de forma a atender as necessidades de automatização dos ciclos financeiros referentes aos vencimentos e remuneração dos servidores.

Valor (em 24 meses): R\$ 71.940,00

Processo SEI: 23255.005061/2019-95

Valor Total: R\$ 706.727,62

#### 5.5.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

No decorrer do ano de 2019 a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação teve como seus principais projetos:

• Criação e implantação do sistema de captação e gestão projetos de extensão - SIGPROEXT;

• Criação e implantação do sistema de gestão de carga horária docente - CHDOCENTE;

• Realização do primeiro processo de compras compartilhadas de Tecnologia da Informação;

• Atualização da Política de Segurança da Informação - POSIC;

• Interligação entre 14 unidades do IFCE e a Reitoria por meio da tecnologia de Voz Sobre IP, gerando economicidade no serviço de telefonia fixa.

- Renovação do contrato de suporte e manutenção dos equipamentos que compõem o DataCenter do IFCE, gerando segurança no armazenamento dos dados institucionais e uma economicidade de aproximadamente R\$ 26.000,00 ao IFCE.

#### 5.5.6 Segurança da Informação

O IFCE instituiu em 2017 por meio de seu Conselho Superior - CONSUP a Política de Segurança da Informação - POSIC, onde são abordados os principais pontos referentes a segurança da informação dentro da Instituição.

No decorrer de 2019 essa política sofreu sua primeira atualização, como forma de adequação ao Decreto 9.832, de 12 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Segurança da Informação e sua participação na POSIC.

Documento de referência: [Política de Segurança da Informação IFCE](#)

Processo SEI: 23255.000176/2020-27

#### 5.5.7 Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios e ações futuras dentro da TI estão relacionadas diretamente ao novo Plano Diretor da Instituição. Desta forma, segue um breve resumo delas:

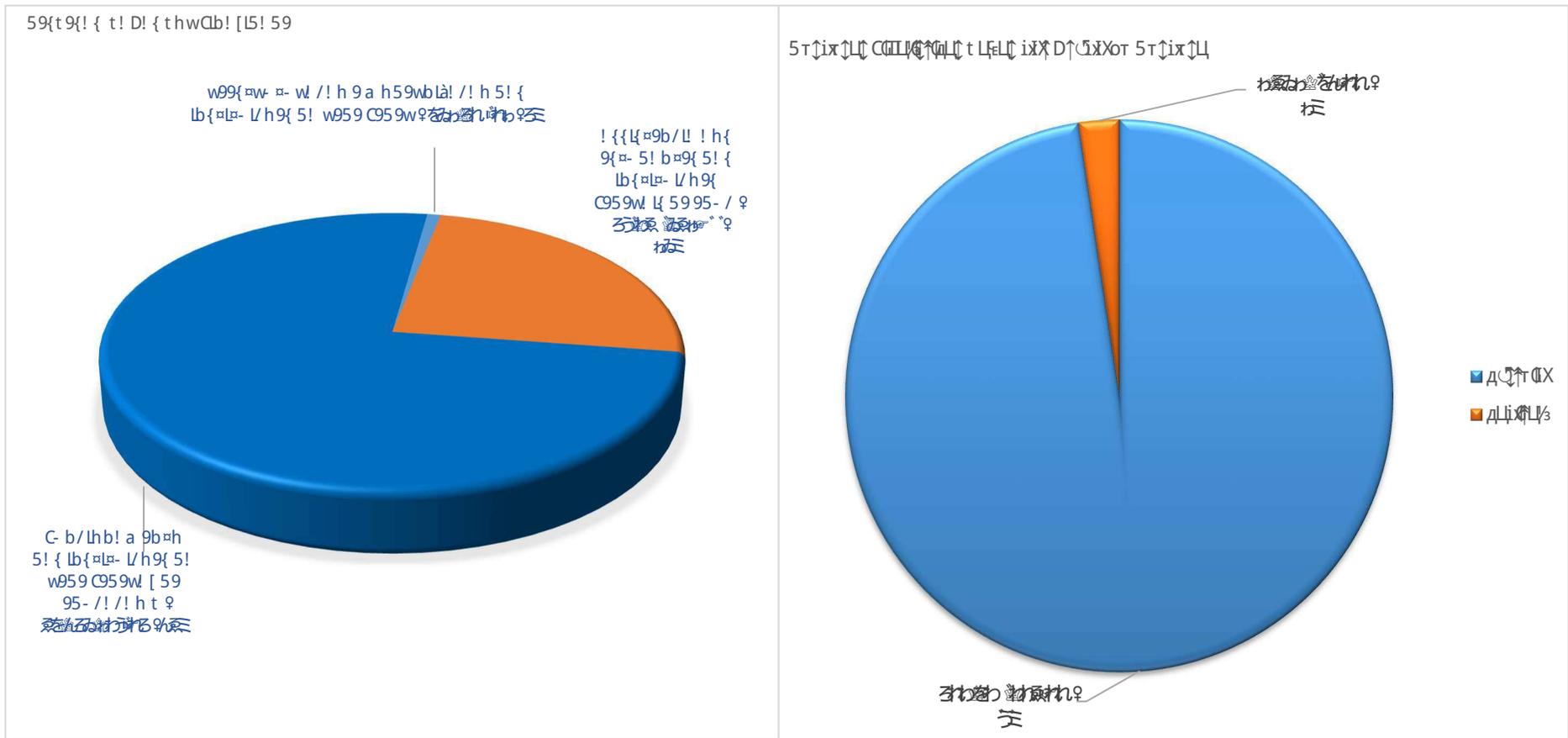
- Criação de Política para tratamento da Lei Geral de Proteção de Dados no IFCE;
- Continuidade - implantação do serviço de voz sobre ip - VOIP;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Processos Seletivos - GPSIF
- Avaliação de auditoria de Segurança de Informação
- Normatização dos processos de contratações de T.I.
- Realização da Análise de Riscos dos Processos de Contratações de T.I.

Documento de referência: [PDI IFCE](#)

5.6.2 Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte.

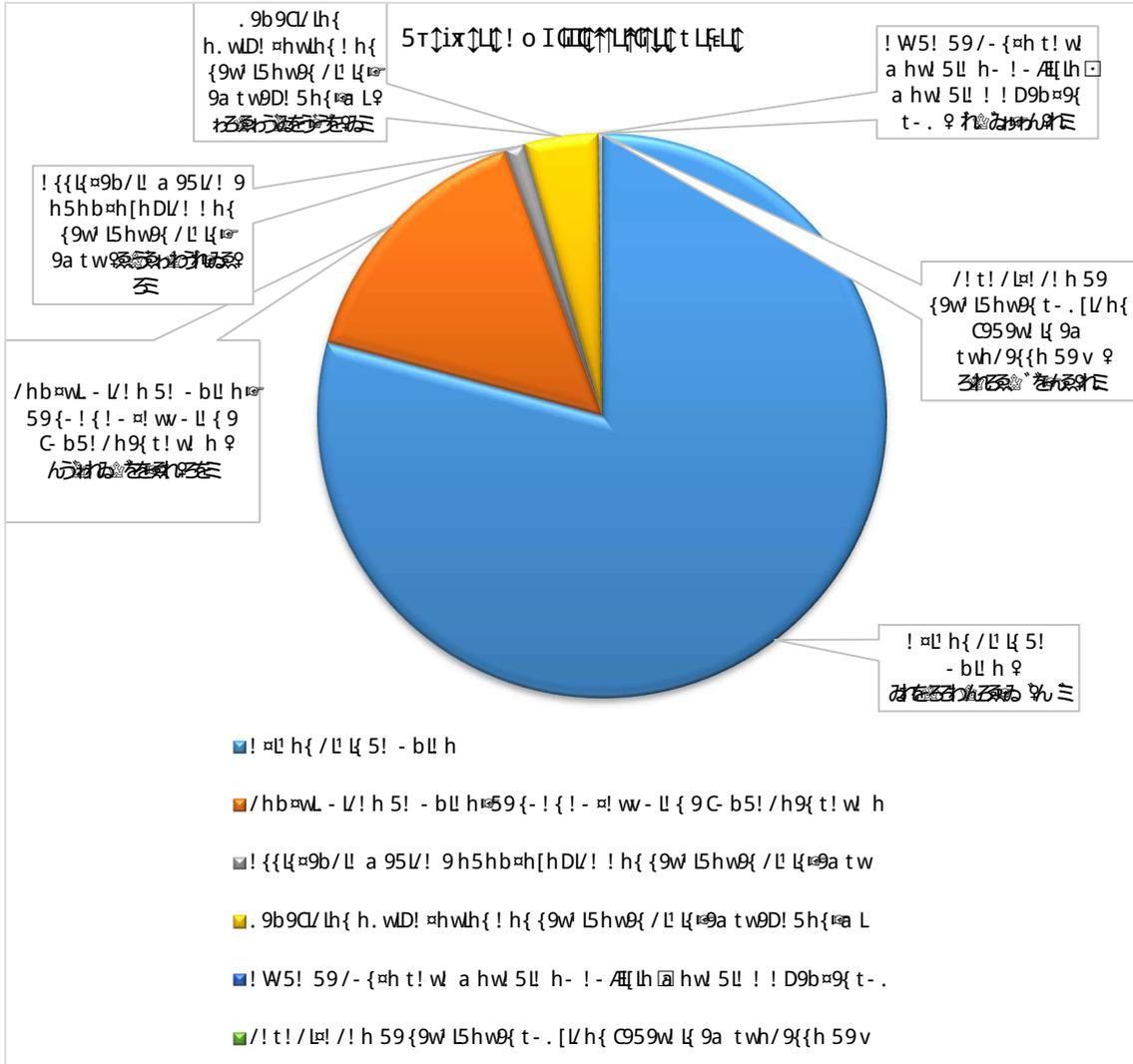
Atividades finalísticas

As atividades finalísticas desenvolvidas pelo IFCE (ensino, pesquisa e extensão) foram garantidas com recursos do orçamento aprovado e de descentralizadas e somam gastos de custeio e de capital necessários a manutenção e funcionamento da Rede/IFCE, despesas que beneficiam diretamente os discentes e aquelas que proporcionaram a modernização e atualização da sua estrutura física e tecnológica.



## Atividades Administrativas

As atividades de natureza administrativa e de gest<sup>2</sup>o incorporaram valores relacionados a manuten<sup>2</sup>o e funcionamento das @eas meio e fim, totalizando em 2019 gastos no montante de R\$512.806.470,32, conforme gr@fico:

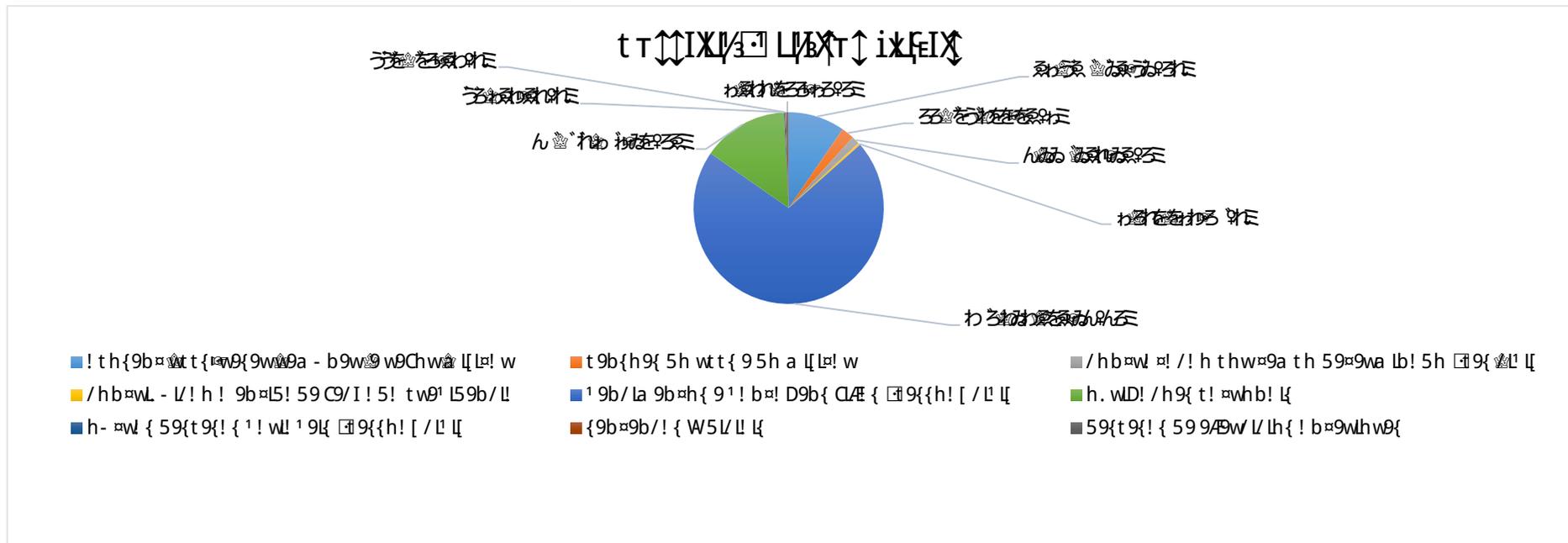


## Execução por Grupo e Elemento de Despesa

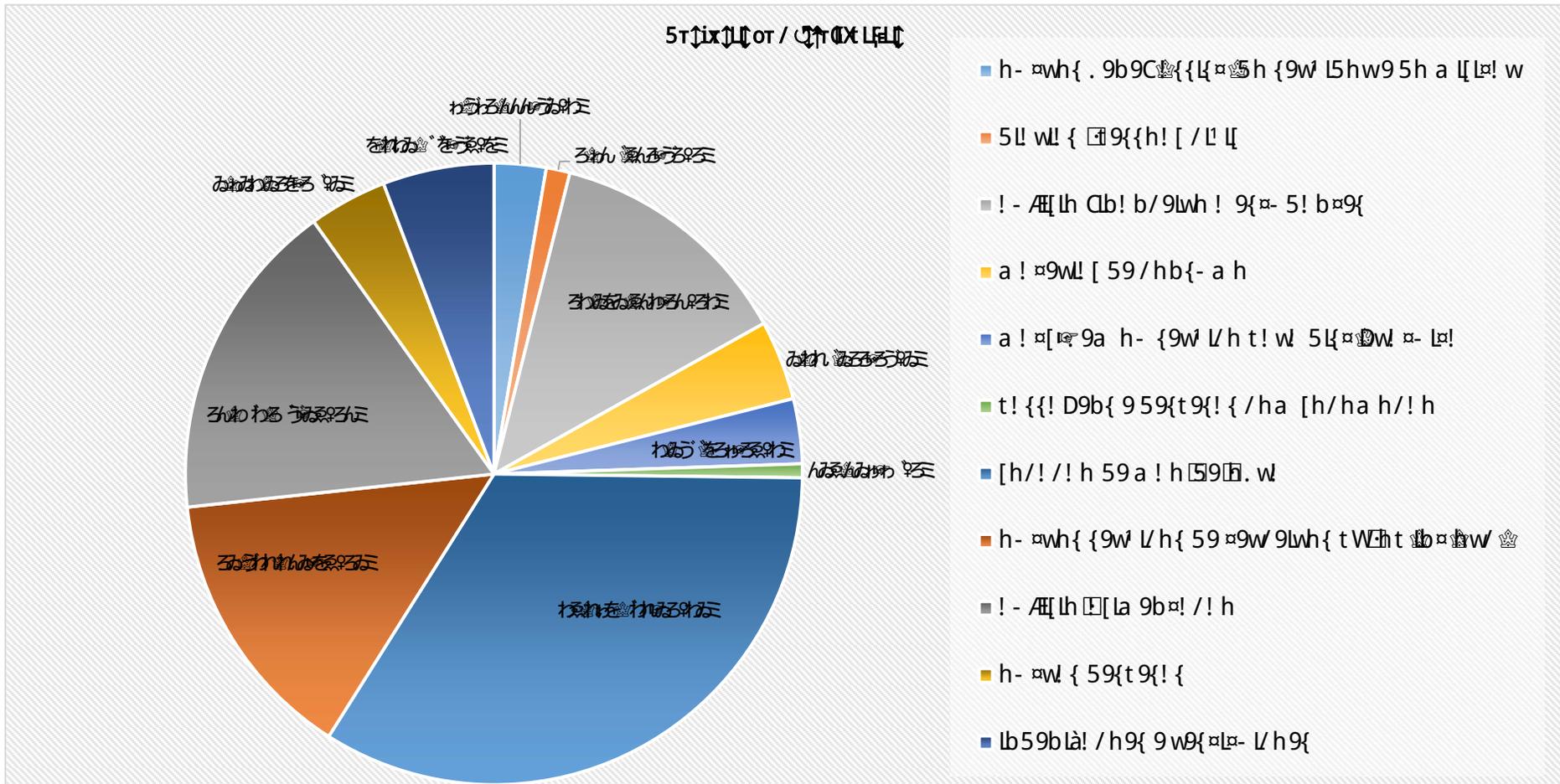
Do montante de despesas pagas em 2019 destacam-se os valores mais relevantes por grupo de natureza da despesa e elemento que contribuíram para o alcance dos resultados, conforme detalhamento a seguir:

Despesas Pessoal e Encargos	Valor Pago
ATIVOS	391.343.565,47
INATIVOS	52.859.945,84
PENSIONISTAS	11.968.366,65
ENCARGOS SOCIAIS	79.990.292,46
OUTRAS DESPESAS	13,954.899,88
<b>Total</b>	<b>550.117.070,30</b>

Elemento de Despesa mais relevantes	Valor Pago 2019	Valor Pago 2018
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	391.343.565,47	361.729.131,78
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	79.990.292,46	74.848.986,19
01-APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	52.859.945,84	46.987.749,52
Demais Elementos	25.923.266,53	21.001.663,55
<b>Total Despesas de Pessoal e Encargos</b>	<b>550.117.070,30</b>	<b>504.567.531,04</b>



Despesas de Custeio: Os gastos de custeio mais relevantes foram aqueles necessários a manutenção e funcionamento da Rede/IFCE, bem como as despesas que diretamente beneficiaram os alunos regularmente matriculados visando garantir sua permanência e melhor desempenho escolar.



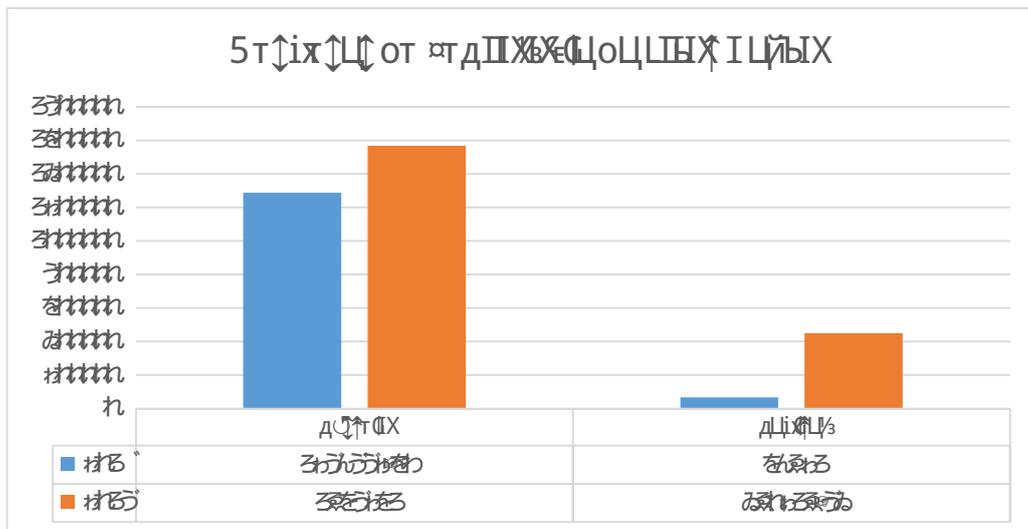
9% It InIot 5TixlI ILlC ↑% ↑IIT	1 Llx t LElX材料	1 Llx t LElX材料
わ [h/! /! h 59 a ! h 59[h. w]	材料費	材料費
わ [h- mwh { 9w l/h { 59 9w 9wh { tW[ht 1b 1w }	材料費	材料費
を [l - A[h Cb! b/9wh ! 9{ 5! b 9{	材料費	材料費
5T ILlC 9% It InI	材料費	材料費
材料費 /	材料費	材料費

Dentre as despesas com gastos mais elevados chamamos a aten<sup>2</sup>o para as despesas que envolvem a presta<sup>2</sup>o de servi<sup>2</sup>os, sejam eles relacionados com a loca<sup>2</sup>o de m<sup>2</sup>o-de-obra, que abrangem os servi<sup>2</sup>os de vigil<sup>2</sup>ncia, limpeza e conserva<sup>2</sup>o, recepcionistas, copeiragem, portaria, motoristas, operadores de manuten<sup>2</sup>o predial, dentre outras e que s<sup>2</sup>o indispens<sup>2</sup>veis ao funcionamento das unidades pois fornecem o suporte necess<sup>2</sup>rio para que as demais atividades administrativas e final<sup>2</sup>sticas possam ser devidamente desenvolvidas, como tamb<sup>2</sup>m os demais servi<sup>2</sup>os prestados que abrangem desde o fornecimento de energia el<sup>2</sup>trica, <sup>2</sup>gua e telefone, bem como despesas com manuten<sup>2</sup>o de equipamentos e bens im<sup>2</sup>veis.

Fora do escopo da presta<sup>2</sup>o de servi<sup>2</sup>os, a despesa que mais se destaca em termos de valores pagos <sup>2</sup>la concess<sup>2</sup>o de aux<sup>2</sup>lio financeiro a estudantes que tem como foco garantir a perman<sup>2</sup>ncia e o <sup>2</sup>xito dos discentes na conclus<sup>2</sup>o dos cursos.

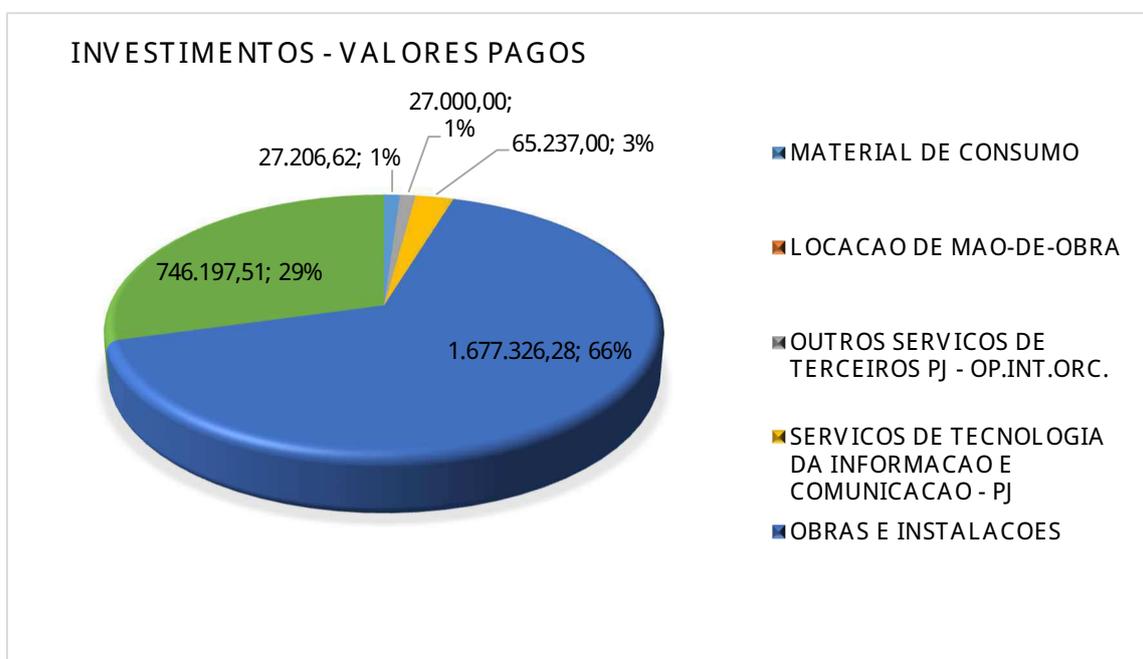
Destaque-se os gastos destinados a Tecnologia da Informa<sup>2</sup>o que servem de apoio aos servi<sup>2</sup>os t<sup>2</sup>cnicos e administrativos, dentre outras

5TixlI ILlC ↑% ↑IIT	材料	材料
a ! 9w [ 59/hb{- a h [w]	材料	材料
! v- l[4%h [h/! 4%h 9 a ! b- 9b4%h 59 {h C <sup>2</sup> ! w 9 9v- l! a 9b [h { 59 w]	材料	材料
/ha - b l! /! h 59 5! 5h { 9 w 59 { 9a D9w [	材料	材料
h- mwh { 59 {t 9 { [ w]	れ	材料
材料	材料	材料



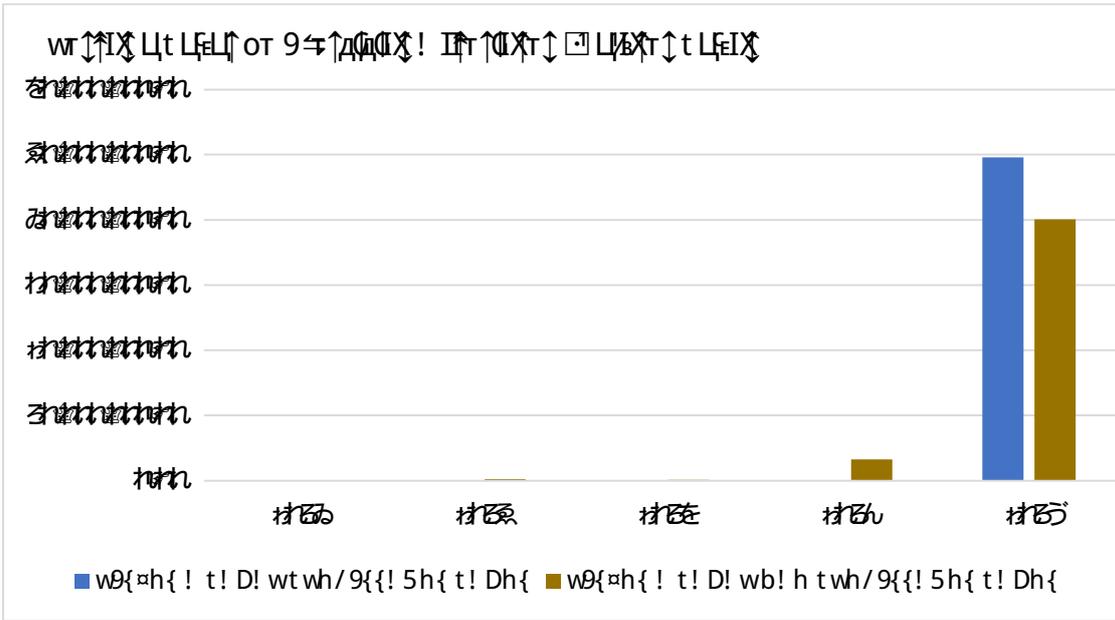
Investimentos: Foram realizados importantes e significativos investimentos como as aquisições de placas fotovoltaicas visando a redução dos gastos com energia elétrica, aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à modernização e atualização da infraestrutura física e tecnológica da Rede (laboratórios, salas de aula, livros, construção e reformas de espaços, etc.) além da construção do Campus avançado de Mombáa. Destaque-se que as dotações de Emendas de Bancada previstas no orçamento (R\$ 21.574.130,00) foram inexequíveis devido bloqueio por gestão política do governo.

Elemento de despesa mais relevantes	Valor Pago em 2019	Valor Pago 2018
51- OBRAS E INSTALACOES	1.677.326,28	5.631.685,06
52- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	746.197,51	1.854.305,9
Demais Elementos	92.237	301.818,92
Total despesas de Investimentos	2.515.760,79	7.787.809,88



#### Valores Pagos - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano de Inscrição	Valor Pago 2019	Valor Pago 2018	Valor Pago 2017	Valor Pago 2016
2018	89.664.482,87			
2017	3.260.292,23	33.454.760,30	-	-
2016	141.133,32	1.885.421,91	27.949.046,67	-
2015	257.203,68	342.348,52	1.435.280,40	40.410.161,48
2014	3.750,00	174.852,07	631.348,27	6.244.591,55
2013		3.346,80	136.307,00	2.169.066,39
2012		10.850,00	103.517,27	105.241,19
Outros exercícios		-	-	15.126,01
Total	93.326.862,10	35.871.579,60	30.255.499,61	48.944.186,62



No ato de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019 a 2023) o IFCE criou um indicador de desempenho para acompanhar, controlar e reduzir a inscrição e reinscrição de Restos a Pagar. O acompanhamento em questão se dá trimestralmente e tem, dentre outras ações, o foco na atuação junto ao fornecedor para garantir a entrega dos bens e/ou a prestação de serviços contratados. Como resultado dessa atuação junto aos fornecedores é possível identificar uma melhor eficiência na gestão dos recursos orçamentários empenhados, bem como minimizar a reinscrição dos Restos a Pagar.

## 5.7 Sustentabilidade ambiental

### 5.7.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE vem realizando junto aos seus respectivos campi, ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da Gestão em 2019:

Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis: A Instituição, quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de condicionadores de ar com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

Em 2019 se iniciou a elaboração da Instrução Normativa que disciplina a implantação e operacionalização da Coleta Seletiva Solidária por meio de editais de habilitação de associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis em todos os campi e Reitoria do IFCE.

Divulgação de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades da rede IFCE: Anualmente, durante o Fórum de Administração e Planejamento, realizado pela PROAP, os campi do IFCE são convidados a compartilhar suas experiências exitosas desenvolvidas por professores e técnicos administrativos, no âmbito de suas unidades. As ações englobam a área de gestão ambiental e de infraestrutura e tem como principal objetivo disseminar as boas práticas em toda rede. Destaca-se a elaboração do Guia de Orientações para Economia de Água e Energia Elétrica ([https://ifce.edu.br/proap/manuais/copy5\\_of\\_orientacoes\\_livreto\\_12jun2019\\_3.pdf](https://ifce.edu.br/proap/manuais/copy5_of_orientacoes_livreto_12jun2019_3.pdf)), que tem por objetivo implementar medidas de utilização racional de energia elétrica e água, resultando em benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

Cumpre destacar, ainda, que no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE para o quinquênio 2019-2023, foram incluídos como objetivo estratégico a promoção e consolidação da cultura da inovação e da sustentabilidade. O citado objetivo visa disseminar a cultura do uso racional dos recursos, principalmente os renováveis, por meio da implantação de práticas inovadoras.

No que tange à gestão das contratações e aquisições, pretende-se, até o final da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional:

- ✓ Reduzir o custo com energia elétrica na ordem de 15%;
- ✓ Reduzir o consumo de água na ordem de 25%;
- ✓ Reduzir o consumo de energia elétrica em 20%.

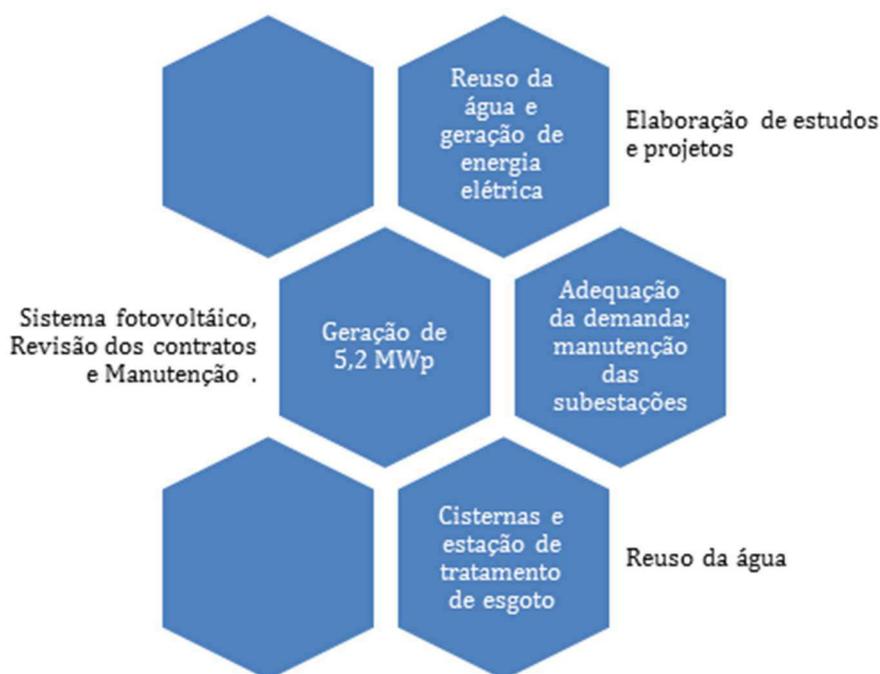
Para atingir as metas de redução do custo e consumo de água e energia elétrica foram elaborados projetos com finalidade de racionalizar a utilização dos recursos, por meio de ações de reúso da água e geração de energia elétrica.

Os estudos elaborados em 2019 para geração de energia elétrica resultaram num sistema de 5,2 MWp por meio de 299 módulos fotovoltaicos de 18,48 KWp, que deverão ser instalados em todas unidades do IFCE. A economia estimada com a geração de energia elétrica é de 40% frente ao montante pago à concessionária no modelo convencional. Em 2019 foram contratados 124 módulos que serão instalados em 2020, com previsão de geração de 2,2 MWp e economia de 16%.

Outra ação importante para a redução do custo com energia elétrica foi implantada por meio da análise sistêmica dos contratos junto à concessionária. A avaliação da demanda contratada e ajuste frente à potência real consumida possibilitou o ajuste dos valores pagos às distribuidoras de energia elétrica.

Também foi contratado serviço de manutenção das subestações e sistemas elétricos. Tal medida repercute na economia com energia elétrica, uma vez que as intervenções preventivas e corretivas corrigem possíveis falhas que ocasionam pagamentos extras no fornecimento de energia elétrica.

As ações realizadas em 2019 para reúso da água foram a elaboração de sistema padrão para captação de água da chuva e estações de tratamento de esgoto.



Fonte: DINFRA



# 6 INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

# 6.1 Declaração Do Contador

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ Formulário: 26405 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As Demonstrações Contábeis do IFCE a serem apresentadas nesta declaração são as seguintes:

- ¿ Balanço Patrimonial - que evidencia os ativos, passivos e patrimônio líquido do exercício;
- ¿ Balanço Orçamentário - que confronta a aprovação com a execução da receita e despesa do exercício;
- ¿ Balanço Financeiro - que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e depósitos extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- ¿ Demonstração dos Fluxos de Caixa - visa demonstrar o fluxo financeiro do exercício no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- ¿ Demonstração das Variações Patrimoniais - neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- ¿ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.



Estas demonstrações contábeis foram elaboradas em estrita observância as normas contábeis vigentes no Brasil, abaixo discriminadas:

- ¿ Lei 4.320/64,
- ¿ Lei complementar 101/2000 - LRF,
- ¿ Normas Brasileiras de Contabilidade ao Setor Público-NBCASP,
- ¿ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição - MCASP e
- ¿ Manual SIAFI.

## Ressalvas

- a) Registro da depreciação e amortização - Nossas demonstrações contábeis não refletem integralmente e fielmente, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) 16.9 e 16.10, o registro da depreciação e amortização. A razão para esta ressalva se deve por ainda estar em andamento a finalização dos ajustes do inventário relativo ao exercício de 2019. No entanto, há que se considerar que a evolução do saldo da depreciação acumulada dos bens móveis de R\$ 3.665.310,56 em 2017 para R\$ 8.571.581,24 em 2019, o resultado do esforço da instituição em realizar os devidos ajustes do próprio exercício e de exercícios anteriores e proceder com o reconhecimento integral da depreciação e amortização.
- b) Ausência de envio do Relatório de Bens Móveis e Intangíveis RMBI - O envio mensal do RMBI para que a contabilidade proceda com as devidas conciliações dos saldos contábeis das contas de bens móveis não vem sendo realizado.
- c) Saldo da conta imóveis especiais não confere com Spiunet - Quanto à evolução dos valores dos bens imóveis, o Departamento de Contabilidade finalizou no ano de 2018 a individualização da conta de obras em andamento (criação de conta corrente específica para cada item/unidade) dos montantes gastos. Em 2020, tendo por objetivo a evidência e segregada por campi do patrimônio global imobiliário da instituição, os valores do sistema SPIUNET serão conciliados com o SIAFI.
- d) Ausência de registro das provisões, ativos e passivos contingentes - Não há normatização interna que regulamente a geração dessas informações. Tais procedimentos visam na essência a identificação, mensuração e reconhecimento contábil tempestivo de todos os atos potenciais ativos e passivos, em atendimento ao princípio da oportunidade e sua primazia pela integridade e fidedignidade do registro contábil.
- e) Restrições de classes 7 e 8 - Ainda não foram disponibilizadas no Repositório de Arquivos do MEC - RAMEC como sanar os desequilíbrios oriundos das contas de classe 7 e 8.
- f) Ausência de Conformidade de Gestão - A inexistência de uma eficiente certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, corrobora com a geração de informações contábeis que não reflete a realidade orçamentária, financeira e patrimonial da instituição.

Declara<sup>2</sup>o:

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores, declaro que as Demonstra<sup>2</sup>es Contábeis constantes do SIAFI, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem adequadamente e integralmente a situa<sup>2</sup>o orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante as ressalvas já pontadas.

Informamos que mensalmente a equipe de Contabilistas da Reitoria verifica, acompanha e orienta todas as Unidades Gestoras Executoras subordinadas ao Φrg<sup>2</sup>o 26405 - IFCE para que as regulariza<sup>2</sup>es sejam executadas antes do fechamento do m, s.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declara<sup>2</sup>o.



Fortaleza, 15 de mar<sup>o</sup> de 2020  
Contador Responsável: Flávio de Oliveira Vieira  
CRC nº 024841-T - CE

# 6.2 Demonstrações Contábeis

## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos e a sua evolução no exercício corrente em relação ao exercício anterior. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação ou de controle).

ATIVO		
Especificação	2019	2018
Ativo Circulante	84.832.657,60	70.554.523,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.464.165,33	55.698.027,79
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.954.219,51	348.179,18
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	12.412.226,89	14.496.978,89
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	2.045,87	11.337,50
Ativo Não Circulante	642.828.065,06	676.741.038,92
Ativo Realizável a Longo Prazo	620.998,71	534.797,00
Créditos a Longo Prazo	530.020,45	530.020,45
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	90.978,26	4.776,55
Imobilizado	641.158.244,71	675.261.057,90
Bens Móveis	191.171.891,10	176.935.099,11
Bens Móveis	199.743.909,66	184.156.745,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão ou Acum. de Bens Móveis	-8.571.581,24	-7.221.209,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32
Bens Imóveis	449.986.353,61	498.325.958,79
Bens Imóveis	454.448.293,98	501.057.617,95
(-) Depr./Amortização/Exaustão ou Acum. de Bens Imóveis	-4.461.940,37	-2.731.659,16
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	1.048.821,64	945.184,02
Softwares	1.034.285,31	930.647,69
Softwares	1.034.502,69	930.647,69
(-) Amortização/ Acumulada de Softwares	-217,38	-

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.536,33	14.536,33
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.536,33	14.536,33
(-) Amortização/ Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Diferido	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>727.660.722,66</b>	<b>747.295.562,28</b>

PASSIVO		
Especificação	2019	2018
Passivo Circulante	146.006.219,91	58.038.539,27
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	88.856.926,74	50.380.030,32
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.298.440,64	2.760.760,22
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	64,65	64,65
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	54.850.787,88	4.897.684,08
Passivo Não Circulante	131.482,01	3.383,13
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	128.098,88	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	480,00	480,00
Resultado Diferido	-	-
<b>Total do Passivo Exigível</b>	<b>146.137.701,92</b>	<b>58.041.922,40</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	2019	2018
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	581.523.020,74	689.253.639,88
Resultado do Exercício	-104.521.486,66	50.450.330,04
Resultados de Exercícios Anteriores	689.253.639,88	643.346.388,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.209.132,48	-4.543.079,15
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>581.523.020,74</b>	<b>689.253.639,88</b>

Os ativos compreendem o somatório dos bens mais direitos do IFCE, com a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de

serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido representa a diferença entre o total dos ativos menos o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade. Hoje, o patrimônio líquido do IFCE soma R\$ 581.523.020,74.

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO		
Especificação	2019	2018
Ativo Financeiro	56.488.121,92	55.721.984,38
Ativo Permanente	671.172.600,74	691.573.577,90
PASSIVO		
Especificação	2019	2018
Passivo Financeiro	105.180.301,46	108.710.489,02
Passivo Permanente	91.325.953,05	8.069.841,92
Saldo Patrimonial	531.154.468,15	630.515.231,34

Quadro de compensações

ATIVO		
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	52.364.872,40	65.013.151,67
Execução dos Atos Potenciais Ativos	52.364.872,40	65.013.151,67
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.734.064,85	467.590,22
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres a Rec.	50.565.843,11	64.485.597,01
Direitos Contratuais a Executar	64.964,44	59.964,44
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
Total	52.364.872,40	65.013.151,67
PASSIVO		
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	132.002.493,31	111.212.497,36
Execução dos Atos Potenciais Passivos	132.002.493,31	111.212.497,36
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congeneres a Liberar	3.492.231,05	3.613.971,34
Obrigações Contratuais a Executar	128.510.262,26	107.598.526,02
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Total	132.002.493,31	111.212.497,36

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-41.251.725,16

Recursos Vinculados	-7.440.454,38
Educação	-6.498.602,11
Seguridade Social (Exceto Previdência)	67.236,84
Previdência Social (RPPS)	5.477,41
Receitas Financeiras	-1.334.223,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Programas e Projetos	319.753,56
Outros Recursos Vinculados	-96,70
Total	-48.692.179,54

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Especificação	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.049.389.722,86	880.822.644,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.253.559,93	1.182.142,45

Venda de Mercadorias	209.248,04	130.257,39
Vendas de Produtos	12.280,00	11.392,96
Exploraç <sup>o</sup> de Bens, Direitos e Prestaç <sup>o</sup> de Servi <sup>os</sup>	1.032.031,89	1.040.492,10
Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Aumentativas Financeiras	79,71	3.427,07
Juros e Encargos de Empr <sup>stimos</sup> e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	79,71	3.427,07
Varia <sup>es</sup> Monet <sup>rias</sup> e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneraç <sup>o</sup> de Dep <sup>sitos</sup> Banc <sup>rios</sup> e Aplica <sup>es</sup> Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>VARIA<sup>es</sup> PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (continuaç<sup>o</sup>)</b>		
<b>Especificaç<sup>o</sup></b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Transfer <sup>ncias</sup> e Delega <sup>es</sup> Recebidas	856.596.663,74	794.053.227,44
Transfer <sup>ncias</sup> Intragovernamentais	848.229.758,08	787.080.577,06
Transfer <sup>ncias</sup> Intergovernamentais	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> das Institui <sup>es</sup> Privadas	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> das Institui <sup>es</sup> Multigovernamentais	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> de Cons <sup>rcios</sup> P <sup>ublicos</sup>	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> do Exterior	-	-
Execuç <sup>o</sup> Or <sup>ament<sup>ria</sup></sup> Delegada de Entes	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> de Pessoas F <sup>sicas</sup>	-	-
Outras Transfer <sup>ncias</sup> e Delega <sup>es</sup> Recebidas	8.366.905,66	6.972.650,38
Valorizaç <sup>o</sup> e Ganhos c/ Ativos e Desincorporaç <sup>o</sup> de Passivos	191.094.279,13	85.021.426,91
Reavaliaç <sup>o</sup> de Ativos	153.672.860,44	-
Ganhos com Alienaç <sup>o</sup>	-	-
Ganhos com Incorporaç <sup>o</sup> de Ativos	659.480,15	84.898.233,37
Ganhos com Desincorporaç <sup>o</sup> de Passivos	36.761.938,54	123.193,54
Revers <sup>o</sup> de Reduç <sup>o</sup> ao Valor Recuper <sup>vel</sup>	-	-
Outras Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Aumentativas	445.140,35	562.420,48
Variaç <sup>o</sup> Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participa <sup>es</sup>	-	-
Opera <sup>es</sup> da Autoridade Monet <sup>ria</sup>	-	-
Revers <sup>o</sup> de Provis <sup>es</sup> e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Aumentativas	445.140,35	562.420,48
<b>Varia<sup>es</sup> Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>1.153.911.209,52</b>	<b>830.372.314,31</b>
Pessoal e Encargos	583.555.103,07	560.325.624,94
Remuneraç <sup>o</sup> a Pessoal	471.719.895,89	456.108.798,29
Encargos Patronais	82.391.629,19	76.527.067,19
Benef <sup>cios</sup> a Pessoal	29.443.577,99	27.689.759,46

Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benef <sup>cios</sup> Previdenci <sup>rios</sup> e Assistenciais	71.906.918,77	64.046.227,37
Aposentadorias e Reformas	58.814.137,24	51.790.671,29
Pens <sup>es</sup>	13.038.919,09	12.162.757,68
Benef <sup>cios</sup> de Prestaç <sup>o</sup> Continuada	-	-
Benef <sup>cios</sup> Eventuais	-	-
Pol <sup>ticas</sup> P <sup>ublicas</sup> de Transfer <sup>ncia</sup> de Renda	-	-
Outros Benef <sup>cios</sup> Previdenci <sup>rios</sup> e Assistenciais	53.862,44	92.798,40
Uso de Bens, Servi <sup>os</sup> e Consumo de Capital Fixo	85.372.058,55	82.997.904,67
Uso de Material de Consumo	12.197.606,14	12.302.347,38
Servi <sup>os</sup>	70.821.997,72	68.870.211,77
Depreciaç <sup>o</sup> , Amortizaç <sup>o</sup> e Exaust <sup>o</sup>	2.352.454,69	1.825.345,52
Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.379,54	10.074,00
Juros e Encargos de Empr <sup>stimos</sup> e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.728,91	1.561,27
Varia <sup>es</sup> Monet <sup>rias</sup> e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.650,63	8.512,73
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Varia <sup>es</sup> Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> e Delega <sup>es</sup> Concedidas	108.087.478,25	97.199.283,24
Transfer <sup>ncias</sup> Intragovernamentais	99.501.586,34	90.191.349,99
Transfer <sup>ncias</sup> Intergovernamentais	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> a Institui <sup>es</sup> Privadas	258.091,75	122.077,00
Transfer <sup>ncias</sup> a Institui <sup>es</sup> Multigovernamentais	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> a Cons <sup>rcios</sup> P <sup>ublicos</sup>	-	-
Transfer <sup>ncias</sup> ao Exterior	-	-
Execuç <sup>o</sup> Or <sup>ament<sup>ria</sup></sup> Delegada a Entes	-	-
Outras Transfer <sup>ncias</sup> e Delega <sup>es</sup> Concedidas	8.327.800,16	6.885.856,25
Desvalorizaç <sup>o</sup> e Perda de Ativos e Incorporaç <sup>o</sup> de Passivos	288.931.894,17	9.373.490,43
Reavaliaç <sup>o</sup> , Reduç <sup>o</sup> a Valor Recuper <sup>vel</sup> e Ajustes p/ Perdas	11.435.210,73	-
Perdas com Alienaç <sup>o</sup>	-	-
Perdas Involunt <sup>rias</sup>	71.338,78	5.030,30
Incorporaç <sup>o</sup> de Passivos	78.307.953,90	-
Desincorporaç <sup>o</sup> de Ativos	199.117.390,76	9.368.460,13
Tribut <sup>rias</sup>	76.607,52	133.131,97
Impostos, Taxas e Contribui <sup>es</sup> de Melhoria	25.012,80	18.585,89
Contribui <sup>es</sup>	51.594,72	114.546,08
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Servi <sup>os</sup> Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-

Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.969.769,65	16.286.577,69
Premiações	4.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	15.571.174,65	15.591.978,92
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	394.595,00	694.598,77
Resultado Patrimonial do Período	-104.521.486,66	50.450.330,04

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrar as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrar também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As informações orçamentárias visam fazer uma comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Receitas Orçamentárias	RECEITA		Receitas Realizadas	Saldo
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada		
Receitas Correntes	3.842.636,00	3.842.636,00	1.496.836,12	-2.345.799,88
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Forma de Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	258.261,00	258.261,00	249.911,79	-8.349,21
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	258.261,00	258.261,00	249.864,69	-8.396,31

Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	47,10	47,10
Receita Agropecuária	222.229,00	222.229,00	209.248,04	-12.980,96
Receita Industrial	-	-	12.280,00	12.280,00
Receitas de Serviços	3.360.645,00	3.360.645,00	777.549,18	-2.583.095,82
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.360.645,00	3.360.645,00	777.549,18	-2.583.095,82
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.501,00	1.501,00	247.847,11	246.346,11
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.501,00	1.501,00	6.527,45	5.026,45
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	241.319,66	241.319,66
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	3.842.636,00	3.842.636,00	1.496.836,12	-2.345.799,88
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-

Mobili@ria	-	-	-	-	Detalhamento dos Ajustes na Previs@o Atualizada	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	Cr@ditos Adicionais Abertos com Super@vit Financeiro	-	-	-	-
Opera @es de Cr@dito - Mercado Externo	-	-	-	-					
Mobili@ria	-	-	-	-	Cr@ditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecada @o	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	Cr@ditos Cancelados L@quidos	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	3.842.636,00	3.842.636,00	1.496.836,12	-2.345.799,88					
Deficit			754.816.315,07	754.816.315,07					
Total	3.842.636,00	3.842.636,00	756.313.151,19	752.470.515,19					

DESPESA							
Despesas Or @ament@rias	Dota @o Inicial	Dota @o Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas L@quidas	Despesas Pagas	Saldo da Dota @o	
Despesas Correntes	702.337.343,00	755.303.939,00	734.966.158,01	707.809.043,01	653.756.375,29	20.337.780,99	
Pessoal e Encargos Sociais	553.796.141,00	616.958.778,00	599.556.127,89	599.556.127,89	550.117.070,30	17.402.650,11	
Juros e Encargos da D@vida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	148.541.202,00	138.345.161,00	135.410.030,12	108.252.915,12	103.639.304,99	2.935.130,88	
Despesas de Capital	23.472.908,00	13.407.056,00	21.346.993,18	2.647.540,57	2.542.967,41	-7.939.937,18	
Investimentos	23.472.908,00	13.407.056,00	21.346.993,18	2.647.540,57	2.542.967,41	-7.939.937,18	
Invers@es Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortiza @o da D@vida	-	-	-	-	-	-	
Reserva De Conting@ncia	-	-	-	-	-	-	
Reserva Do Rpps	-	-	-	-	-	-	
Subtotal Das Despesas	725.810.251,00	768.710.995,00	756.313.151,19	710.456.583,58	656.299.342,70	12.397.843,81	
Amortiza @o Da D@vida / Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	
Amortiza @o da D@vida Interna	-	-	-	-	-	-	
D@vida Mobili@ria	-	-	-	-	-	-	
Outras D@vidas	-	-	-	-	-	-	
Amortiza @o da D@vida Externa	-	-	-	-	-	-	
D@vida Mobili@ria	-	-	-	-	-	-	
Outras D@vidas	-	-	-	-	-	-	
Subtotal Com Refinanciamento	725.810.251,00	768.710.995,00	756.313.151,19	710.456.583,58	656.299.342,70	12.397.843,81	
TOTAL	725.810.251,00	768.710.995,00	756.313.151,19	710.456.583,58	656.299.342,70	12.397.843,81	

DEMONSTRATIVO DE EXECU @O DOS RESTOS A PAGAR N @O PROCESSADOS						
Despesas or @ament@rias	Inscritos em exerc@cios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exerc@cio anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	10.127.427,15	23.264.008,12	20.647.716,22	20.363.298,02	8.938.411,45	4.089.725,80
Pessoal e Encargos Sociais	-	567.015,19	-	-	-	567.015,19
Juros e Encargos da D@vida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.127.427,15	22.696.992,93	20.647.716,22	20.363.298,02	8.938.411,45	3.522.710,61
Despesas De Capital	1.802.485,49	23.544.487,78	23.497.089,31	23.335.520,36	1.038.472,02	972.980,89
Investimentos	1.802.485,49	23.544.487,78	23.497.089,31	23.335.520,36	1.038.472,02	972.980,89
Invers@es Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortiza @o da D@vida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.929.912,64	46.808.495,90	44.144.805,53	43.698.818,38	9.976.883,47	5.062.706,69

De Exerc@cios Anteriores a 2018 + Exerc@cio de 2018: R\$ R\$ 58.738.408,54

100,00%

Liquidados no Exerc@cio de 2019

75,15%

Saldo do RPNP

8,62%

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo	
Despesas Correntes	103.959,30	49.199.091,95	49.126.977,42	104.424,46	71.649,37	
Pessoal e Encargos Sociais	-	44.355.104,53	44.355.104,53	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	103.959,30	4.843.987,42	4.771.872,89	104.424,46	71.649,37	
Despesas De Capital	109.074,30	501.066,30	501.066,30	90.290,66	18.783,64	
Investimentos	109.074,30	501.066,30	501.066,30	90.290,66	18.783,64	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>213.033,60</b>	<b>49.700.158,25</b>	<b>49.628.043,72</b>	<b>194.715,12</b>	<b>90.433,01</b>	

De Exercícios Anteriores a 2018 + Exercício de 2018: R\$ 49.913.191,85

100,00%

Pagos no Exercício de 2019

99,42%

Saldo do RPNP

0,18%

## BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

INGRESSOS		
Especificação	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.496.836,12	1.515.805,75
Ordinárias	-	-
Vinculadas	1.506.695,75	1.542.647,68
Educação	236.914,45	339.412,48
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Programas e Projetos	1.269.781,30	1.203.235,20
Recursos a Classificar	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-9.859,63	-26.841,93
Transferências Financeiras Recebidas	848.229.758,08	787.080.577,06
Resultantes da Execução Orçamentária	778.850.274,66	731.050.204,48
Repasse Recebido	709.570.736,84	661.599.341,78
Sub-repasse Recebido	69.279.537,82	69.450.862,70
Independentes da Execução Orçamentária	69.379.483,42	56.030.372,58

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	67.692.053,98	54.712.301,79
Demais Transferências Recebidas	1.199,56	3.456,60
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.686.229,88	1.314.614,19
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extra Orçamentários	102.068.532,72	97.547.832,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	54.157.240,88	49.598.153,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	45.856.567,61	46.808.495,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.857.173,24	814.970,03
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	197.550,99	326.213,14
Ordens Bancárias nº ou Sacadas - Cartão de Pagamento	257,75	-
Arrecadação de Outra Unidade	197.293,24	223.256,52
Demais Recebimentos	-	102.956,62
Saldo do Exercício Anterior	55.698.027,79	8.223.879,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.698.027,79	8.223.879,87
<b>TOTAL</b>	<b>55.698.027,79</b>	<b>8.223.879,87</b>

DISPNDIOS		
Especifica'2o	2019	2018
Despesas Or'ament@rias	756.313.151,19	711.688.275,56
Ordin@rias	680.912.337,09	623.493.568,54
Vinculadas	75.400.814,10	88.194.707,02
Educa'2o	8.992.460,45	820.800,00
Seguridade Social (Exceto Previd, ncia)		12.481.833,90
Previd, ncia Social (RPPS)	63.069.571,66	51.088.314,49
Receitas Financeiras	2.011.698,28	3.224.365,05
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Φrg2 os e Programas	1.327.083,71	7.673.109,55
Outros Recursos Vinculados a Fundos		12.906.284,03
Recursos a Classificar		-
Transfer, ncias Financeiras Concedidas	99.497.779,72	90.294.306,61
Resultantes da Execu'2o Or'ament@ria	69.341.967,82	69.507.558,86
Repasso Concedido	62.430,00	56.696,16
Sub-repasso Concedido	69.279.537,82	69.450.862,70
Independentes da Execu'2o Or'ament@ria	30.155.811,90	20.786.747,75
Transfer, ncias Concedidas para Pagamento de RP	29.237.874,00	20.162.060,04
Demais Transfer, ncias Concedidas	478.671,21	61.698,71
Movimento de Saldos Patrimoniais	439.266,69	562.989,00
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraor'ament@rios	95.218.058,47	36.687.485,26
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	49.628.043,72	2.711.642,70
Pagamento dos Restos a Pagar N2 o Processados	43.698.818,38	33.159.936,90
Dep@ritos Restitu2veis e Valores Vinculados	1.882.266,58	815.905,66
Outros Pagamentos Extraor'ament@rios	8.929,79	-
Demais Pagamentos	8.929,79	
Saldo para o Exerc'cio Seguinte	56.464.165,33	55.698.027,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.464.165,33	55.698.027,79
TOTAL	1.007.493.154,71	894.368.095,22

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Especificação	2019	2018
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>27.145.691,61</b>	<b>72.669.277,07</b>
Ingressos	851.781.060,68	789.737.565,98
Receitas Derivadas e Originárias	1.496.836,12	1.515.805,75
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	249.911,79	231.420,52
Receita Agropecuária	209.248,04	130.257,39
Receita Industrial	12.280,00	11.392,96
Receita de Serviços	777.549,18	803.985,92
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	247.847,11	338.748,96
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	850.284.224,56	788.221.760,23
Ingressos Extraordinários	1.857.173,24	814.970,03
Transferências Financeiras Recebidas	848.229.758,08	787.080.577,06
Arrecadação de Outra Unidade	197.293,24	223.256,52
Demais Recebimentos	102.956,62	102.956,62
Desembolsos	-824.635.369,07	-717.068.288,91
Pessoal e Demais Despesas	-642.278.490,66	-550.196.025,86
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-70.863.623,46	-58.474.220,34
Saúde	-56.376,90	-33.171,80
Trabalho	-	-
Educação	-571.212.272,79	-491.336.412,86
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-79.198,00	-342.022,86

Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-63.300,00	-6.700,00
Encargos Especiais	-3.977,26	-3.498,00
(+/-) Ordens Bancárias nº ou Sacadas - Cartão de Pagamento	257,75	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-80.967.902,32	-75.762.050,78
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-80.709.810,57	-75.639.973,78
Outras Transferências Concedidas	-258.091,75	-122.077,00
Outros Desembolsos Operacionais	-101.388.976,09	-91.110.212,27
Dispendícios Extraordinários	-1.882.266,58	-815.905,66
Transferências Financeiras Concedidas	-99.497.779,72	-90.294.306,61
Demais Pagamentos	-8.929,79	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>-26.379.554,07</b>	<b>-25.195.129,15</b>
Ingressos	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Desembolsos	-26.379.554,07	-25.195.129,15
Aquisição de Ativo Não Circulante	-26.080.351,94	-24.367.710,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-299.202,13	-827.418,30
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ingressos	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>766.137,54</b>	<b>47.474.147,92</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>55.698.027,79</b>	<b>8.223.879,87</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	<b>56.464.165,33</b>	<b>55.698.027,79</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidenciará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

A DMPL é uma demonstração cuja elaboração exige a montagem de uma matriz em que as colunas representam as contas que compõem o Patrimônio Líquido do exercício. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação para os casos de existirem entidades cuja estrutura jurídica reserva relação de interdependência. Com relação ao patrimônio líquido, as regras de consolidação visam à eliminação dos investimentos da União nas empresas estatais dependentes, tendo como contrapartida as contas do Patrimônio Líquido - PL destas empresas.

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	325.00	-	-	473,332,934.07	-	-	473,333,259.07
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-9,324,502.87	-	-	-9,324,502.87
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	28,991,444.81	-	-	28,991,444.81
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	325.00	-	-	492,999,876.01	-	-	493,000,201.01

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	635,049,030.45	-	-	635,049,030.45
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	192,774.27	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	30,613,827.77	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	764,250.00	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	764,250.00	-	-	665,855,632.49	-	-	666,619,882.49

# 6.3 Notas Explicativas

33 - Maranguape	158973	10.744.098/0033-22
34 - Mombaça (em implantação)	-	-

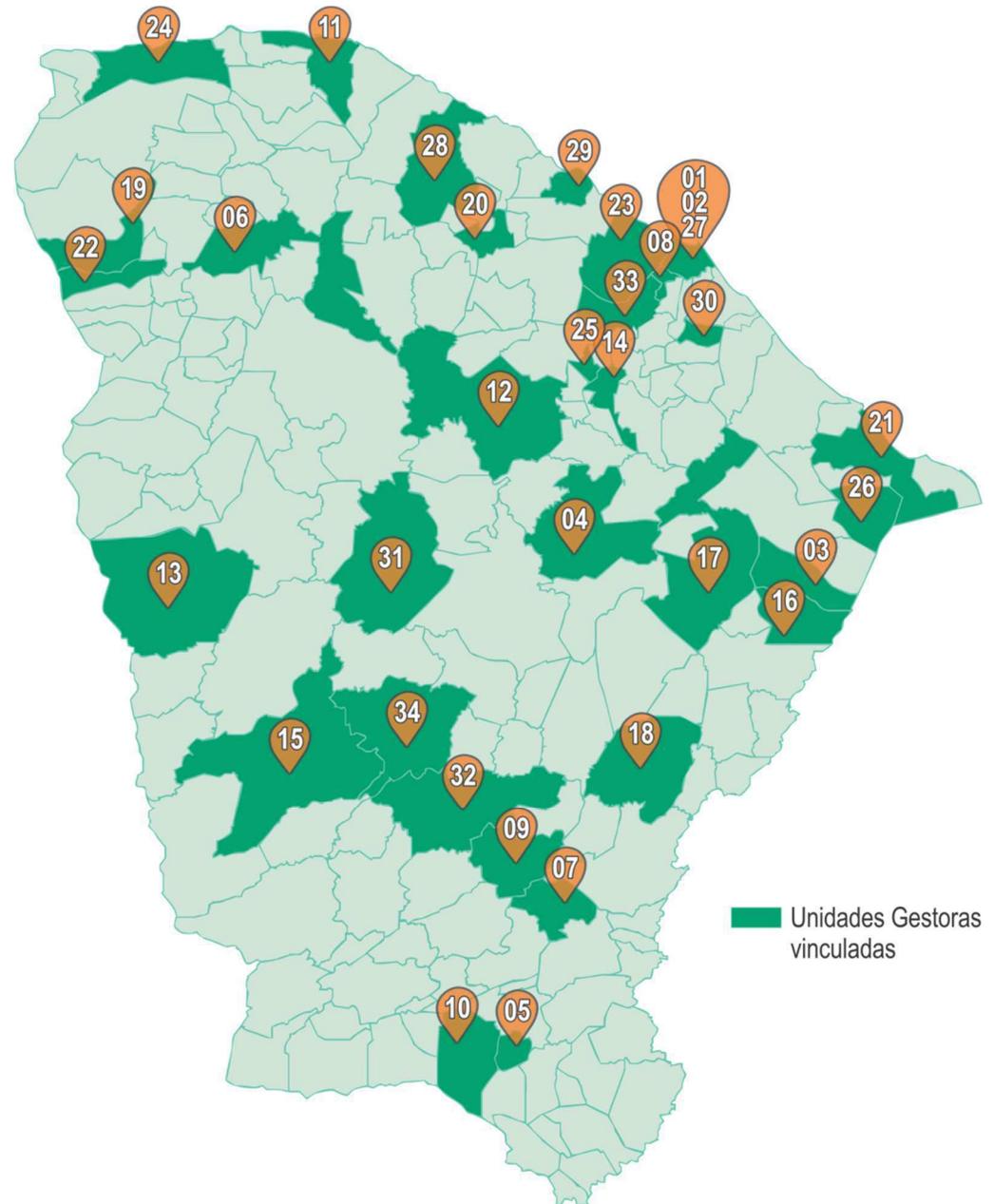
## ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE passou a ser composta, em 2018, por 29 campi, 3 campi avançados, 1 polo de inovação e 1 reitoria, sendo todos uma Autarquia Federal pertencente à administração indireta do Ministério da Educação.

Tabela 1 - Lista das Unidades Gestoras vinculadas - Campus do IFCE

CAMPUS	UG	CNPJ
01 - Reitoria	158133	10.744.098/0001-45
02 - Fortaleza	158313	10.744.098/0002-26
03 - Limoeiro do Norte	158314	10.744.098/0003-07
04 - Quixadá	158315	10.744.098/0004-98
05 - Juazeiro do Norte	158316	10.744.098/0005-79
06 - Sobral	158317	10.744.098/0006-50
07 - Cedro	158318	10.744.098/0007-30
08 - Maracanaú	158319	10.744.098/0009-00
09 - Iguatu	158320	10.744.098/0008-11
10 - Crato	158321	10.744.098/0010-36
11 - Acaraú	158322	10.744.098/0011-17
12 - Canindé	158323	10.744.098/0012-06
13 - Crateús	158324	10.744.098/0013-89
14 - Baturité	158951	10.744.098/0014-60
15 - Tauá	158952	10.744.098/0015-40
16 - Tabuleiro do Norte	158953	10.744.098/0016-21
17 - Morada Nova	158954	10.744.098/0017-02
18 - Jaguaribe	158955	10.744.098/0018-93
19 - Tianguá	158956	10.744.098/0019-74
20 - Umirim	158957	10.744.098/0020-08
21 - Aracati	158958	10.744.098/0021-99
22 - Ubajara	158959	10.744.098/0022-70
23 - Caucaia	158960	10.744.098/0023-50
24 - Camocim	158961	10.744.098/0024-31
25 - Guaramiranga	158962	10.744.098/0025-12
26 - Jaguaruana	158963	10.744.098/0026-01
27 - Polo de Inovação	158964	10.744.098/0027-84
28 - Itapipoca	158965	10.744.098/0028-65
29 - Paracuru	158966	10.744.098/0029-46
30 - Horizonte	158967	10.744.098/0030-80
31 - Boa Viagem	158968	10.744.098/0031-60
32 - Acopiara	158969	10.744.098/0032-41

Distribuição geográfica dos Campus do IFCE no estado do Ceará



DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTEÚBIS ADOTADOS

## I. Informa es gerais

O Instituto Federal de Educa o, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE)   uma pessoa jurídica pertencente   administra o indireta, com natureza jurídica de autarquia federal. Trata-se de uma institui o pública de ensino vinculada ao Ministério da Educa o (MEC), por intermédio da Secretaria de Educa o Profissional e Tecnológica (SETEC), e inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.744.098/0001-45, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, Ceará, na rua Jorge Dumar, 1703, bairro Jardim América.   uma institui o que pertence   União e   voltada   educa o superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta gratuita de educa o profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A institui o foi criada em dezembro de 2008, mediante a Lei n  11.892, que instituiu a Rede Federal de Educa o Profissional e Tecnológica e os 38 institutos federais hoje existentes no país. Com essa lei, as Escolas Agrícolas Federais de Crato e de Iguatu foram integradas ao IFCE, mantendo a sua autonomia administrativa e pedagógica.

Considerando esse contexto, as Demonstra es Contábeis do IFCE foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administra o Financeira (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execu o orçamentária, financeira e patrimonial de todas as unidades gestoras executoras integrantes do IFCE.

## II. Resumo das políticas cont beis significativas

As Demonstra es Contábeis Aplicadas ao Setor Público   DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n  4.320/1964, do Decreto-Lei n  200/1967, do Decreto n  93.872/1986, da Lei n  10.180/2001 e da Lei Complementar n  101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 8  edi o do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As informa es constantes na DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administra o Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas cont beis das unidades que compõem o órgão 26405   IFCE, autarquia federal da administra o indireta que   integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composi o das Demonstra es Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);

II. Demonstra o das Varia es Patrimoniais (DVP);

III. Balanço Orçamentário (BO);

IV. Balanço Financeiro (BF);

V. Demonstra o dos Fluxos de Caixa (DFC);

VI. Demonstra o das Muta es do Patrimônio Líquido (DMPL)

## III. Resumo dos principais critérios e políticas cont beis

A seguir, são apresentados os critérios de registro, avalia o e mensura o dos elementos patrimoniais no âmbito do IFCE:

  Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira,   taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. As atualiza es apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

  Créditos e obriga es: Os direitos, os títulos de créditos e as obriga es são mensurados ou avaliados pelo valor original. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realiza o para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualiza es e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

  Estoques: Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisi o/produ o/constru o ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de estoques devem abranger todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros relacionados ao processo de produ o. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não devem ser absorvidos pelos estoques. Os gastos de distribui o, de administra o geral e financeiros são considerados como varia es patrimoniais diminutivas (VPD) do período em que ocorrerem e não como custo dos estoques.

  Imobilizado: O ativo imobilizado   reconhecido inicialmente com base no valor de aquisi o, produ o ou constru o. Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo deve optar entre valor lo pelo modelo do custo ou da reavalia o. O modelo do custo consiste no valor de aquisi o, produ o ou constru o menos a deprecia o acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. O modelo da reavalia o consiste no valor justo sujeito   reavalia o perid ica menos a deprecia o acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. Os gastos posteriores   aquisi o ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de gera o de benefícios econ micos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido. No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos

registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deve ser evidenciado em notas explicativas.

Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicado é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Portanto, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFCE são apuradas pelo Sistema Unificado de Gestão Pública - SUAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

Método das cotas constantes;

Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, abaixo discriminada:

Tabela 2 - XXXXXXXXXXXXXXXX

C/Ed.	Descrição da conta	Vida útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%

C/Ed.	Descrição da conta	Vida útil (anos)	Valor Residual
12311.01.11	EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSOS E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15	EQUIPAM PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17	EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA		
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19	EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO		
12311.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05	AERONAVES		
12311.05.06	EMBARCACOES		
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%

C.Æd.	Descri�o da conta	Vida útil (anos)	Valor Residual
12311.99.04	ARMAZENS ESTRUTURAIS- COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

  Deprecia o de bens imóveis: As informa es da deprecia o dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que   gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n  703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins cont beis, após mensura o e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e funda es públicas federais são:

I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classifica o;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

  seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

  houver altera o de área construída, independentemente do valor investido;

  seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoraamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Para fins da deprecia o, a vida útil   definida com base no laudo de avalia o específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a deprecia o acumulada   zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual   estabelecido pela STN e comunicado   SPU.

## NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES CONTÁBEIS

### Nota Explicativa 01: Caixa e Equivalentes de Caixa

O item  caixa e equivalentes de caixa\_ contempla o numerário e outros bens e direitos com grande capacidade de liquidez rápida em moeda nacional.

A Tabela x a seguir, demonstra a composi o dos recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, evidenciando o saldo de R\$ 56.464.165,33 em 31 de dezembro de 2019, o qual apresentou varia o mínima em compara o ao exercício anterior.

ATIVO		
Especifica�o	2019	2018
Ativo Circulante	84.832.657,60	70.554.523,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.464.165,33	55.698.027,79

### Nota Explicativa 02: Demais Créditos a Curto Prazo

O subgrupo  demais créditos e valores a curto prazo\_ compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, d vida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstra es.

A Tabela x evidencia um saldo de R\$ 15.954.219,51 em 31 de dezembro de 2019, o qual apresenta um acréscimo significativo em compara o ao mesmo período do exercício anterior.

Tal fato se deve   realiza o da baixa de saldos referente a provisões de 13 e férias, alocados nas contas cont beis 1.1.3.1.1.01.01 e 13 SALARIO   ADIANTAMENTO e 1.1.3.1.1.01.02, terem sido realizados em 2020, sensibilizando essas contas apenas no exercício corrente. Porém, tal contabiliza o não afeta o resultado do exercício pois a contrapartida do lançamento foi registrada no passivo circulante.

ATIVO		
Especifica�o	2019	2018
Ativo Circulante	84.832.657,60	70.554.523,36
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.954.219,51	348.179,18

### Nota Explicativa 03: VPDS pagas antecipadamente

Este subgrupo do ativo circulante representa o somatório da contabiliza o dos serviços e materiais pagos antecipadamente. Em 2019, o somatório representou R\$ 2.045,87. Uma varia o negativa de aproximados 82%, devido a diminui o de contrata o de seguros e assinatura de periódicos no exercício.

ATIVO		
Especifica�o	2019	2018
Ativo Circulante	84.832.657,60	70.554.523,36
VPDs Pagas Antecipadamente	2.045,87	11.337,50

Nota Explicativa 04: Imobilizado

Este subgrupo do ativo n<sup>o</sup> circulante compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A tabela abaixo demonstra a composição do subgrupo do Ativo n<sup>o</sup> Circulante / Imobilizado do IFCE, segregados em bens móveis e imóveis:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2019	2018
Imobilizado	641.158.244,71	675.261.057,90
Bens Móveis	191.171.891,10	176.935.099,11
Bens Imóveis	199.743.909,66	184.156.745,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão/Acum. de Bens Móveis	-8.571.581,24	-7.221.209,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32
Bens Imóveis	449.986.353,61	498.325.958,79
Bens Imóveis	454.448.293,98	501.057.617,95
(-) Depr./Amortização/Exaustão/Acum. de Bens Imóveis	-4.461.940,37	-2.731.659,16
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

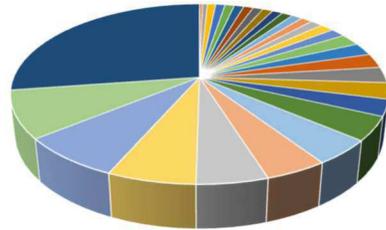
O imobilizado sofreu uma variação negativa de R\$ 34.102.813,19, que representou um decréscimo de 5,05% entre os saldos dos exercícios de 2018 e 2019. Essa variação tem origem na conciliação contábil da conta de obras em andamento com o aumento do saldo da conta de depreciação acumulada.

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos:

Ativo	w9lphwl	w333 w333w333
Ativo	/! a t - { Chw! [9à! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { [la h9lwh 5h bhwp9 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { v- lÆ 5! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { W! à9lwh 5h bhwp9 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { {h. w [ 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { /95wh 1C/9	w333w333w333

Ativo	/! a t - { a! w! b! - 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { lD-! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { /w h 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !/! w - 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !/! blb5; 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { /w 9- { 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { .! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !-! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !. - [9lwh 5h bhwp9 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { a hw 5! bh! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { WD-! w 9 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !! bD-! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { - a lwa 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { ! w! ! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { - .! Ww 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !-! ! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !/! a h/ la 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { WD-! w! b! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !t lth/! 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { t! w /- w 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { I hwlàh 9 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { . h! ! D9a 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { !/ht! w 1C/9	w333w333w333
Ativo	/! a t - { a! w! bD-! t9 1C/9	w333w333w333
	h! [	w333w333w333

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS MÓVEIS DO IFCE



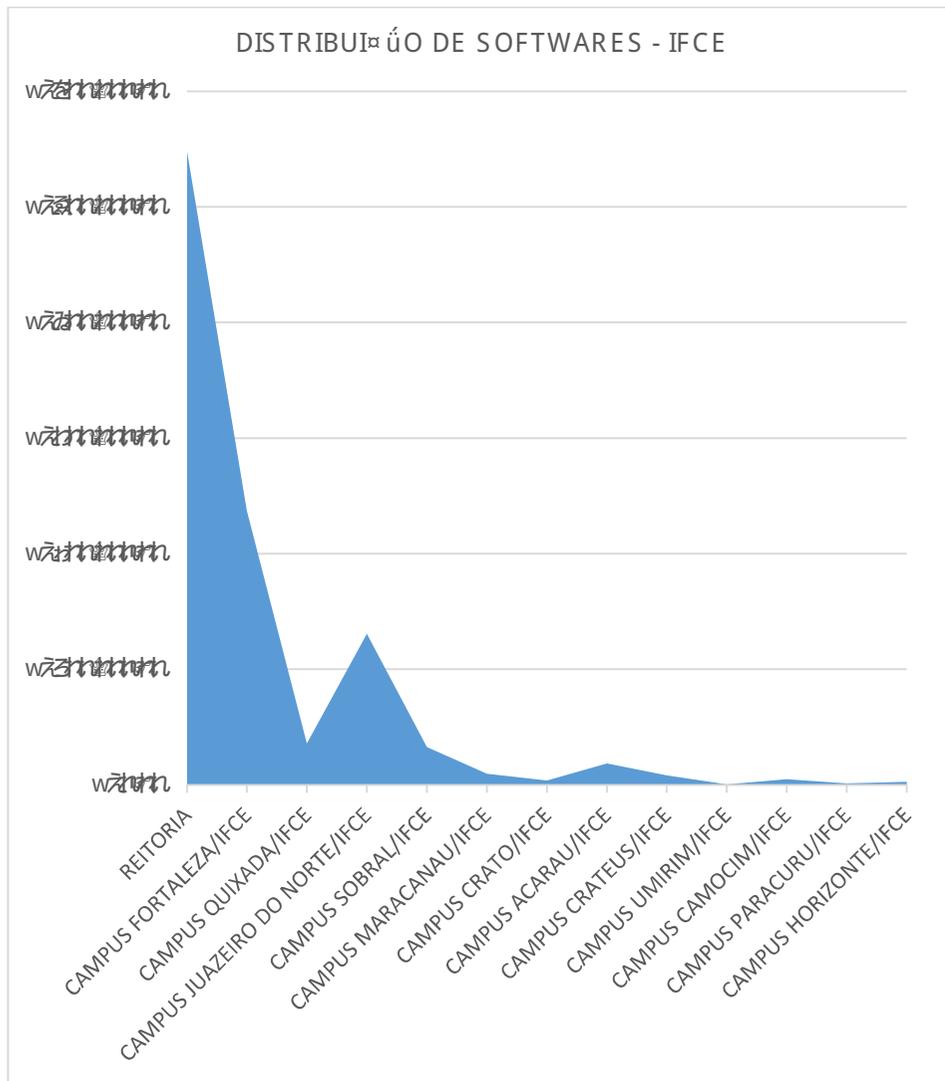
- /! a t- { WD- ! w ! b! } /C/9
- /! a t- { .! - w! } /C/9
- /! a t- { ! w ! ! } /C/9
- /! a t- { ! a h/ la } /C/9
- /! a t- { a ! w bD- ! t9 } /C/9
- /! a t- { ! /ht! w } /C/9
- /! a t- { WD- ! wL 9 } /C/9
- /! a t- { a h w 5! bh! } /C/9
- /! a t- { /! - ! ! } /C/9
- /! a t- { ! ! w - } /C/9
- /! a t- { /95wh } /C/9
- /! a t- { ! ! blb5; } /C/9
- /! a t- { I h w! h b } /C/9
- /! a t- { - .! Ww } /C/9
- /! a t- { ! - ! } /C/9
- /! a t- { ! t! h/ ! } /C/9
- /! a t- { t! w! /- w } /C/9
- /! a t- { ! ! bD- ! } /C/9
- /! a t- { - a l w a } /C/9
- /! a t- { . h! ! ! D9a } /C/9
- /! a t- { ! ! - [9! w h 5h bh w } /C/9
- /! a t- { /w } /C/9
- /! a t- { v- l } /C/9
- /! a t- { [ la h 9! w h 5h bh w } /C/9

Os Bens Imóveis do IFCE, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 454.448.293,98 e está o distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir:

W! h w!	w! h w!
/! a t- { Chw! [9à! } /C/9	w! h w!
/! a t- { [ la h 9! w h 5h bh w } /C/9	w! h w!
/! a t- { v- l } /C/9	w! h w!
/! a t- { W! à 9! w h 5h bh w } /C/9	w! h w!
/! a t- { { h. w [ } /C/9	w! h w!
/! a t- { /95wh } /C/9	w! h w!
/! a t- { a ! w ! ! b! - } /C/9	w! h w!
/! a t- { ID- ! - } /C/9	w! h w!
/! a t- { /w } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! w - } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! blb5; } /C/9	w! h w!

/! a t- { /w } /C/9	w! h w!
/! a t- { .! - w! } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! - ! } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! - [9! w h 5h bh w } /C/9	w! h w!
/! a t- { a h w 5! bh! } /C/9	w! h w!
/! a t- { WD- ! wL 9 } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! bD- ! } /C/9	w! h w!
/! a t- { - a l w a } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! w ! ! } /C/9	w! h w!
/! a t- { - .! Ww } /C/9	w! h w!
/! a t- { /! - ! ! } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! a h/ la } /C/9	w! h w!
/! a t- { D- ! w! a l w bD! } /C/9	w! h w!
/! a t- { WD- ! w ! b! } /C/9	w! h w!
/! a t- { ! ! t! h/ ! } /C/9	w! h w!
/! a t- { t! w! /- w } /C/9	w! h w!
/! a t- { I h w! h b } /C/9	w! h w!
/! a t- { . h! ! ! D9a } /C/9	w! h w!
	w! h w!





**Nota Explicativa 06 - Fornecedores e Contas a Pagar**

Em 31 de dezembro de 2019, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.298.440,64 (curto prazo) relacionados com fornecedores a pagar. Na tabela a

seguir, relacionam-se as Unidades Gestoras Executoras contratantes com seus respectivos valores de fornecedores na data-base de 31/12/2019.

Unidade	Valor (R\$)	Unidade	Valor (R\$)
REITORIA	180.000,00	CAMPUS MARACANAU/IFCE	10.000,00
CAMPUS FORTALEZA/IFCE	120.000,00	CAMPUS CRATEUS/IFCE	5.000,00
CAMPUS QUIXADA/IFCE	20.000,00	CAMPUS UMIRIM/IFCE	5.000,00
CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	10.000,00	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	5.000,00
CAMPUS SOBRAL/IFCE	80.000,00	CAMPUS PARAURURU/IFCE	5.000,00
CAMPUS MARACANAU/IFCE	30.000,00	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	5.000,00
CAMPUS CRATO/IFCE	10.000,00		
CAMPUS ACARAU/IFCE	10.000,00		
CAMPUS CRATEUS/IFCE	20.000,00		
CAMPUS UMIRIM/IFCE	10.000,00		
CAMPUS CAMOCIM/IFCE	10.000,00		
CAMPUS PARAURURU/IFCE	10.000,00		
CAMPUS HORIZONTE/IFCE	10.000,00		

Na Tabela abaixo, relacionam-se 25 (vinte e cinco) fornecedores mais significativos com saldo em aberto, na data base de 31/12/2019.

CNPJ	NOME	VALOR
25025604000113	DINAMICA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	143.848,99
06041948000252	AMBIANCH INDUSTRIAL LTDA	131.030,00
11553714000143	CONNECT SERVICOS EIRELI	104.533,58
15150504000165	LDS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	82.472,76
17551327000154	ANDRADE SERVICIO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	62.910,51
14292203000103	ACESSO SEGURANCA PRIVADA EIRELI	62.856,66
15150504000165	LDS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	58.967,80
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA.	50.055,57
12750350000154	WLADYA ARAUJO GOURMET EIRELI	47.566,59
07081436000100	COMERCIAL SUL CEARENSE DE ALIMENTOS EIRELI	43.188,29
06651763000189	JONAS G.DE ANDRADE	42.208,50
01691503000113	SUCCESSO SERVICOS DE EVENTOS EIRELI	41.596,64
14292203000103	ACESSO SEGURANCA PRIVADA EIRELI	41.030,68
07047251000170	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	36.751,37
17036171000173	SEGURO SEGURANCA LTDA	32.677,48
12329660000108	STARC ARCONDICIONADO E REFRIGERACAO LTDA	31.918,64
14207860000105	JB2 ENGENHARIA LTDA	31.680,04
06041948000252	AMBIANCH INDUSTRIAL LTDA	29.410,00
11399787000122	VENEZA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	28.669,76
15150504000165	LDS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	28.211,73
03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	27.554,48
04135894000188	E. L. ANDRADE	27.025,92
17181375000106	VICON COM. DISTRIBUICAO LTDA	26.700,00
17036171000173	SEGURO SEGURANCA LTDA	25.215,40
09172237000124	D & L SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	22.261,80

#### Nota Explicativa 07 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido

Conforme evidenciado na tabela a seguir, o patrimônio líquido do Arq²o, ao término do exercício de 2019, apresenta o valor de R\$ 581.523.020,74, tendo como resultado patrimonial de 2019, apurado na DVP, montante de R\$ - 104.521.486,66

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	2019	2018
Resultados Acumulados	581.523.020,74	689.253.639,88
Resultado do Exercício	-104.521.486,66	50.450.330,04
Resultados de Exercícios Anteriores	689.253.639,88	643.346.388,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.209.132,48	-4.543.079,15

Total do Patrimônio Líquido 581.523.020,74 689.253.639,88

#### Nota Explicativa 08 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nossas receitas próprias têm origem na exploração e venda de bens, direitos e prestação de serviços e serviços compostos, basicamente, por:

- Vendas de mercadorias;
- Vendas de produtos;
- Exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

Essas receitas foram arrecadadas conforme tabela abaixo, das quais, em 2019, 82,23% tiveram origem em taxas de vestibulares, taxas de concursos públicos, serviços de hospedagem, alimentação e alugueis.

	2019	2018	2019	2018	2019
1. Taxas de Vestibulares	43.188,29	32.677,48	43.188,29	32.677,48	43.188,29
1. Taxas de Concursos Públicos	42.208,50	31.918,64	42.208,50	31.918,64	42.208,50
9. Serviços de Hospedagem, Alimentação e Alugueis	41.596,64	31.680,04	41.596,64	31.680,04	41.596,64
TOTAL	127.093,43	96.276,16	127.093,43	96.276,16	127.093,43

#### Nota Explicativa 09 - Remuneração a Pessoal

Os gastos com remuneração a pessoal, no exercício de 2019, totalizaram R\$ 471.719.895,89, sendo 43,65% relativos aos vencimentos e salários e 37,04% às gratificações. A seguir, a tabela e gráfico detalha a composição dos gastos com remuneração a pessoal no exercício 2019.



- f `z - _ f 28 _ 8vMM 8zvf - 2fz © Z_f z vM 2f	v r(2020)(a19)	(r14)†
- f `z - _ f 28 - f _ + - zM8M 8Z - +vMM `8z	v r(2019)(a19)	19(a)†
- f `z - _ f 28 G8 `8vfz 28 ZM8 ` - f	v r(2019)(a19)	20(a)†
- f `z - _ f 28 _ 8vMZ 28svf - 8zz _ 8 `vf 28 2 2fz	v r(2019)(a19)	1919†
- f `z - _ f 28 _ 8vMZE v _ - fZfGMf	v r(2019)	1919†
- f `z - _ f 28 _ 8vMZ Kfz sM Z v	v r(2019)(a19)	1919†
_ 8vMZ 28 - f `z - _ f M 82Mvf	v r(2019)(a19)	(a20)†
2MvM - M f 28 _ 8vMZ Gv - Mf	v r(2019)(a19)	(a19)†
2MvMz	v r(2019)(a19)	20(a)†
z8v° Mfz 8 - `Mfz svfEMz M ` M CsE	v r(2019)(a19)	20(a)†
z8v° 28 sfM 2 _ 8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ 8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 2 _ M Mvf Mfz CsE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 82 - - - M ` M 8 - - Z - v M CsE	v r(2019)(a19)	1920†
z8 `8 - z V - 2MMM © z8v° Mfz 8v - 8Mfz CsE	v r(2020)(a19)	1920†
z8v° Mfz sv8z 2fz 2M8vzfz CsE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 8 - `Mfz svfEMz M ` M	v r(2019)(a19)	(r14)†
z8v° Mfz 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` Z	v r(2019)(a19)	(a14)†
z8v° Mfz - f _ - M - f(Gv EMf 8 - 2M° M - Z	v r(2019)(a19)	19(a)†
z8v° 28 sfM 2 _ 8 - `Mf 8fs8v - M ` Z	v r(2019)(a19)	20(a)†
z8v° Mfz 2 _ M Mvf Mfz CsV	v r(2019)(a19)	20(a)†
z8v° Mfz z z M 8 - - M M CsV	v r(2019)(a19)	19(a)†
z8v° Mfz 28 - f `E8 - - f 8z CsV	v r(2019)(a19)	19(a)†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` Z	v r(2019)(a19)	20(a)†
Zf - - f 8 vv8 ` 2 _ 8 `vf 8v - `Mf 8fs8v - M ` Z	v r(2019)(a19)	19(a)†
z8v° Mfz 82 - - - M ` M 8 - - Z - v M CsV	v r(2019)(a19)	1920†
z8 `8 - z V - 2MMM © z8v° Mfz 8v - 8Mfz CsV	v r(2020)(a19)	1919†
Ef v `8 - M 8 `vf 28 ZM 8 ` - f	v r(2019)(a19)	(a14)†
z8G - vfz 8 _ G8v Z	v r(2019)(a19)	19(a)†
- f `z8v° - f © ` - 8 - f Mfz MEv 8zvf - - v	v r(2019)(a19)	(a14)†
z8v° Mfz sv8z 2fz 2M8vzfz CsV	v r(2019)(a19)	1919†

z8v° Mfz 8 - `Mfz svfEMz M ` M CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 2 _ M Mvf Mfz CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1920†
z8v° Mfz 82 - - - M ` M 8 - - Z - v M CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
Ef v `8 - M 8 `vf 28 ZM 8 ` - f	v r(2019)(a19)	1920†
z8v° Mfz 2 _ M Mvf Mfz CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 28 - f `E8 - - f 8z CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° Mfz 82 - - - M ` M 8 - - Z - v M CsV CMvf	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1920†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1919†
z8v° 28 sfM 2 _ (8 - `Mf 8fs8v - M ` ZGE	v r(2019)(a19)	1920†
28sv8 - M - f 28 + 8 `z _ f 8M	v r(2019)(a19)	19(a)†
28sv8 - M - f 28 + 8 `z Mf 8M	v r(2019)(a19)	(a19)†
_ f v M - f 28 M ` G M 8Z	v r(2019)(a19)	1919†
vf 2	v r(2019)(a19)	201919†

Nota Explicativa 11 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício apurado no BF foi de R\$ 56.464.165,33.

9{t 9/10/! 4%h	抄本
{L6IX I dLPE	wāzāo zāo hū
wr dt qd h y l i t i n l d	wāzāo zāo hū
5t ix d h y l i t i n l d	wāzāo zāo hū
{L6IX	wāzāo zāo hū
↑ l i t i n l d h y l i t i n l d wr dt r q d	wāzāo zāo hū
↑ l i t i n l d h y l i t i n l d / X l i t i n l d	wāzāo zāo hū
{L6IX	wāzāo zāo hū

Receitas Orçamentárias	756.313.151,19
Despesas Orçamentárias	756.313.151,19
Saldo	0,00
Despesas empenhadas	756.313.151,19

### Nota Explicativa 12 - Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo IFCE em programas e ações cuja finalidade principal é atender às necessidades dos alunos. No exercício de 2019, as receitas realizadas pelo IFCE apresentaram o seguinte resultado:

RECEITA				
Receitas Orçamentárias	Previsão	Previsão	Receitas	Saldo
	Inicial	Atualizada	Realizadas	
Receitas Correntes	3.842.636,00	3.842.636,00	1.496.836,12	-2.345.799,88
Receita Patrimonial	258.261,00	258.261,00	249.911,79	-8.349,21
Receita Agropecuária	222.229,00	222.229,00	209.248,04	-12.980,96
Receita Industrial	-	-	12.280,00	12.280,00
Receitas de Serviços	3.360.645,00	3.360.645,00	777.549,18	-2.583.095,82
Outras Receitas Correntes	1.501,00	1.501,00	247.847,11	246.346,11
Subtotal de Receitas	3.842.636,00	3.842.636,00	1.496.836,12	-2.345.799,88
Deficit			754.816.315,07	754.816.315,07
Total	3.842.636,00	3.842.636,00	756.313.151,19	752.470.515,19

Da análise da tabela acima, a receita arrecadada foi inferior à previsão orçamentária em R\$1.496.836,12, ou seja, foi arrecadado apenas 38,95% do previsto. Essa frustração de arrecadação se deve às previsões de ingressos financeiros terem como base a média dos últimos três exercícios. Como nos 3 anos anteriores tivemos a realização de concursos e vestibulares, esse fato elevou a previsão de arrecadação. Não foram previstas nem executadas receitas de capital.

### Nota Explicativa 13 - Execução da despesa orçamentária

A Despesa Orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. A tabela a seguir apresenta uma síntese da movimentação da despesa orçamentária ocorrida em 2019, onde se observa que a execução da despesa orçamentária empenhada atingiu o montante de R\$ 756.313.151,19.

DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	702.337.343,00	755.303.939,00	734.966.158,01	707.809.043,01	653.756.375,29	20.337.780,99
Pessoal e Encargos Sociais	553.796.141,00	616.958.778,00	599.556.127,89	599.556.127,89	550.117.070,30	17.402.650,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	148.541.202,00	138.345.161,00	135.410.030,12	108.252.915,12	103.639.304,99	2.935.130,88
Despesas de Capital	23.472.908,00	13.407.056,00	21.346.993,18	2.647.540,57	2.542.967,41	-7.939.937,18
Investimentos	23.472.908,00	13.407.056,00	21.346.993,18	2.647.540,57	2.542.967,41	-7.939.937,18
Subtotal Das Despesas	725.810.251,00	768.710.995,00	756.313.151,19	710.456.583,58	656.299.342,70	12.397.843,81
TOTAL	725.810.251,00	768.710.995,00	756.313.151,19	710.456.583,58	656.299.342,70	12.397.843,81

### Nota Explicativa 14 - Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário é o confronto da receita arrecadada com a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, em 2019 o resultado orçamentário foi de R\$ - -R\$754.816.315,07.

Receitas	Despesas
Receitas Correntes	Despesas Correntes
Receita Patrimonial	Juros e Encargos da Dívida
Receita Agropecuária	Outras Despesas Correntes
Receita Industrial	Despesas de Capital
Receitas de Serviços	Investimentos
Outras Receitas Correntes	Subtotal Das Despesas
Subtotal de Receitas	TOTAL
Deficit	
Total	

### Nota Explicativa 15 - Inscrição dos Restos a Pagar

De acordo com o art. 36 da Lei 4320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Portanto, analisando a tabela da Nota Explicativa 13, podemos concluir que foram inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 100.013.808,49. Destes, contabilizamos a título de restos a pagar não processados R\$ 45.856.567,61 e de restos a pagar processados R\$ 54.157.240,88.

### Nota Explicativa 16 - Execução dos Restos a Pagar

Conforme tabela abaixo, o IFCE pagou, em 2019, cerca de 74,40% dos restos a pagar não processados inscritos em anos anteriores e 99,43% dos RAPs processados.

Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019
Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019
Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019	Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e inscritos em 2019



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de comprovação que a matéria que trata da Resolução 21 de 24 de agosto de 2020, foi referendada pelo pleno do conselho superior em sua 14ª reunião extraordinária realizada em 20 de novembro de 2020.

**EMANUELLE ANDREZZA VIDAL DOS SANTOS**  
Secretária dos Conselhos



Documento assinado eletronicamente por **Emanuelle Andrezza Vidal dos Santos, Secretária dos Conselhos Superiores**, em 09/12/2020, às 15:05, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2220633** e o código CRC **1DD8EA9A**.